

TEXTOS EXEMPLARES

Quando se tem de admitir que o casamento não é uma instituição natural nem sobrenatural, mas sim uma simples instituição social, tenta-se de imediato provar que a humanidade viveu sempre na monogamia, negando-se quaisquer evoluções e mudanças das formas sexuais. Chega-se ao ponto de falsificar a etnologia, para estabelecer a seguinte conclusão: se os homens sempre viveram na monogamia, daí se pode concluir que esta instituição é indispensável à existência da sociedade humana, do Estado, da cultura e da civilização. Omitem-se todos os ensinamentos da história que demonstram terem também existido a poligamia e a promiscuidade sexual, as quais desempenharam papel de grande importância. Mas, para contornar esta objecção, a ideologia monogâmica substitui então o ponto de vista da moralidade inata pelo da evolução. Descobre-se então que a evolução da sexualidade conduz a «formas superiores», que os povos primitivos vivem numa imoraltidade bestial e numa «anarquia» que podemos orgulhar-nos de ter superado.

Renuncia-se assim a qualquer possibilidade de examinar o substrato económico e social das formas sexuais e das suas variações no tempo e no espaço. Em vez disso, fica-se indefidamente na apreciação moral dos factos (que não na sua pesquisa), e em intermináveis discussões. Querer-se-ia justificar moral, metafísica ou biologicamente, fenómenos sociais condenados a ciência objectiva quanto mais

LIVRARIA ARLES LTDA.

CASAMENTO INDISSOLUVEL OU RELACAO SEXUAL - UN



9789400248502 MARTINS FONTES

W. Reich / Cl. Alzon

Wilhelm Reich
Claude Alzon

CASAMENTO INDISSOLUVEL
OU RELACAO SEXUAL DURADOURA

CASAMENTO INDISSOLÚVEL OU RELAÇÃO SEXUAL DURADOURA?

TEXTOS EXEMPLARES

CASAMENTO INDISSOLÚVEL OU RELAÇÃO SEXUAL DURADOURA?

W. Reich / Cl. Alzon

Os diversos autores chegam a adiantar os argumentos mais estranhos e absurdos para justificar a manutenção do casamento indissolúvel.

Esforçam-se, por exemplo, por demonstrar que o casamento e a monogamia são fenómenos naturais, isto é, biológicos. Procedem a árduas pesquisas entre as espécies animais que, incontestavelmente, vivem sem leis sexuais, para daí isolar as cegonhas e os pombos que — temporariamente — vivem em monogamia. Donde logo concluem que a monogamia é «natural». Paradoxalmente, o homem deixa de ser um ente superior, incomparável aos animais, quando se pretende defender a ideologia do sistema de casamento monogâmico. Em contrapartida, quando se discute o casamento do ponto de vista biológico, esquece-se que a promiscuidade é a regra entre os animais; agora, subitamente, o homem volta a ser diferente dos animais e deve elevar-se a «um nível superior» de actividade sexual, ou seja, o casamento monogâmico. O homem, proclama-se, é um «ser superior», com uma «moralidade inata», e a economia sexual é combatida porque demonstra, efectivamente, que essa «moralidade inata» é uma ficção. Ora, se a moralidade não é inata, só pela educação pode ser inculcada. Quem realiza essa educação? A sociedade e a sua fábrica de ideologia, a família autoritária fundada na monogamia compulsiva. Isto basta para demonstrar que a família não é um fenómeno natural, mas uma instituição social.

Av. 23 de Maio, 2000
Cidade: 23-916
Estado: Pernambuco
Telefone: 23-8947

Casamento
indissolúvel
ou
relação sexual
duradoura?

Wilhelm Reich
Claude Alzon

3.^a Edição

TEXTOS
EXEMPLARES 4

Casamento indissolúvel e as relações sexuais duradouras

Wilhelm Reich

Distribuição no Brasil:
Livraria Martins Fontes
Rua Conselheiro Ramalho, 340
São Paulo

Capa VICTORINO C. MARTINS

Edição H. A. CARNEIRO

Reina uma confusão incrível no que respeita às noções de «casamento» e de «família». Em consequência disso, o médico que é chamado a aconselhar em questões de vida pessoal esbarra sistematicamente na concepção formal do casamento. Tem-se bem a impressão de que, para o inconsciente dos indivíduos atemorizados com a sexualidade, a certidão de casamento não é senão uma licença para terem relações sexuais. Isto é particularmente manifesto naquilo a que habitualmente se chama «casamentos de guerra»: Os casais que antes da partida do homem desejam ter relações性uais, precipitam-se para o registo civil a fim de obterem a certidão de casamento. Depois, separados durante diversos anos, esquecem progressivamente o companheiro... Se são novos, estabelecerão outras relações, coisa de que nenhuma pessoa de bom senso os poderá censurar. No entanto, o acto de casamento subsiste e continua a exercer a sua influência constrangente, embora se tenha tornado num vínculo meramente formal, vazio. Assim, jovens que antes de uma separação de duração e consequências incertas apenas desejavam dar-se a felicidade, vêem-se então apanhados numa rede. Escreveu-se muito, sobretudo nos Estados Unidos, acerca da miséria resultante destes casamentos. Mas nunca se vai ao fundo do problema, ou seja à exigência social de legalização da experiência amorosa. No entanto, toda a gente sabe que, em muitos casos, «nós queremos casar» significa «nós queremos conhecer-nos sexualmente».

Uma outra fonte de confusão e de miséria é constituída pelo conflito entre o conteúdo legal (religioso) e o conteúdo real, factual, da noção de «casamento»; entre aquilo que ela representa para o jurista e aquilo que representa para o psiquiatra. Para o homem de leis, o casamento é a união entre duas pessoas de sexo diferente, baseada num documento legal, oficial; para

o psiquiatra, é um laço afectivo baseado numa união sexual, acompanhada habitualmente de um desejo de paternidade. Para o psiquiatra, não existe casamento quando os parceiros possuem meramente papéis, mas não vivem juntos. *O acto formal, a certidão de casamento não são em si mesmos um casamento.* Para o psiquiatra, existe casamento quando duas pessoas de sexo diferente se amam, cuidam uma da outra, vivem juntas e, eventualmente, têm filhos, constituindo de certa maneira uma família. Para o psiquiatra, o casamento é uma união real, factual e prática de natureza sexual, sem ter em consideração uma eventual inscrição nos registos de estado civil. Para o psiquiatra, o acto formal de casamento não é senão a confirmação oficial de uma relação sexual decidida, empreendida e vivida por duas pessoas; ele considera que são os dois parceiros, e não os representantes da lei, que determinam se o casamento existe ou não.

A estrutura sexual humana sofreu uma degenerescência sob o efeito da moral compulsiva; nestas condições, o acto formal de casamento pretende ser uma protecção para a mulher contra a «irresponsabilidade» do homem. Nesta medida, e *nesta medida apenas*, o acto formal de casamento desempenha uma função. É bem conhecida a *realidade* dos casamentos *naturais* sem inscrição legal. Nos Estados Unidos como em França, na Escandinávia e em muitos outros países, existe um «casamento de direito costumeiro». Nos Estados Unidos, a maior parte dos Estados reconhecem-no mesmo; e onde ele não existe, isso não significa, como pretendem numerosos indivíduos cuja sexualidade está carregada de culpabilidade, que o casamento *de facto* seja interdito; não existem leis que condenem o casamento natural sem certificado.

É evidente que do ponto de vista de uma higiene mental racional, o modelo da relação sexual duradoura é o casamento real, e não o casamento formal. A higiene mental racional dá importância à responsabilidade *interior* e não a uma responsabilidade imposta do exterior; considera tal imposição de origem exterior como um expé-

diente destinado a dominar acções associais, e não um fim em si.

Para que seja possível uma efectiva autonomia moral, há que lutar implacavelmente contra os efeitos da praga emocional¹ que impera neste domínio. Acabar com o opróbrio lançado sobre as pessoas casadas sem registo civil e sobre os seus filhos, por parte dos indivíduos incapazes de compreender, e menos ainda de viver, esse tipo de comportamento social de alto nível moral. Acabar também com todas as formas imorais e patológicas de aliciamento e de exploração financeira que as leis do casamento baseadas numa moral compulsiva tornam possíveis. Acabar com as formas de lubricidade e lascívia sexual engendradas pelos divórcios de «casamentos» infelizes meramente formais. Acabar, enfim, com o absurdo de continuar a considerar «casadas» pessoas cujas relações são dominadas pelo ódio e a mesquinhez, etc.

Neste domínio, o caos é completo e necessário se torna um saneamento geral. É necessário sobretudo que as relações amorosas sejam protegidas contra toda e qualquer interferência de interesses económicos; é urgente que leis rigorosas impeçam o opróbrio das relações amorosas naturais e dos filhos que delas nasçam; devem ser desenvolvidos esforços com vista à eliminação dos sentimentos de culpabilidade relativamente à sexualidade e à substituição da moralidade compulsiva exterior pela responsabilidade interior e pessoal. Os tempos estão já maduros para isso. Por toda a parte se admite a necessidade de uma reforma radical da legislação, excepto talvez nos círculos que retiram benefícios económicos da existência de uma legislação sexual obsoleta e desastrosa de um ponto de vista da higiene mental.

O casamento sob a forma actual compulsiva não é senão uma etapa na história da instituição do casamento em geral; é o resultado de um compromisso entre interesses económicos e interesses sexuais. Os interesses se-

¹ A acção patológica de carácter neurótico à escala colectiva. Cf. *Charakteranalyse*, cap. XII, Sexpol Verlag, 1933.

xuais não se reduzem, conforme sugerem muitos sexólogos conservadores, a relações sexuais com uma única pessoa por toda a vida e à procriação. Examinaremos separadamente estes dois aspectos, económico e sexual, do problema do casamento, distinguindo, por conseguinte, claramente, a forma de relação radicada em necessidades性uais e que tende a tornar-se duradoura daquela outra que assenta em interesses económicos e na posição da mulher e dos filhos na sociedade. Designamos a primeira por relação sexual duradoura e a segunda por casamento (no sentido de casamento compulsivo, indissolúvel).

1. A RELAÇÃO SEXUAL DURADOURA

As condições sociais de uma relação sexual duradoura seriam a independência económica da mulher, a educação das crianças realizada pela sociedade, a não interferência de interesses económicos. Ocasionalmente, poderiam ocorrer relações temporárias e de carácter predominantemente sensual com terceiros. Do ponto de vista da economia sexual*, a relação temporária apresenta inconvenientes em comparação com a relação duradoura, inconvenientes esses que são particularmente fáceis de estudar na nossa sociedade. Porque em nenhuma outra sociedade a promiscuidade sexual se tornou tão habitual como nesta época de ideologia monogâmica florescente; promiscuidade esta, ainda por cima, desprovida de qualquer fundamento emocional e sem qualquer valor do ponto de vista da economia sexual, dado o seu carácter mercenário.

A relação sexual passageira, que em caso extremo é relação de uma hora ou de uma noite, difere da relação duradoura pela ausência generalizada da ternura para com o parceiro. A ternura pode ter origens diferentes:

* *Economia sexual*: expressão com que W. Reich designa o modo como, e o grau em que, os indivíduos «dispendem», «utilizam» a sua energia sexual, com incidência particular na relação ou proporção entre a quantidade dessa energia que é bloqueada ou desviada do seu fim próprio e a que é «dispendida» — descarregada — e fruída no orgasmo; os factores que condicionam e determinam o modo e o grau de «utilização» das energias sexuais são de natureza sociológica, psicológica e biológica.

A expressão designa também o estudo e o conjunto de conhecimentos científicos referentes a toda a problemática e condicionantes da sexualidade e do seu tão e satisfatório exercício.

Política sexual: esta expressão, no sentido *positivo*, revolucionário, que lhe dava Reich, designa a aplicação na prática social e à escala colectiva dos dados científicos da *economia sexual*. N. do T.

1. *Uma afeição sexual resultante de experiências sensuais tidas em comum.* Integra sobretudo uma gratidão pelo prazer sexual do passado e um vínculo sexual e emotivo (que não deve confundir-se com uma dependência neurótica) radicado no prazer que se espera vir a fruir no futuro. São estes os dois elementos fundamentais da relação amorosa natural.

2. *Uma ligação ao outro resultante de um ódio recalcado: amor reactivo.* Desenvolveremos este aspecto mais adiante, a propósito do casamento compulsivo. Torna impossível qualquer satisfação sexual.

3. *Uma ligação devida à insatisfação sexual.* Consiste esta ligação numa sobre-valorização do parceiro, com origem numa inibição sensual e numa expectativa inconsciente de uma determinada forma de satisfação sexual. Transforma-se facilmente em ódio.

A ausência prolongada de ternura numa relação sexual reduz o prazer sensual e com isso a satisfação sexual. Todavia, isto não é verdadeiro senão a partir de uma certa idade, quando as exuberâncias da puberdade passaram e se estabeleceu um certo equilíbrio das emoções sexuais. As atitudes de ternura, se a sensualidade não se encontra inibida neuroticamente, não atingem a sua intensidade máxima senão quando se realizou um grau suficiente de satisfação das necessidades sexuais. No entanto, as tendências e manifestações de ternura não devem ser confundidas com a pseudo-ternura infantil própria de adolescentes que perseguem um ideal feminino representativo da mãe e que simultaneamente reprimem a sensualidade sob o efeito de sentimentos de culpabilidade. As relações sexuais precárias, ainda de curta duração, como as que se observam em certas camadas da nossa juventude, parecem-me ser formas naturais e sãs da experiência sexual juvenil. Têm semelhanças com a vida sexual dos adolescentes nas sociedades primitivas. Existe nelas um alto grau de ternura, mas neste caso a ternura não tende a transformar a relação em ligação duradoura. Apesar disso, não se trata aqui da busca lasciva de novos estímulos sexuais que se manifesta nas formas neuróticas da poligamia característica dos homens

adultos da nossa sociedade, mas antes do transbordar de uma sensualidade que não acedeu ainda à maturidade e que se projecta sobre todo o objecto apropriado que se lhe apresenta. Esta sensualidade juvenil poderia comparar-se à mobilidade do animal jovem que também diminui com o crescimento. A sã agilidade sexual do adolescente distingue-se facilmente de fenómenos como a hiper-agilidade histérica.

Na idade madura, as relações sexuais breves não são forçosamente neuróticas. Mais ainda, se com honestidade e sem preconceitos moralizantes tirarmos as conclusões inerentes à nossa experiência sexológica, temos de reconhecer que aqueles ou aquelas que nunca tiveram a coragem ou a força de entrar numa relação desse tipo se encontram sob a pressão de um sentimento de culpabilidade irracional, portanto neurótico. Por outro lado, a experiência clínica demonstra com segurança que as pessoas incapazes de estabelecer uma relação duradoura se encontram condicionadas por uma fixação infantil da sua vida amorosa ou, por outras palavras, sofrem de um desarranjo sexual. Neste caso, ou os impulsos de ternura se encontram fixados a qualquer tipo de atracção homossexual, ou um ideal imaginário deprecia e não permite encontrar satisfação nos objectos sexuais reais. Muito frequentemente, o fundamento inconsciente da promiscuidade continuada e insatisfatória não é senão o medo da ligação a um objecto sexual, dadas as conotações incestuosas de uma tal ligação e a inibição concomitante por medo do incesto. O mecanismo mais frequente nestes casos de incapacidade de relacionamento duradouro é uma perturbação da potência orgástica: a deceção provocada por cada novo acto sexual impede o aparecimento de uma atracção terna consequente pelo parceiro.

O inconveniente maior das relações passageiras, do ponto de vista da economia sexual, reside no facto de não possibilitarem uma adaptação sensual dos parceiros tão completa como na relação duradoura nem, por conseguinte, uma plena satisfação sexual. Do ponto de vista da economia sexual, é nisso que reside a objecção

séria às relações passageiras e o melhor argumento a favor das relações duradouras. Chegados aqui, os campeões da ideologia clássica do casamento indissolúvel darão um suspiro de alívio, ao descobrirem uma brecha por onde reintroduzir o moralismo monogâmico. Mas é forçoso que os desiludamos: mesmo quando falamos de ligação duradoura, não pensamos em qualquer período de tempo determinado ou previamente determinável. Do ponto de vista da economia sexual, pode acontecer que essa relação dure semanas, meses, dois ou dez anos; por outro lado, também não afirmamos que essa relação deva ser monogâmica. É que neste domínio não é possível estabelecer normas.

Como demonstrei noutro lugar², é completamente falsa a crença de que a primeira relação sexual com uma virgem seja a mais satisfatória ou que a lua de mel seja o melhor período para a sexualidade. Tal ideia não resiste à experiência clínica. Não é senão resultado do contraste entre o desejo lascivo de mulheres virgens e o embotamento e vazio sexuais consequentes ao casamento monogâmico indissolúvel. Uma relação sexual satisfatória entre duas pessoas pressupõe que elas tenham procedido a uma harmonização dos seus ritmos sexuais próprios, que tenham aprendido a conhecer as suas necessidades性uais específicas, raramente conscientes, mas nem por isso menos importantes. Só assim será possível uma vida sexual sã. Casar sem precedente conhecimento sexual é, do ponto de vista da higiene mental, pouco são e na maioria dos casos de resultado desastroso.

Uma outra vantagem da relação sexual duradoura e satisfatória reside no facto de superar a procura permanente do companheiro adequado, deixando assim uma maior disponibilidade de tempo e energias para a actividade social.

A aptidão para uma relação sexual estável requere portanto:

² Die Funktion des Orgasmus, Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1927 [Trad. portuguesa: A Função do Orgasmo, Publ. Escorpião, Porto, 1975].

- potência orgástica total, ou seja, que não haja dissociação entre a sexualidade terna e a sensualidade;
- superação da fixação incestuosa e da ansiedade sexual infantil;
- ausência de repressão de quaisquer pulsões não sublimadas, quer sejam homossexuais ou não genitais;
- reconhecimento incondicional da sexualidade e do gosto de viver;
- superação de todos os elementos do moralismo sexual autoritário;
- capacidade de harmonização espiritual com o parceiro.

Se considerarmos estes requisitos no contexto repressivo da sociedade em que vivemos, temos de admitir que nenhum deles pode realizar-se, excepto, talvez, em alguns casos individuais. Dado que a negação e a repressão sexuais são parte integrante da sociedade autoritária, verifica-se necessariamente que elas determinam também a educação sexual. Com efeito, a educação familiar favorece a fixação incestuosa em lugar de a resolver; a inibição da sexualidade infantil gera, por outro lado, a dissociação entre a sexualidade terna e a sensual; portanto, a educação familiar cria nos indivíduos uma estrutura caracterial * anti-sexual que comporta tendências pré-genitais e homossexuais as quais têm, por sua vez, de ser reprimidas. Assim se produz um enfraquecimento da sexualidade. Além disso, sendo uma educação tendente a impor o mito da supremacia do homem, torna impossível o companheirismo na relação homem-mulher.

Como qualquer outra relação estável, a relação sexual duradoura contém numerosos germes de conflito. Porém, não vamos ocupar-nos aqui das dificuldades humanas em geral; o que nos interessa são as dificuldades especifici-

* Estrutura caracterial: expressão que designava o somatório organizado de atitudes psicológicas (e musculares) típicas dos indivíduos, progressivamente desenvolvidas e consolidadas desde a mais remota infância, com vista a controlar ou mesmo bloquear as reacções emotivas e orgânicas suscitadas pelos estímulos externos e internos.

A estrutura caracterial manifesta-se através da maneira de agir e reagir típica dos indivíduos. N. do T.

camente sexuais que a acompanham. A dificuldade maior numa relação sexual permanente encontra-se no conflito entre o enfraquecimento (*temporário ou definitivo*) do desejo sexual e o crescimento da ternura entre os parceiros.

Em todas as relações性uais, com efeito, mais tarde ou mais cedo, frequente ou raramente, surgem períodos de fraca atracção sexual ou mesmo de ausência total de desejo. É um dado da experiência contra o qual os argumentos morais nada podem; o interesse, a atracção sexual não se força. Quanto melhor for o ajustamento alcançado pelos parceiros na sensualidade e na ternura, menos frequentes e irreversíveis serão tais episódios. No entanto, todas as relações性uais estão sujeitas a tais crises.

O enfraquecimento da atracção sexual não teria grande importância se não se lhe acumulassem outros factores:

1. O enfraquecimento pode ocorrer apenas num dos parceiros.

2. A maioria das relações性uais são actualmente complicadas por laços económicos (dependência da mulher e dos filhos).

3. Independentemente desses factos exteriores, existe uma dificuldade intrínseca à própria relação estável que torna complicada a única solução lógica — a separação e a escolha de um outro parceiro.

Todas as pessoas se encontram constantemente expostas a estímulos sexuais novos provenientes de outros, que não o parceiro actual. Tais estímulos não produzem efeito nas fases melhores da relação. No entanto existem e não podem ser eliminados. Todas as prescrições das Igrejas sobre o pudor no vestuário e outras determinações morais ou ascéticas não produzem senão efeitos contrários, porquanto a repressão das necessidades sexuais serve sobretudo para exacerbar a sua urgência. A tragédia — ou comédia — de toda a moralidade sexual ascética reside precisamente em não ter em conta esse facto fundamental. Os estímulos sexuais, que apenas podem ser contrariados eficazmente por uma

inibição sexual neurótica, despertam em qualquer pessoa sexualmente saudável o desejo de outros objectos sexuais. Tais desejos podem ser largamente atenuados, ou preenchidos pela satisfação na relação existente. Quanto mais saudável é a pessoa, mais conscientes (isto é, não recalcados) serão esses desejos e consequentemente mais fáceis de controlar. E, evidentemente, tal controle é tanto menos nocivo quanto menos for determinado por considerações morais e mais subordinado a razões de economia sexual.

Porém, quando esses desejos por outros parceiros se tornam mais prementes, afectam a relação sexual existente, nomeadamente no sentido de acelerar o enfraquecimento do desejo sexual pelo parceiro. Índices seguros desse enfraquecimento são a diminuição da intensidade do desejo antes do acto e do prazer durante o acto sexual. A relação sexual torna-se progressivamente um hábito e um dever. A diminuição progressiva do prazer obtido com o parceiro e o desejo de outros objectos somam-se e reforçam-se mutuamente. Esta situação não pode evitarse ou iludir-se por meio de boas intenções ou de «técnicas amorosas». É essa a altura em que se manifesta um estado crítico de irritação contra o outro, irritação que, conforme o temperamento e educação de cada um, se exterioriza ou é reprimida. Em qualquer dos casos, e conforme demonstra a análise das situações desse género, gera-se e desenvolve-se sem cessar um ódio inconsciente contra «o outro», pelo facto de «ele» impedir a satisfação, frustrar, os outros desejos sexuais. Esse ódio inconsciente pode tornar-se tanto mais intenso quanto mais amável e tolerante for o parceiro, coisa que apenas em aparência poderá considerar-se paradoxal, porquanto, em tal caso, não se tem qualquer razão pessoal e consciente para odiar; entretanto, sente-se nele, e mesmo no amor que por ele se tenha, um obstáculo, um peso. Frequentemente, o ódio é sobrecompensado e camuflado por uma extrema afeição. Essa afeição reactiva nascida do ódio e os sentimentos de culpabilidade concomitantes são as componentes específicas de uma certa forma de ligação «pegajosa» e tenaz; por isso é

tão frequente ver-se pessoas, mesmo não casadas, que não são capazes de separar-se, ainda que efectivamente já nada tenham a dizer-se e menos ainda a dar-se, não sendo a relação entre elas mais do que uma tortura recíproca, prolongada e inútil.

Entretanto, o enfraquecimento do desejo sensual pode não ser definitivo. Mas passa facilmente do estado passageiro a permanente, se os parceiros são incapazes de tomar consciência da tensão ou do ódio recíproco, se rejeitam como inconvenientes e imorais os desejos sexuais sentidos por outras pessoas. Neste caso, verifica-se em geral a repressão de todas essas poderosas tendências, com todo o inevitável cortejo de consequências desastrosas para as relações entre duas pessoas que essa repressão engendra.

Se, pelo contrário, tais factos são abordados com franqueza, sem distorções nem preconceitos moralisantes, pode-se limitar a extensão do conflito e encontrar para ele uma saída, com a condição de que as manifestações de normal ciúme não se transformem em reivindicações possessivas e se reconheça o carácter natural e legítimo do interesse sexual por outros. Ninguém pensaria em condenar outra pessoa por não querer usar o mesmo vestuário durante anos, ou por não querer comer todos os dias o mesmo prato. Apenas no domínio sexual a exclusividade da possessão atingiu uma grande significação afectiva e isto em virtude da interpenetração das relações sexuais e de interesses económicos que ao ciúme natural deu as dimensões de um direito de propriedade. Numerosas pessoas amadurecidas e reflectidas me declararam que, após terem experimentado e superado esse conflito, a ideia de que o companheiro pudesse entrar em relações sexuais passageiras com outros tinha perdido o seu carácter terrificante e que a antiga impossibilidade de imaginar uma «infidelidade» lhes parecia a partir de então ridícula. Incontáveis exemplos mostram que a fidelidade assente na consciência moral mina progressivamente uma relação, enquanto que, em contrapartida, numerosos outros exemplos demonstram claramente que uma relação ocasional com outro parceiro não favorece

senão a relação duradoura que estava em vias de assumir a forma compulsiva do casamento. Numa união duradoura sem dependência económica, a ocorrência de uma relação passageira pode ter duas saídas. Ou a relação com a terceira pessoa não era senão accidental, comprovando-se assim que ela não podia rivalizar com a relação existente, a qual dessa prova apenas sai reforçada (e, no seu caso particular, a mulher deixa de ter o sentimento de ser inibida ou incapaz de ter relações com um outro homem). Ou a nova relação se torna mais intensa que a anteriormente estabelecida, proporcionando mais prazer e harmonia, rompendo-se então a relação antiga.

Que acontece ao parceiro cujo sentimento amoroso subsiste intacto? Ele ou ela terá inegavelmente uma dura batalha a travar. O ciúme e o sentimento de uma inferioridade sexual entrará em conflito com a compreensão das razões e destino do parceiro. Tentará talvez reconquistá-lo, o que implicitamente elimina o automatismo da relação prolongada e quebra a certeza da possessão, ou preferirá manter-se na expectativa de que o curso dos acontecimentos decida por si mesmo. Em tais circunstâncias, não há que dar conselhos, mas que considerar e analisar as possibilidades efectivas de evolução. Seja qual for essa evolução, ela será sempre melhor que o martírio de duas pessoas acorrentadas uma à outra por razões morais ou iracionais. Os problemas e restrições que em tais circunstâncias muitas pessoas têm o hábito de se impor, por causa do parceiro, reprimindo os seus verdadeiros desejos sem conseguir nunca extirpá-los, tendem muito facilmente a produzir um efeito contrário: o parceiro que teve excessiva consideração pelo outro tende a sentir-se com direito a uma gratidão particular, a considerar-se vítima e mártir, a tornar-se intolerante, e qualquer destas atitudes mina e ameaça bem mais uma relação do que uma «infidelidade».

Infelizmente, este tipo de considerações aplica-se apenas a uma minoria de indivíduos, porquanto na nossa sociedade a dependência económica da mulher faz com que as relações sexuais comuns sejam muito diferentes daquilo que seriam entre duas pessoas livres e inde-

pendentes; além disso, o problema da educação dos filhos contraria completamente as considerações de economia sexual. Por outro lado, a educação sexual a que quase todas as pessoas estão submetidas e a atmosfera social impedem que estes problemas sejam correctamente compreendidos por todos e que estas soluções racionais não sejam adoptadas senão excepcionalmente.

Evoquemos ainda uma dificuldade que pode ter graves consequências, quando não é bem compreendida. Quando a atracção sexual diminui ou desaparece, podem manifestar-se perturbações da potência orgástica no homem. Trata-se, na maior parte das vezes, de uma insuficiência de erecção ou mesmo de ausência de excitação, apesar dos estímulos. Se a ternura subsiste ou se existe um receio de impotência, tais situações podem originar uma depressão ou mesmo uma impotência prolongada. Para dissimular a sua frigidez, o homem tentará multiplicar as relações sexuais e isso pode ser perigoso. Deverá ter-se em conta que essa deficiência de erecção não constitui impotência, mas apenas uma manifestação de insuficiência de desejo e, em geral, de um desejo por outra mulher. (Na mulher, pode produzir-se o mesmo fenómeno, mas não assume tanta importância: primeiro, porque ela pode realizar o acto sexual apesar dessa perturbação; depois, porque geralmente não é tão penosamente afectada como o homem).

Se a relação no seu todo é boa, uma discussão franca das causas da perturbação (aversão sensual, desejo de outro parceiro) pode sem dificuldade solucionar o problema. Em todo o caso, é necessário saber esperar; cedo ou tarde o desejo reaparecerá, se a relação é no seu conjunto boa. Nessa altura, uma tentativa com outro parceiro pode muito bem fracassar, em consequência de sentimentos de culpabilidade relativamente ao parceiro habitual; mas pode também resultar e ser benéfica.

Em casos de predisposição para a neurose, a repressão do desejo de um outro parceiro e da aversão pelo parceiro actual é susceptível de provocar uma doença neurótica. Muito frequentemente, um conflito agudo deste género afecta seriamente a capacidade de trabalho.

A doença resulta do facto dessas pessoas procurarem a satisfação não obtida da realidade em fantasias geralmente ligadas ao onanismo. A solução destes conflitos varia consideravelmente em função da constituição psíquica da pessoa, da natureza da relação sexual, da perspectiva moral própria e do parceiro. Nunca se denunciará bastante a influência perniciosa dos nossos preconceitos morais neste domínio: a maior parte das pessoas consideram o simples facto de pensar num outro como uma incorrecção ou mesmo uma verdadeira infidelidade. No entanto, todos deveriam saber que tais factos constituem parte natural da pulsão sexual, que são normais e nada têm a ver com a moral. Se toda a gente o soubesse, as torturas psicológicas e os crimes passionais diminuiriam seguramente; por outro lado, desapareceriam numerosos factores e causas de perturbações psíquicas que não são senão uma solução inadequada destes problemas.

Falei, até aqui, das dificuldades e problemas que resultam da relação duradoura em si mesma. Antes de passar à análise da forma como essas dificuldades se entrelaçam com interesses económicos, indispensável se torna referir certos factos susceptíveis de criar complicações nas relações sexuais que não assumiram a forma de «casamento» oficial: trata-se da *ideologia da monogamia* que na nossa sociedade é adoptada e representada especialmente pela mulher.

Para uma mulher, mesmo economicamente independente, a ruptura de uma ligação duradoura não é um problema menor. Em primeiro lugar, por causa da chamada «opinião pública» ou direito institucionalizado de interferência nos assuntos privados de outrém. Com efeito, embora menos rigidamente que outrora, a opinião pública continua a ser mais severa com a mulher que tem uma ligação extra-conjugal e quando ela ousa ter relações com diversos homens ainda é, desde logo, considerada prostituta.

A moral sexual, impregnada como está de interesses de propriedade, criou uma situação onde se considera sem reservas que o homem «possui» a mulher e que está «se entrega». Como «possuir» constitui uma honra

e «entregar-se» uma capitulação ou humilhação, a mulher desenvolveu uma atitude negativa relativamente ao acto sexual, a qual é constantemente reforçada pela educação autoritária. E como para a maior parte dos homens possuir a mulher constitui mais uma prova de virilidade que uma experiência amorosa, assumindo a conquista mais importância que o amor, essa atitude da mulher vê-se aí tragicamente confirmada e justificada.

Além disso, desde a mais tenra infância, é inculcado na rapariga o princípio de que uma mulher deve ter relações com *um homem apenas*. A influência deste tipo de educação, na medida em que se enraíza nos sentimentos de culpabilidade inconscientes, é mais profunda e poderosa que a instrução sexual que intervêm demasiado tarde. Encontra-se frequentemente mulheres que, apesar de uma excelente compreensão intelectual das coisas, são incapazes de separar-se do homem que deixaram de amar e rejeitam essa hipótese recorrendo a todo o tipo de argumentos irrisórios. A verdadeira razão, inconsciente, pode formular-se assim: «a minha mãe suportou toda a sua vida o horrível casamento dela, portanto eu devo ser capaz do mesmo.» Na maior parte dos casos é esta identificação com a mãe monogâmica e fiel que constitui o factor de inibição mais influente.

Uma ligação estável que não se transforma em casamento compulsivo não dura habitualmente toda a vida. E quanto mais cedo a relação se estabelece, tanto mais provável — e legítimo do ponto de vista psicológico e biológico — que se dissolva mais depressa. Até aos 30 anos, aproximadamente, a menos que se esteja demasiado inibido por razões económicas, as pessoas estão em evolução psíquica constante. Só por volta desta idade os interesses começam a cristalizar-se e tornar-se duradouros.

A ideologia do ascetismo e da monogamia vitalícia encontra-se, portanto, em oposição flagrante com o processo de desenvolvimento somático e psíquico. Não é aplicável na prática senão repressivamente. Essa é a contradição inerente a toda a ideologia conjugal.

2. O PROBLEMA DO CASAMENTO

As dificuldades da relação sexual duradoura são agravadas e tornam-se mais difficilmente resolvíveis pela interferência de vínculos económicos. Neste caso, a relação sexual e o seu fundamento biológico e sexual transformam-se em casamento compulsivo, indissolúvel.

Os aspectos ideológicos desta instituição exprimem-se nas prescrições eclesiásticas de: a) *duração para toda a vida*; b) *estrita monogamia*. É certo que a sociedade atenua a rigidez eclesiástica do casamento, mas sem tocar nas suas contradições internas, porque isso seria contrário às suas próprias concepções liberais-individualistas. Com efeito, de um ponto de vista económico, a sociedade ver-se-ia obrigada a apoiar o casamento, ao mesmo tempo que do ponto de vista ideológico seria levada a conclusões impraticáveis do seu próprio ponto de vista. Este carácter contraditório revela-se sem exceção em todas as obras científicas e literárias que tratam do casamento. Reduzida à sua expressão mais simples, pode formular-se assim: é verdade que o casamento é nocivo, mas a instituição do casamento deve ser mantida e reforçada. A primeira parte desta fórmula é uma constatação de facto, a segunda parte uma exigência da sociedade reaccionária de que o casamento constitui parte integrante.

Em consequência desta dupla servidão, por um lado, relativamente aos factos, por outro, relativamente às exigências da ideologia reaccionária, os diversos autores chegam a adiantar os argumentos mais estranhos e absurdos para justificar a manutenção do casamento indissolúvel.

Esforçam-se, por exemplo, por demonstrar que o casamento e a monogamia são fenómenos naturais, isto é, biológicos. Procedem a árduas pesquisas entre as

espécies animais que, incontestavelmente, vivem sem leis sexuais, para daí isolas as cegonhas e os pombos que — temporariamente — vivem em monogamia. Donde logo concluem que a monogamia é «natural». Paradoxalmente, o homem deixa de ser um ente superior, *incomparável aos animais*, quando se pretende defender a ideologia do sistema de casamento monogâmico. Em contrapartida, quando se discute o casamento do ponto de vista *biológico*, esquece-se que a promiscuidade é a regra entre os animais; agora, subitamente, o homem volta a ser diferente dos animais e deve elevar-se a «um nível superior» de actividade sexual, ou seja o casamento monogâmico. O homem, proclama-se, é um «ser superior», com uma «moralidade inata», e a economia sexual é combatida porque demonstra, efectivamente, que essa «moralidade inata» é uma ficção. Ora, se a moralidade não é inata, só pela educação pode ser inculcada. Quem realiza essa educação? A sociedade e a sua fábrica de ideologia, a família autoritária fundada na monogamia compulsiva. Isto basta para demonstrar que a família não é um fenômeno natural, mas uma instituição social.

Entretanto, a argumentação reaccionária não desfalece. Quando se tem de admitir que o casamento não é uma instituição natural nem sobrenatural, mas sim uma simples instituição social, tenta-se de imediato provar que a humanidade viveu sempre na monogamia, negando-se qualquer evolução e mudanças das formas sexuais. Chega-se a ponto de falsificar a etnologia, como fez Westermark, por exemplo, para assim estabelecer a conclusão seguinte: se os homens sempre viveram na monogamia, daí se pode concluir que esta instituição é indispensável à existência da sociedade humana, do Estado, da cultura e da civilização. Omite-se todos os ensinamentos da história que demonstram terem também existido a poligamia e a promiscuidade sexual as quais desempenharam papel de grande importância. Mas, para contornar esta objecção, a ideologia monogâmica substitui então o ponto de vista da moralidade inata pelo da evolução. Descobre-se então que a evolução da sexualidade conduz a «formas superiores», que os povos pri-

mitivos vivem numa imoralidade bestial e numa «anarquia» que podemos orgulhar-nos de ter superado. Omite-se ainda o facto de o homem, a este nível, se distinguir do animal por uma sexualidade não menos, mas mais intensa, porquanto possui uma aptidão permanente para a actividade sexual. Neste sentido, a tão proclamada «superioridade do homem sobre o animal» não deixa de estar certa. Entretanto, a adopção de perspectivas moralizantes falseia a observação dos factos, como, por exemplo, acontece relativamente aos «primitivos» que na realidade têm uma economia sexual bem superior à nossa³. Renuncia-se assim a qualquer possibilidade de examinar o substrato económico e social das formas sexuais e das suas variações no tempo e no espaço. Em vez disso, fica-se indefinidamente na apreciação moral dos factos (que não na sua pesquisa), e em intermináveis discussões. Querer-se-ia justificar moral, metafísica ou biologicamente, fenómenos sociais condenados a desaparecer e isso a coberto de uma pretensa ciência objectiva que inspira tanto mais respeito aos incautos quanto mais infectada está de preconceitos moralisadores.

Se, em contrapartida, nos cingirmos rigorosamente aos factos, duas questões se levantam:

1. Qual é a função social do casamento?
2. Em que consiste a contradição do casamento?

a) *A função social do casamento.*

A função social da instituição do casamento é tripla: económica, política e social. Identifica-se com a família autoritária.

Economicamente, o casamento encontra a sua razão de ser naquilo que foi o seu fundamento desde a origem, isto é, a propriedade privada dos meios sociais de pro-

³ Cf. em particular MALINOWSKY, *La vie sexuelle des sauvages*, e Reich, *Der Einbruch der Sexualmoral*, Sempol Verlag, 1932. [Trad. portuguesa: *A Irrupção da Moral Sexual Repressiva*, Publ. Escorpião, Porto, 1975].

dução. Quer isso dizer que o casamento será socialmente necessário enquanto persistirem essas mesmas condições económicas. Esta formulação carece no entanto de ser completada, porquanto, por exemplo, embora na União Soviética exista propriedade de Estado e não propriedade privada dos meios sociais de produção, o casamento compulsivo foi restabelecido. É portanto necessário precisar que:

- a) a família compulsiva das sociedades autoritárias tem a sua origem histórica na propriedade privada dos meios de produção e mantém-se pela autoridade do Estado nas sociedades em que essa propriedade privada foi abolida;
- b) a família compulsiva radica-se na estrutura humana autoritária e anti-sexual.

A objecção de que mesmo as classes que não têm tal interesse económico adoptam essa mesma forma de vida sexual carece de consistência, porque as ideologias dominantes são sempre as da classe dominante, e a forma do casamento não assenta apenas sobre motivações económicas, mas também sobre a atmosfera ideológica moral e sobre a estrutura humana de medo à vida. É por essa razão que a maior parte dos indivíduos ignoram o verdadeiro fundamento do casamento e o consideram sempre sob o aspecto das justificações ideológicas. Mas quando razões materiais o exigem, a sociedade modifica a ideologia. Assim, tendo a população da Europa central sido dezimada pela Guerra dos Trinta Anos, a Dieta de Nuremberga promulgou, em 14 de Fevereiro de 1650, um decreto que abolia a monogamia: «*Dado que as necessidades do Sacro Império Romano exigem que a população dezimada pela guerra, pela doença e pela fome, seja substituída... cada homem fica com o direito, durante os próximos dez anos, de casar com duas mulheres*» (citado de Fuchs, *Sittengeschichte*, Renascença, p. 40). E falam os sábios de monogamia «natural», «biológica»!

Politicamente, o casamento monogâmico indissolúvel constitui o núcleo da família moderna, que, como vimos, é o centro de formação ideológica de todos os membros

da sociedade autoritária; tem portanto uma significação e um papel políticos.

Socialmente, o casamento assegura, por um lado, a dependência económica da mulher e dos filhos, traço característico da sociedade patriarcal. Por outro lado, a sua protecção económica e moral (no sentido dos interesses patriarcais). Logo a sociedade patriarcal tem necessariamente de manter a instituição do casamento. Não se trata de saber se o casamento é bom ou mau, mas sim se é necessário e se se justifica socialmente. Com efeito, não se pode pretender suprimir o casamento numa sociedade em que ele se revela economicamente radicado; apenas se pode «reformá-lo», sem o alterar quanto ao essencial, substituindo, por exemplo, como razão para o divórcio, o princípio da incompatibilidade pelo da culpabilidade.

Tais reformas de maneira alguma alteram o fundamental. Com efeito, alcançam apenas contradições da situação matrimonial de origem sexual e não de origem económica; e quase sempre assumem carácter trágico-cómico idêntico ao da solução apresentada no periódico *Pester Lloyd* de 25 de Janeiro de 1929:

«*O bridge como matéria escolar obrigatória*. De Cleveland, nos Estados Unidos, chega-nos uma surpreendente notícia. As escolas municipais decidiram fazer do bridge uma matéria obrigatória. A razão apresentada para esta estranha inovação é a de que o lar americano se encontra em decadência, por nele já quase não se jogar o bridge. Muitos casamentos se desfizeram porque os esposos, em vez de jogarem o bridge entre si, ou em boa companhia, passaram a sair cada um para o seu lado. As escolas municipais contrataram doze professores da referida «matéria». Ao ensinar o bridge às crianças, espera-se não só que fiquem preparadas para uma vida conjugal sólida, mas também que possam exercer uma benéfica influência sobre os seus pais, cuja maioria se encontra desunida».

Pode dizer-se que a maior parte das considerações sobre o casamento se revestem deste ridículo; é facilmente perceptível a forma como se pretende dissimular

factos da maior gravidade com anedotas de mau gosto. Que os casamentos se desintegram nada tem de novo. Examinemos contudo alguns dados estatísticos.

Primeiro, o número de casamento e de divórcios em Viena, entre 1915 e 1925 (segundo Walter Schiff) ⁴:

ANO	CASAMENTOS	DIVÓRCIOS
1915	13.954	617
1916	12.855	656
1917	12.406	659
1918	17.123	1.078
1919	26.182	2.460
1920	31.164	3.145
1921	29.274	3.300
1922	26.568	3.113
1923	19.827	3.371
1924	17.410	3.437
1925	16.288	3.241

Verifica-se, portanto, que o número de casamentos — excepto nos anos do post-guerra — apenas aumentou ligeiramente, enquanto o número de divórcios aumentou regularmente, de 500% em 10 anos. Quando a proporção entre divórcios e casamentos era de um para vinte em 1915, passou a ser de um para cinco em 1925.

Num artigo do *Peste Napo* de 18 de Novembro de 1928, pode ler-se o seguinte:

«Embora o número de casamentos tenha aumentado, o número de divórcios aumentou muito mais rapidamente. Entre 1878 e 1927 o número de casamentos multiplicou-se por quatro, enquanto o número de divórcios se multiplicou por oitenta. Em 1926 essa proporção atingiu a cifra de 1/100.»

No mesmo artigo, o autor referia ainda que a maioria destes divórcios se tinha verificado 5 ou 6 anos depois

do casamento. Em 1927, 1.448 divórcios num total de 1.645 tinham sido concedidos por «abandono» e só em dois casos fora alegado o adultério.

O *Budapesti Hirlap* de 24 de Novembro de 1928 refere que o rápido aumento de divórcios é debatido na Câmara dos Lordes. Em 1922, 1813 divórcios; em 1923, 1888, contra 21 casos no ano de 1878 e 15 em 1879. A partir da crise económica de 1898, os divórcios não deixaram de se multiplicar rapidamente (1900: 255; 1905: 464; 1910: 659). Está provado que a taxa de divórcios aumenta nos períodos de crise económica.

A partir de 1931 o número de casamentos na Europa — com excepção da Checoslováquia — aumentou:

	Número de casamentos (em milhares)			
	1931	1932	1933	1934
Alemanha	514,4	509,6	631,2	781,5
Itália	276,0	267,8	289,9	309,2
Portugal	44,9	45,4	45,8	47,5
Polónia	273,3	270,3	273,9	277,3
Países-Baixos	59,5	55,8	59,2	60,6
Hungria	76,4	71,2	73,1	77,7
Checoslováquia	129,9	128,0	124,3	118,3

Isso reflecte uma pressão crescente da reacção política; na Alemanha, em 3 anos, foram concedidos 366.178 empréstimos bancários de casamento a fim de incrementar a ideologia familiar. Assim, este aumento pouco ou mesmo nada significa, já que as condições de desenvolvimento da vida sexual não sofreram qualquer alteração e a contradição básica do casamento permaneceu.

Na Rússia Soviética, onde a instituição do casamento foi praticamente abolida (o registo de uma relação sexual duradoura não era obrigatório), as estatísticas revelaram o seguinte: em Moscovô, entre 1926 e 1929, o número de registos aumentou de 24.899 para 26.211: durante esse mesmo período de tempo, as separações aumentaram de 11.879 para 19.421. Em Leningrado houve

⁴ Die natürliche Bewegung der Bevölkerung der Bundes hauptstadt, Wien, 1926.

em 1926, 20.913 registos e 24.368 em 1927; durante o mesmo período, as separações aumentaram de 5.536 para 16.008.

Nos Estados Unidos, segundo Lindsey, (*Companionate Marriage*, p. 153) a situação era a seguinte: em 1922 o número de divórcios e abandonos em Denver era superior ao de casamentos. Comparando com 1921, verificava-se 618 casamentos a menos e uma subida de 45 no número de divórcios. Enquanto o número de casamentos em 1920 era de 4.002, em 1922 era apenas de 3.008. Em Chicago, nesse mesmo ano, o número de divórcios foi rigorosamente de um terço do número de casamentos.

Segundo a *United Press*, em 1924 verificaram-se em Atlanta 1.845 divórcios para 3.350 casamentos (mais de metade); em Los Angeles 7.882 para 16.605 (quase metade), em Kansas City 2.400 para 4.821 (quase metade); em Ohio 11.885 para 53.300 (cerca de um quinto); em Denver 1.500 para 3.000 (metade); e em Cleveland 5.256 para 16.132 (um terço).

Lindsey comenta assim estes factos:

«O casamento tal como existe é um verdadeiro inferno para a maioria das pessoas que o contraem. Isto é um facto indiscutível. Desafio quem quer que seja a chegar a uma conclusão contrária, depois de observar a procissão de vidas arruinadas, de homens e mulheres infelizes e miseráveis, de crianças abandonadas que passam pelo meu tribunal.» (*Revolt*, pág. 174).

«Diz-se que em Chicago, em 1922, se verificaram 39.000 registos de casamento, contra 13.000 sentenças de divórcio. E, se foram pronunciadas 13.000 sentenças de divórcio, quantos casais não haveria que desejavam divorciar-se, mas não ousaram fazê-lo? Porque o divórcio é um assunto complicado, dispendioso e desagradável, e as pessoas que o desejam só em último caso recorrem ao tribunal. Se houve 39.000 casamentos em Chicago no ano da graça de 1922, não é exagerado dizer que, para além dos 13.000 casais que se divorciaram, outros 26.000 o teriam feito se tivessem tido essa possibilidade. Baseio esta crença no número de casais que me vêm

consultar, à procura de conselho ou de consolação, e que nunca levam a cabo o divórcio que desejam. Creio que o seu número é múltiplo daqueles que chegam a vir ao tribunal resolver os seus problemas» (p. 154).

«Se compararmos estes factos com as estatísticas dos anos anteriores, não podemos fugir à conclusão de que os divórcios e as separações se multiplicam, e se isso continuar — como é de prever para o imediato — em certas regiões haverá tantos divórcios como casamentos.

«Há dezenas de milhares de casos em que o malogro patente do casamento está registado nos nossos tribunais não como «divórcio» ou «separação legal», mas como não-cumprimento do dever de sustento, não-assistência, abandono, etc. Do ponto de vista material e psicológico, não há razão nenhuma para não os classificar como divórcios, pois seriam exactamente isso se os cônjuges destes casamentos pudessem seguir livremente o seu caminho, e não fossem dissuadidos pelas circunstâncias, os filhos e as pressões legais. Todos esses casos particulares, incluindo os divórcios e as separações, poderiam englobar-se na noção geral dos Casamentos-Que-Falharam. Neste sentido, seria normal dizer que há tantos «divórcios» por ano quantos os banhos de casamento publicados». (p. 155).

Consideremos agora uma difícil conversa com uma rapariga americana:

«Por exemplo, Mary, a rapariga de que já falei, recusava o casamento porque levantava objecções a comprometer-se num contrato tão pouco revogável e tão difícil de rescindir... O que ela pretendia era um tipo de casamento que lhe permitisse ser um agente livre, mas não o podia conseguir. Por isso rejeitava a instituição como um todo, embora admitisse que a poderia aceitar com certas correcções, e mesmo que via nela numerosas vantagens».

«Poder-se-ia defender que o dever de Mary, enquanto membro da sociedade e sujeita às suas leis, era render-se à instituição do casamento tal como ele é e tentar a experiência; e que, se não podia tomar essa resolução,

deveria ficar celibatária e recusar à sua vida sexual a expressão normal que ela reclamava».

«A isso respondeu-me Mary, com razão ou sem ela, que não queria sacrificar-se ao *fétiches* do conformismo; recusava-se a escolher entre casamento e celibato, considerando-os ao mesmo título absurdos e monstruosos».

«Em vez disso, levantava a bandeira da revolta e dizia: «Não! Eu e a minha geração encontraremos uma terceira via. Quer vos agtade quer não, faremos entre nós um pacto conjugal da nossa lavra e que responda às nossas necessidades. Nós acreditamos ter um direito natural à camaradagem e à intimidade que instinctivamente desejamos. Conhecemos os processos anticoncepcionais, o que elimina a eventualidade de complicações devidas a filhos não desejados. Não consideramos que a nossa forma de agir ameace a segurança da sociedade humana; e acreditamos que este esforço para substituir a tradição por aquilo que achamos ser o bom senso fará mais bem que mal.» — Eis a substância das suas alegações».

«E que deverei eu responder, como homem com uma responsabilidade judicial? Por um lado, não posso aprovar a conduta de Mary sem negligenciar as grandes dificuldades práticas e os perigos sociais implicados por uma aplicação cega das suas teorias, forma de aplicação essa que é precisamente a sua. Por outro lado, sinceramente e honestamente, não posso dizer a Mary ou a quem quer que seja que considero a instituição do casamento, *tal como ela é*, suscetível de assegurar a felicidade às pessoas que a ela se submetem. Não posso deixar de pensar que, se o casamento deve ter o apoio sem reservas da sociedade, tem de produzir resultados suficientemente proporcionados às suas pretensões; e que, seja qual for a infelicidade resultante da rigidez do seu código actual, ele deve ser aperfeiçoável. Também não posso calar o facto de ser o casamento destinado ao bem-estar e à felicidade do homem, e não o homem ao casamento; de o casamento não ser um fim mas um meio; de quando o sapato não serve, ser ele que deve ser mudado e não o pé. Quanto ao celibato, como única possibilidade alternativa ao casa-

mento infeliz, para que perdemos tempo a formular exigências que os indivíduos não terão oportunidade de aplicar e que a serem aplicadas violentariam o seu instinto irreprimível?» (*Revolt*, p. 138).

E que conclusões tira Lindsey das suas observações e desta penosa conversa com Mary?

«E, no entanto, isto de modo algum significa que o casamento seja um fracasso e que o devamos pôr de lado substituindo-o pelo Amor Livre ou qualquer outro modelo social. Por imperfeita que seja a instituição, não podemos dispensá-la. Ela deve ser salvaguardada por meio de sábias e prudentes modificações das suas regras, a fim de proporcionar à vida pessoal a felicidade que em condições apropriadas deveria poder facultar.

«Eu acredito muito nas possibilidades benéficas do casamento, mas não posso ignorar o facto de não se lhe dar oportunidade de realizar essas possibilidades. Penso ter-me feito compreender.» (*id.*, p. 140).

Como vemos, mesmo um homem tão excepcional como Lindsey passa da descoberta da desintegração do casamento e do seu conflito com a economia sexual para a moral reaccionária, que, como o sabemos, mais não é que o reflexo das necessidades económicas do sistema dominante. Se a desintegração do casamento é particularmente rápida e evidente na América, isso deve-se ao facto de ter sido aí que o capitalismo realizou os maiores progressos e, consequentemente, produziu as contradições mais agudas no domínio da economia sexual: puritanismo rigoroso, por um lado, desabar da moral reaccionária, por outro.

Lindsey está convencido de que o casamento deve ser conservado por causa da «felicidade que, em condições apropriadas, deveria poder proporcionar». Mas o problema não consiste em saber se o casamento encerra uma potencialidade de felicidade, mas sim se a realiza. Se não a realiza, é preciso procurar a razão; se ele se desintegra, é preciso analisar as causas materiais e sexuais desse fenômeno.

Hoffinger, em pleno século XIX, chegava à seguinte conclusão:

«Apesar de uma investigação minuciosa e sistemática do número de casamentos felizes, teve de reconhecer que eles constituem exceções à regra extremamente raras». (Citado de Bloch, *Das Sexualleben unserer Zeit*, p. 247.)

Gross-Hoffinger constata igualmente que:

- 1. Cerca de metade dos casamentos são absolutamente infelizes.
- 2. Bastante mais de metade dos casais estão completamente desmoralizados.
- 3. A moral da exígua metade que resta não inclui certamente a fidelidade conjugal.
- 4. 15% dos cônjuges entregam-se à prostituição e ao proxenetismo.
- 5. O número dos casamentos cuja ortodoxia vai até à fidelidade absoluta é, aos olhos de qualquer pessoa sensata que conheça a natureza humana e a violência das suas exigências, igual a zero.» (Bloch, *Sexualleben*, pág. 253.)

Bloch, depois de ter estudado cem casamentos, verificou o seguinte:

— realmente infelizes	48
— indiferentes	36
— irdiscutivelmente felizes	15
— virtuosos	1

Nestes cem casamentos, Bloch encontrou 14 «deliberadamente imorais», 51 «dissolutos e frívolos», 2 «acima de qualquer suspeita». Notemos estes termos moralizadores. Eu verifiquei os casos citados e descobri que, entre os casamentos qualificados de felizes, 3 estavam numa idade avançada; em 13 casos, existia infidelidade de um ou dos dois cônjuges; 3 eram caracterizados como «fleumáticos», ou seja desprovidos de exigências sexuais (impotentes ou frígidos); 2 eram aparentemente felizes. Se, em 15 casamentos considerados «indiscutivelmente felizes», 13 comportam infidelidades, isso mostra que, a longo prazo, um casamento só pode ser feliz

pelo sacrifício da exigência ideológica mais importante, a fidelidade conjugal.

Uma estatística pessoal, referente a 93 casamentos cujas condições eu conheci bem, deu os seguintes resultados :

— infelizes ou manifestamente infiéis	66
— cônjuges resignados ou doentes	18
— casos incertos (extremamente calmos)	6
— felizes	3

Destes três casamentos felizes, nenhum tinha mais de três anos. Esta estatística foi elaborada em 1925; depois disso, um desses três casamentos felizes rompeu-se, um outro desintegrou-se interiormente quando o homem se fez psicanalizar, embora até à data ainda não se tenha verificado o divórcio, o terceiro ainda persiste (1929).

Num curso para médicos estrangeiros em Moscovo, Lebedeva forneceu alguns números a respeito da duração das ligações sexuais. Baseava-se ela nos casamentos registados, que na prática constituem ligações sexuais duradouras. Desses ligações registadas, 19 % duravam menos de um ano, 37 % de um a quatro anos, 26 % de quatro a dez anos, 12 % de dez a dezanove anos, 6 % mais de dezanove anos.

Estes números mostram que a duração média de uma ligação de base sexual é de quatro anos. Como é que a reforma sexual dos conservadores pretende pôr termo a este estado de coisas?

*
* *

Gostaria de acrescentar algumas observações acerca dos casamentos considerados bons e «serenos». «Serenos» significa que os conflitos não se exteriorizam. Do mesmo modo se qualificam de «felizes» os casamentos em que os conflitos deram lugar a uma resignação

muda. Quando um dos cônjuges se submete à psicanálise, ficamos sempre surpreendidos com a quantidade de ódio inconsciente e reprimido que se acumulou e que, sem jamais ter sido claramente consciente, acabou por se manifestar sob a forma de uma perturbação psíquica.

Seria errado imputar esse ódio unicamente a experiências infantis. Pode verificar-se que a transferência para o cônjuge do ódio votado a uma pessoa desde a infância apenas se produz quando os conflitos conjugais se acumularam em quantidade suficiente para reactivar as dificuldades infantis. A experiência mostra que um casamento desse tipo se desintegra no decorrer da psicanálise se o tratamento não tiver em conta a moral conjugal compulsiva, ou seja quando não ilude, conscientemente ou não, os temas susceptíveis de pôr em causa o casamento. A experiência mostra também que os casamentos que sofreram a pressão da psicanálise só podem subsistir se o paciente recupera a sua agilidade sexual e se decide a não obedecer cegamente às severas regras da moral matrimonial. Essa obediência revela-se regularmente radicada em recalcamentos neuróticos.

A psicanálise das pessoas casadas desvenda também os seguintes factos indubitáveis:

1. Não há mulher alguma que não experimente os chamados «fantasmas de prostituição». Raramente se trata da ideia de se prostituir de facto, mas, em geral, do desejo de ter relações com mais do que um homem, de não limitar a sua experiência sexual a um só homem. Compreende-se facilmente que, na nossa sociedade, esse tipo de desejo se associe à ideia de prostituição. A experiência da psicanálise caracterial apaga até ao último vestígio a crença numpa natureza monogâmica da mulher. Muitos psicanalistas consideram esses «fantasmas de prostituição» como neuróticos e pensam que as mulheres devem libertar-se deles. Tal juízo implica o abandono da atitude amoral necessária a qualquer terapêutica racional e subordina a análise aos interesses de uma moral patogénica. O papel do médico é preocupaçor-se com a saúde do paciente, ou seja com a sua

economia libidinal, e não com a moral. Se se esbarra numa contradição entre as exigências libidinais do paciente e a moral social, é um erro rejeitar essas exigências como «infantis», como maquinções do «princípio de prazer» e invocar a necessidade de uma submissão ao «princípio de realidade», de uma «adaptação ao real» ou de uma «resignação». Em primeiro lugar, é preciso examinar se as necessidades sexuais são realmente infantis ou não e se as exigências da realidade são aceitáveis do ponto de vista da saúde. Uma mulher que satisfaz as suas necessidades sexuais com mais do que um homem não é necessariamente infantil, muito simplesmente não se acomoda ao esquema ideológico da nossa sociedade. Ela não está doente, mas pode ficar doente se se conformar à moral convencional mais do que lho permitem as suas necessidades. Não se nota muito que as «boas esposas», as que estão «adaptadas ao real», ou seja as que aceitaram o fardo do casamento sem conflito aparente graças à sua inibição sexual, apresentam todos os sinais da neurose. Mas é por elas estarem «adaptadas ao real» que esse facto passa despercebido.

2. A psicanálise, se a aplicarmos à vida social, revela-nos as motivações essenciais da ideologia monogâmica. Em primeiro lugar, a identificação com os pais, que representaram o aspecto exterior da monogamia, particularmente a identificação da filha com a mãe monogâmica (também se encontra o contrário, a reacção contra a monogamia da mãe, neste caso, a *poligamia neurótica*). Outra motivação reside nos sentimentos de culpabilidade, resultantes do ódio recalcado em relação ao cônjuge que entrava a liberdade sexual. Mas a motivação mais profunda da atitude monogâmica é a proibição dos impulsos sexuais infantis, o medo das actividades sexuais contráido na infância. A *ideologia monogâmica do indivíduo surge pois como um poderoso mecanismo de protecção contra os seus próprios desejos sexuais, desejos esses que ignoram totalmente a distinção monogamia - poligamia e só conhecem a satisfação*. A fixação incestuosa ao progenitor do sexo

oposto desempenha aqui um papel importante; se essa fixação se dissolver, desaba o essencial da ideologia monogâmica. Na mulher, a dependência económica é uma motivação importante das tendências monogâmicas. Muito frequentemente, uma atitude de monogamia rigorosa afrouxa, sem trabalho psicanalítico quando uma mulher ascende à independência económica.

3. A obrigação de fidelidade imposta pelo marido à sua mulher também tem os seus motivos individuais. A base económica da monogamia não parece ter uma representação psíquica imediata. Mas os motivos subjetivos que se lhe substituem são, em primeiro lugar, o medo de um rival, especialmente de um rival mais viril, e o medo narcísico de ser publicamente estigmatizado como «cornudo». Uma mulher enganada não é desprezada, mas lamentada, pois a infidelidade do marido constitui um perigo real para a mulher, economicamente dependente. A infidelidade da esposa, pelo contrário, demonstra à opinião pública que o marido não soube fazer respeitar os seus direitos de proprietário e talvez também que ele não foi suficientemente homem, no sentido sexual, para reter a sua mulher; é por isso que normalmente a mulher suporta melhor a infidelidade do marido do que este a da mulher; se os interesses económicos influissem directamente na ideologia, verificar-se-ia o inverso. Entre a base económica das concepções morais e as próprias concepções há toda a espécie de intermediários, como por exemplo a vaidade do marido, de modo que, no fim de contas, o significado social do casamento permanece intacto: o homem tem o direito de ser infiel, a mulher não.

b) *A contradição inherente à instituição do casamento.*

A contradição da instituição do casamento resulta do conflito entre os interesses sexuais e os interesses económicos. As exigências formuladas do ponto de vista do interesse económico são muito coerentes e muito

claras. Mas, do ponto de vista da economia sexual, é impossível que um indivíduo saudável se submeta às exigências da moral conjugal, ou seja ter *apenas um parceiro e por toda a vida*. A primeira condição do casamento é portanto uma repressão profunda das necessidades sexuais, sobretudo na mulher; por conseguinte, a moral exige a castidade pré-nupcial, em especial da mulher. Diz-se que não é a sexualidade mas sim a propriedade que define a essência do casamento; o que é verdade do ponto de vista estritamente económico, mas não do ponto de vista da ligação sexual duradoura. Os cônjuges não devem conhecer sexualmente terceiros durante o casamento.

É certo que estas exigências são necessárias à conservação do casamento. *Mas são estas mesmas exigências que minam o casamento* e o condenam desde a origem. A obrigação da relação sexual por toda a vida provoca necessariamente uma revolta contra a coerção; seja essa revolta consciente ou não, ela é tanto mais intensa quanto mais vigorosas são as necessidades sexuais. A mulher viveu na continência até ao casamento, reprimindo para isso as suas necessidades genitais. Agora que o casamento chega, a sua genitalidade já não está à sua disposição: ela fica frígida. Dissipado o encanto da novidade, deixa de estar em condições de excitar ou satisfazer o seu marido. Quanto mais são for o homem, mais cedo desaparecerá o seu desejo e surgirá a procura de uma mulher que possa dar-lhe mais: é a primeira fenda no edifício. Embora o homem seja autorizado pelos costumes a «fazer das suas», é bem claro que ele não deve ir demasiado longe nas suas «aventuras». Também ele, quando se casa, tem de recalcar uma grande parte dos seus impulsos genitais. Esse recalque é benéfico para a conservação do casamento, mas maléfico para a ligação sexual, pois origina perturbações da virilidade. Se a mulher é capaz de despertar a sua genitalidade e começa a exercê-la, é rapidamente desapontada pela inadequação sexual do marido; ela lançar-se-á à procura de outro parceiro ou sofrerá então de estase sexual e contrairá

uma neurose. Em ambos os casos, o casamento foi minado precisamente por aquilo que se destinava a assegurar a sua existência: a educação anti-sexual com vista ao casamento.

Um outro factor de desintegração intervém: a crescente independência económica da mulher ajuda-a a superar as suas inibições sexuais; ela está menos presa ao lar e aos filhos e trava conhecimento com outros homens; a sua entrada no processo da produção incita-a a reflectir em coisas que até então ultrapassavam o seu horizonte.

Os casamentos poderiam ser bons, pelo menos durante um certo tempo, se neles houvesse harmonia e satisfação sexual. Mas para isso seria necessária uma educação favorável à sexualidade, uma experiência sexual pré-nupcial e uma emancipação relativamente à moral convencional. *Mas estes mesmos factores que permitiriam realizar bons casamentos significam ao mesmo tempo a condenação da instituição.* Porque, desde o momento em que a sexualidade é afirmada, em que o moralismo é superado, já não subsiste qualquer argumento interno contra as relações com outros parceiros, salvo para o período em que se verifique a fidelidade fundada na satisfação, período que não dura toda a vida. A ideologia matrimonial desaba assim, e com ela o casamento, que não mais é igual a si mesmo, antes se torna relação sexual duradoura. Esta relação, que não se baseia na repressão dos impulsos genitais, é mais geradora de felicidade que o casamento monogâmico estrito. A cura de um casamento infeliz consegue-se muitas vezes, não obstante a lei e a moral autoritárias, pela infidelidade conjugal.

Gruber escreve:

«Em qualquer casamento haverá de certeza períodos de intenso descontentamento, em que o facto de os parceiros estarem presos um ao outro será sentido como um pesado fardo. Estas perturbações desagradáveis serão superadas com mais facilidade por aqueles que tiverem entrado castos no casamento e se tenham mantido fiéis a ele.» (*Hygiène*, p. 148).

Gruber tem razão: quanto mais castos forem os indivíduos antes do casamento, mais fiéis serão no casamento. Mas este tipo de fidelidade deve-se apenas à atrofia da sexualidade pela continência pré-conjugal.

A esterilidade das reformas matrimoniais tradicionais explica-se pela contradição entre a ideologia conjugal, que simultaneamente origina a miséria e a necessidade de reforma, e o facto de a própria forma do casamento a reformar fazer parte integrante da ordem social em que economicamente se enraiza. Mostrámos que a miséria social prevalecente é essencialmente imputável ao conflito entre as necessidades性 naturais e a ideologia de continência extra-matrimonial e de monogamia definitiva.

Os reformadores da sexualidade constatam que a maioria dos casamentos são infelizes porque a satisfação sexual é incompleta, dado os homens serem inábeis e as mulheres fríidas. É por isso que um reformador como Van de Velde propõe a erotização do casamento: ele ensina técnicas性 aos maridos, contando melhorar assim as relações entre cônjuges. A sua ideia fundamental é justa: um casamento que assenta numa base erótica satisfatória é melhor que o casamento não-erótico. Mas ele ignora todas as condições da erotização de uma ligação sexual, que começam por uma afirmação geral da sexualidade e uma vida sexual pré-conjugal da mulher. Ora, a educação sexual é determinada por estes objectivos: castidade das raparigas, fidelidade obsessional (*Zwangstreue*) da esposa. Estes dois objectivos tornam necessário um recalcamento sexual profundo, se não completo, na rapariga. A mulher que não tem exigências性, que é dependente, que recusa a sexualidade ou, em rigor, pretende suportá-la, é a esposa mais fiel; portanto, no sentido da moral conservadora, a melhor esposa. Uma educação que afirmasse a sexualidade tornaria a mulher mais independente e, por conseguinte, seria essencialmente perigosa para o casamento. A educação negadora da sexualidade é perfeitamente lógica do ponto de vista do casamento monogâmico. Reciprocamente, a exigência de

erotização do casamento está em contradição com a ideologia matrimonial. Por exemplo, o Pr. Häberlin, de Basileia, no seu livro *Die Ehe*, após ter escrito que o amor sexual é o verdadeiro motivo do casamento, que, sem ele, «é impossível um verdadeiro casamento», acrescenta que, «não obstante, o amor sexual representa para o casamento um elemento de perigo e de incerteza e, pela sua própria presença, torna a vida conjugal permanentemente problemática». Como cientista reaccionário consequente, ele chega à conclusão de que «o casamento deve ser uma comunidade para toda a vida apesar do amor sexual que o acompanha». Isto significa que a sociedade reaccionária está economicamente interessada na instituição do casamento monogâmico por toda a vida e não pode tomar em consideração os interesses sexuais.

É por isso que, nesta sociedade, qualquer redução das formalidades de divórcio não tem praticamente alcance para as massas. As leis sobre o divórcio significam apenas que a sociedade admite o princípio do divórcio. Mas estará ela igualmente disposta a criar as condições que permitem à mulher realizar o divórcio? Uma dessas condições seria que a racionalização da produção tivesse como consequência, não o desemprego, mas a redução do tempo de trabalho e o aumento dos salários. Dada a dependência material da mulher em relação ao homem e a sua mais fraca participação no processo da produção, o casamento representa para ela uma instituição protectora, mas ao mesmo tempo permite explorá-la. Efectivamente, ela não se limita a ser objecto sexual do homem e a fornecer crianças para o Estado, mas é também empregada doméstica não paga, o que aumenta indirectamente o lucro do empresário. Pois o homem só pode trabalhar pelo baixo nível do salário habitual se, em casa, uma determinada quantidade de trabalho for realizada gratuitamente. Se o patrão tivesse de olhar pela economia doméstica do operário, teria que lhe pagar ou uma governanta ou então um salário que lhe permitisse arranjar uma. Ora, a esposa efectua esse trabalho de graça. Se, ainda por

cima, está empregada, tem que fazer horas suplementares não pagas para assegurar a economia doméstica; se o não fizer, essa economia desintegra-se mais ou menos e o casamento deixa de ser um casamento convencional.

Além destas dificuldades económicas, é de notar que a mulher, em consequência da educação sexual tradicional, só está preparada para a vida conjugal, com toda a sua miséria sexual, as suas pressões e o seu vazio, mas também com a sua tranquilidade nas relações com o exterior e a sua rotina interior, que evitam à mulher média a preocupação sexual e a luta pela vida extra-conjugal. Pouco importa à consciência dessa mulher que essa economia se pague com um sofrimento físico. É que a consciência da sua sexualidade poupar-lhe-ia talvez a neurose, mas não o sofrimento sexual infligido pela atmosfera convencional.

As contradições da instituição do casamento refletem-se nas contradições das reformas matrimoniais. A reforma pela erotização (à maneira de Van de Velde) é em si mesma contraditória. A proposta de Lindsey, de um «casamento-camaradagem», não passa de uma solução de compromisso: em vez de se procurarem as razões da desintegração, tenta-se sustar o que desaba, com base no princípio de que «o casamento é a melhor reforma sexual». Os escritos de Lindsey mostram claramente esta passagem da observação dos factos à avaliação moral convencional.

Por razões morais levanta ele, por exemplo, objecções ao casamento experimental, ao mesmo tempo que se faz o paladino do casamento - camaradagem, ou seja de uma ligação «sancionada pela lei», com um controlo dos nascimentos sancionado pela lei. Se procurarmos a razão para esta sanção legal, não encontraremos senão a ideia de que as relações sexuais deveriam ser legalmente sancionadas. A única diferença entre o casamento - camaradagem e o casamento convencional seria o controlo dos nascimentos e a possibilidade de fácil dissolução. Evidentemente, uma proposta deste tipo é a mais audaciosa que se pode fazer numa sociedade

conservadora. Mas temos de compreender que ela está ligada a uma sociedade, que, inelutavelmente, tem de colocar os interesses económicos da mulher e das crianças antes das exigências da economia sexual; ela não permite portanto, de modo algum, resolver o problema do casamento.

Os factos apresentam-se assim: o conflito do casamento é insolúvel no quadro da actual ordem social, pelas seguintes razões: por um lado, a necessidade sexual já não pode ser continuada à forma que lhe tinha sido imposta, donde o desabar da moral conjugal; por outro lado, a situação económica da mulher e das crianças torna necessária a conservação da instituição, donde o recurso repetido à forma sexual existente, ao casamento compulsivo. Este conflito não é mais que o prolongamento de um outro conflito mais profundo: o de se pretender, no quadro da sociedade autoritária, instaurar modos de produção democráticos. A moral conjugal modifica-se na medida em que o acesso da mulher à independência económica e a entrada da juventude trabalhadora na vida colectiva, por um lado, e o conflito sexual, por outro, provocam crises sexuais. O casamento faz parte integrante do sistema económico capitalista e mantém-se, portanto, apesar de todas as crises a que está sujeito. A sua desintegração é apenas um dos sintomas da fragilidade do modo de vida autoritário em geral. O casamento desmorona-se automaticamente quando desaparece a sua base económica. Foi o que aconteceu na União Soviética.

A rápida e completa desintegração do casamento compulsivo depois da revolução mostrou claramente até que ponto lhe faltava a base sexual. A crise latente do casamento manifesta-se sempre sob a forma de uma desintegração do casamento em período de crise social. «Baixa da moralidade nos tempos perturbados», dir-nos-ão. Mas é preciso examinar os factos no seu contexto social e não de um ponto de vista moral. A decomposição da moral autoritária na U. R. S. S. significava apenas que a revolução social acarretava uma revolução sexual.

Enquanto subsistir uma regulamentação da vida sexual no espírito monogâmico, a vida sexual será ordenada do exterior, mas continuará interiormente caótica e não conforme à economia sexual (*sexuell unökonomisch*). Os advogados da ideologia matrimonial não se deixam convencer pelos resultados evidentes da regulamentação que eles aprovam: degradação da vida amorosa, miséria conjugal, privação sexual dos adolescentes, perversões e crimes sexuais. Nestas condições, não se deixarão impressionar por este outro argumento de que os impulsos naturais não precisam de uma tutela social desde que a sociedade não entrave a sua satisfação. O sentido da socialização da vida humana é facilitar a satisfação da fome e a das necessidades sexuais. A sociedade patriarcal torna difícil a primeira e impossível a segunda para a maior parte dos indivíduos.

A eliminação da regulamentação social da vida sexual restabelecerá a regulação pelas leis da natureza, pela economia sexual? Não cabe a nós exprimir esperanças ou temores; apenas podemos estudar a evolução social e ver se ela está orientada para uma melhoria das condições da economia material e sexual. É certo que uma visão científica e racional da vida, se suficientemente difundida, acabará com todos os ídolos; não mais se quererá sacrificar a saúde e a felicidade de milhões de indivíduos a uma ideia abstracta da cultura, a um «espírito objectivo» ou a uma «moralidade» metafísica. Não mais se encontrarão «socialistas» para tentar escorar uma regulamentação moral ruinosa com base em «constatações científicas».

Tradutor: M. Amaral

W. Reich
face ao casamento
na história e no
direito canónico
ocidentais

Claude Alzon

A concepção contemporânea de casamento é ainda, em larga escala, a dos Evangelhos, tal como a desenvolveram os canonistas da Idade Média. Quanto a isso nada de espantar. Até ao séc. XVI, foi a Igreja sozinha que legislou nessa matéria, sob pretexto de que o casamento é um sacramento e todos os processos que de perto ou de longe com ele se relacionassem eram da exclusiva competência das jurisdições eclesiásticas. Com o decurso do tempo, a Igreja perderia esse duplo privilégio em proveito do Estado, inclusive na maioria dos países que permaneceram predominantemente católicos. Mas é evidente que, à parte o intervalo da Revolução, os laços entre o Estado e a Igreja foram sempre demasiado estreitos para que aquele se pudesse afastar fundamentalmente da concepção cristã do casamento^{1*}. Além do mais, mesmo que isso fosse possível, na realidade nunca foi desejado, pois o casamento cristão é parte integrante de uma concepção patriarcal da família que de modo algum havia interesse em abandonar.

Todos pensam que o casamento moderno, regulamentado pelo Estado, é mais liberal que o casamento medieval, regulamentado pela Igreja. Assim é, de facto, relativamente ao divórcio, mas quanto ao resto, à primeira vista, é o Direito canónico que aparece como de um liberalismo dificilmente acreditável, hoje esquecido, o que possibilita a todos os comentadores, como bons católicos voltados para os encantos do passado, extasiarem-se a seu bel-prazer com o progressismo da Igreja. Na realidade, apesar das aparências enganadoras, poucos domínios há onde a Igreja tenha, desde sempre, conduzido uma política tão ciente mente reaccionária.

Apenas a leitura de Reich permite atingir tal constatação. Contudo, é mais do que provável que Reich,

* Ver as notas do autor no fim do presente ensaio, pág. 65.

etnólogo amador e historiador principiante, ignorasse tudo acerca do Direito canónico em geral e do casamento cristão em particular. À semelhança do Senhor Jourdain, que fazia prosa sem o saber, Reich, ao sublinhar o aspecto sexualmente repressivo do casamento moderno, abria o caminho para uma interpretação nova da própria história do casamento. Raro é submeter-se Reich à prova da história não contemporânea². É meu objectivo fazê-lo aqui. Ver-se-á que ele se sai desta confrontação com todas as honras.

Antes de abordar o seu pensamento, talvez não seja inútil apresentar algumas notas sumárias sobre o de Freud, dado que Reich esteve inicialmente muito próximo do Freud anterior a 1920³; os dois homens só se afastaram um do outro com o decorrer do tempo, seguindo então sentidos opostos. No último estádio do pensamento freudiano, a felicidade do homem aparece como incompatível com qualquer forma de vida em sociedade, seja ela qual for. Com efeito, segundo Freud, o homem apenas pode ser plenamente feliz na satisfação dos seus instintos. Mas a necessidade de ganhar o pão e a luta contra a natureza hostil obrigam o homem a viver em sociedade. Consequentemente, esta vai exigir dele a renúncia parcial aos seus instintos e portanto à sua felicidade. Porque a natureza instintual do homem, pelo seu fundamento libidinal⁴ e pelas suas componentes agressivas⁵ está em oposição com as exigências da sociedade. A vida social assenta, por conseguinte, permanentemente, sobre a repressão dos instintos. Esta repressão varia em função da constituição de cada um. Todo o indivíduo só pode reprimir sem riscos uma parte da sua libido⁶, devendo a restante ser satisfeita, sob pena de se contrair uma neurose. É essa pelo menos a teoria a que Freud chegará em 1929, pois vinte anos mais cedo, num artigo que ficou célebre, tinha-se mostrado muito mais reservado, sustentando que esta repressão não patogénica ou censura⁷ não podia ser privilégio senão de uma minoria e, mesmo nestes casos, de uma maneira intermitente. Ao considerar, posteriormente, a repressão acessível, de forma

permanente, à maioria dos indivíduos, Freud pretendia justificar o carácter repressivo da sociedade. Com efeito, segundo ele, uma parte da libido assim reprimida é transformada por sublimação. É preciso entender por isso que a energia contida na libido, mudando de objecto (ou de objectivo), será posta ao serviço da sociedade sob a forma de trabalho ou de criação artística ou intelectual. Assim considerada, a censura, ao mesmo tempo que perde todo o carácter patogénico, torna-se indispensável à sobrevivência e ao progresso da civilização, ganhando o homem em grandeza o que perde em felicidade.

Entende-se que esta repressão pelo homem dos seus próprios instintos é uma auto-repressão consciente e voluntária que se realiza sob a pressão da sociedade. Existe portanto no homem uma força, o superego, que interioriza esta pressão exterior. O superego forma-se pouco a pouco, durante a infância, destacando-se do ego. Ao longo do processo de formação, o papel do pai é fundamental. É ele, com efeito, que formula as proibições em nome da sociedade e cria a angústia da punição que caracteriza o sentimento de culpabilidade que permite ao superego agir sobre o ego⁸. Pela acção do superego, o indivíduo reprimirá os seus instintos sempre que lhe parecerem incompatíveis com a moral social. Aceitará igualmente as instituições ligadas a esta moral, a começar pela família, onde se aprende a censura, e o casamento monogâmico, que reprime a sexualidade reduzindo-a ao mínimo estritamente necessário à reprodução da espécie. Deste modo, Freud acaba por aprovar todas as instituições, mesmo as mais repressivas, desde a família ao aparelho de Estado, inclusive a moral burguesa. O facto de elas serem repressivas, longe de as tornar contestáveis, leva a legitimá-las, já que não pode haver progresso social sem sublimação nem sublimação sem repressão. Pode parecer estranho, nestas condições, que Freud declare guerra à religião. Em boa verdade, a sua posição sobre esta matéria é das mais ambíguas. Por um lado, a religião aparece-lhe como um meio de dar à moral um

apoio sólido contra a revolta cega das massas iletradas¹⁰. Mas por outro, Freud, sábio ateu, encara a religião com o maior desprezo, considerando-a um produto do infantilismo da humanidade. Para ele, Deus não é outra coisa que uma expressão da protecção paternal, com o seu duplo aspecto coercivo e protector¹¹. Nestas condições, a religião deve ser combatida, não porque seja socialmente nociva, mas, pelo contrário, apesar da sua utilidade social, porque é uma força de obscurantismo intelectual. É por isso que Freud preconiza, não a abolição da moral religiosa, mas a sua substituição por uma moral racionalista, portanto com um fundamento diferente, mas do mesmo conteúdo. Esta breve análise terá mostrado suficientemente o carácter politicamente conservador do Freud chegado à velhice. A noção de sociedade de classes é-lhe estranha. O facto do Estado poder estar ao serviço de interesses particulares escapa-lhe completamente. É por isso que todas as sociedades têm o mesmo valor a seus olhos. Todas são um mal necessário, a que a gente tem de se resignar, à falta de melhor¹².

Reich não se insurgirá desde início contra este conservantismo pessimista. Só o contestará pouco a pouco, impelido simultaneamente pelas suas convicções políticas e pela sua experiência clínica. O que dá originalidade ao jovem Reich é, com efeito e essencialmente, a importância que atribui à libido genital, da qual capta e apercebe simultaneamente o primado e a especificidade, em relação às formas pre-genitais da libido que são a oralidade e a analidade. Freud tinha defendido que, normalmente, no decurso do desenvolvimento do indivíduo, a libido pre-genital devia desaparecer, dando uma parte origem à libido genital e constituindo a restante uma força residual não sexualizada ao serviço da sublimação cultural. Contudo, em alguns indivíduos, este processo não se consuma correctamente. Uma parte da libido pre-genital não pode ser transformada, dando origem a perversões que é necessário reprimir. Esta repressão apenas pode realizar-se à custa da energia normalmente consagrada à sublimação, de tal forma que esses

indivíduos se tornam incapazes de actividade cultural e, portanto, de verdadeira integração na sociedade¹³. Reich, na sua primeira grande obra, *A função do orgasmo*¹⁴, vai retomar estes princípios, aplicando-os à própria actividade da libido genital. Com efeito, durante o acto sexual, se existem num dos parceiros sobrevivências da libido pre-genital, ser-lhe-á impossível atingir o orgasmo, dado que essas tendências pre-genitais tendem a ser recalcadas. Por consequência, apenas poderão atingir a plena potência orgástica os indivíduos que tenham conseguido passar correctamente da pre-genitalidade à genitalidade, quer dizer, da infância à puberdade. Reich acrescenta que, para estes, o acto sexual não só é plenamente possível; é indispensável. Com efeito, indo ainda mais longe que o Freud de 1908, que encerrava a sublimação da libido genital em limites estreitos¹⁵, Reich afirma que é da natureza inerente à libido genital não poder ser sublimada. Pois aquele que pretenda substituir o coito pelo trabalho tem de lutar contra os fantasmas sexuais, reactivados pela privação. Só o pode fazer utilizando a energia destinada à sublimação, o que o torna inapto para o trabalho, pelo menos para um trabalho de qualidade¹⁶ e o ameaça de se afundar na neurose¹⁷. Reich chega deste modo a conclusões radicalmente opostas às de Freud, pelo menos às do Freud conservador de 1929. Enquanto que, para Freud, é pela repressão da libido que o homem adquire a energia necessária à sublimação cultural, para Reich, muito pelo contrário, é satisfazendo a libido que o homem se torna capaz de actividade cultural¹⁸. É preciso, diz, substituir o lema «sensualidade ou civilização» pelo de «civilização na sensualidade»¹⁹.

Ao denunciar assim a repressão da sexualidade, Reich foi levado a atacar, simultaneamente, os aspectos patriarcal e monogâmico da família que possibilitam essa repressão. Retoma à sua conta as críticas outrora formuladas por Freud sobre a educação anti-sexual da juventude²⁰ e, por seu turno, mas de maneira muito mais radical, faz o processo do casamento monogâmico, que mata a sensualidade pelo hábito²¹, pelo medo da

propriedade²² e com a obrigação do dever conjugal²³. Por fim, retomando ainda um artigo de Freud escrito em 1932²⁴, tira, por sua vez, as conclusões inerentes à moral social repressiva que considera o acto sexual como qualquer coisa de sujo e lhe opõe o amor conjugal desencarnado, o único proposto à nossa admiração²⁵. Daí resulta, no macho, uma separação entre a ternura, reservada à esposa, e a sensualidade que a tolerância social lhe permite ir satisfazer com outras mulheres²⁶. Em consequência disso, acaba por se verificar um arrefecimento das relações conjugais, neutralizadas por um respeito pudibundo para com a esposa²⁷ ou, pelo contrário, pela fúgia procura de um prazer de mediocre qualidade²⁸.

Até aí, pode-se dizer que Reich se mantém na linha do pensamento freudiano, antes de este se não inflectir no sentido do conservadorismo. Prosseguindo a sua reflexão em direcção contrária, Reich interroga-se sobre a razão de ser de uma moral e de instituições represivas, cuja nocividade o próprio Freud, originariamente, se sentia levado a reconhecer²⁹. Para Reich, a resposta é clara. Como a etnologia o prova, a família patriarcal monogâmica e a moral anti-sexual não existiram sempre³⁰. E, retomando a tese de Engels sobre o patriarcado³¹, liga o seu advento à formação das classes, resultado da apropriação dos meios de produção. A família e a moral sexual, na sua forma actual, têm portanto como fim defender os interesses das classes dominantes. Reich, pressionado a responder aos problemas da sua época agitada, não procura pesquisar a história anterior ao capitalismo. Constatá simplesmente que no início deste sistema económico, a repressão da sexualidade, poupança em larga medida o povo, pesava principalmente sobre a burguesia³². Só posteriormente as classes populares foram por sua vez progressivamente invadidas, enquanto a burguesia, pelo seu lado, tomava liberdades crescentes com a moral³³. Com efeito, à medida que a família popular ia perdendo a sua importância económica enquanto célula de produção, era chamada, em contrapartida, a desempenhar

um papel político cada vez mais importante. Porque era no seio dela que se reproduziam as ideologias, exactamente aquelas que serviam os interesses económicos das classes dominantes³⁴. Dende o interesse extremo dispensado pelo Estado burguês à família³⁵, dado que o carácter patriarcal, monogâmico e anti-sexual da família é a melhor garantia da sua docilidade política e do seu conservadorismo.

Chegado a este ponto da sua análise, Reich entra-ga-se a uma crítica implacável da família, de que desmonta o mecanismo e interpreta o funcionamento a partir da psicanálise. Acusa em primeiro lugar os pais, eles mesmos vítimas da moral anti-sexual, de serem inaptos na educação. Movidos por essa moral e pela sua própria sensualidade insatisfeita condenam o onanismo e os jogos sexuais dos filhos, com o risco de provocar neuroses infantis³⁶. Mais ainda, sexualmente inibidos e infelizes no casamento, os pais, inconscientemente, atribuem aos filhos a responsabilidade pela sua própria miséria sexual³⁷. Isso leva-os a adoptar relativamente aos filhos, ora uma atitude hiperprotectora, já denunciada por Freud, ora, consonte o seu humor, uma atitude plena de ressentimento, o que acaba por fazer deles uma espécie de animais domésticos que se pode amar, mas também maltratar à vontade. Ora, conforme Freud provou, a criança é formada na família patriarcal à imagem do pai³⁸, que não é senão o intérprete e o símbolo da autoridade do Estado na família. Nestas condições, a educação assemelha-se à instrução dos cabos instruendos * pelos sargentos-ajudantes **, devendo os filhos aprender a suportar os caprichos do pai, para mais tarde se vingarem na sua própria progenitura, da docilidade que terão de manifestar perante os pais. É claro, uma tal educação não se desenvolve sem riscos de revolta, sobretudo na puberdade. Mas nessa altura, a proibição imposta aos filhos, e em especial às filhas, de ter

* Sous-officiers, no original. N. do T.

** Adjudants-chefs, no original. N. do T.

relações sexuais permite reprimir todas as tentativas de rebelião. Já Freud tinha mostrado que a virgindade faz dos jovens seres fracos e resignados, dado o amor físico ser indispensável ao desenvolvimento da sua personalidade³⁹. Isto devido à masturbação, que é nociva no adolescente, pois reactiva os fantasmas incestuosos infantis⁴⁰, provocando a angústia, com os seus riscos de neurose e, em qualquer caso, um sentimento de culpabilidade que torna o adolescente receoso diante da autoridade. Freud tinha denunciado a inaptidão para o casamento de jovens educados desse modo, em quem a abstinência antes do casamento acarretava como efeito comprometê-lo, coisa que era contrária ao objectivo desejado. Reich, esse, via precisamente na educação anti-sexual dos jovens uma política pretendida pela sociedade, dado ser impossível suportar o casamento sexualmente repressivo sem uma educação anti-sexual prévia⁴¹. Desse modo o sistema perpetua-se de geração em geração, aprestando-se cada um a fazer os filhos sofrer aquilo por que ele próprio passou, a fim de tentar aliviar a sua tensão. Assim, de um só golpe, se perpetuam a mediocridade, a docilidade e a imbecilidade indispensáveis à manipulação das massas pelo poder, quer este tome a forma de um Estado tecnocrático, quer a de um guia, incarnação directa da figura paterna⁴². Desta sorte, pela repressão da sua própria sexualidade, que o torna dócil e obediente, «o próprio explorado aprova a ordem económica que assegura a sua exploração; o próprio recalcado sexual aprova a ordem sexual que restringe a sua satisfação, e a sua afectividade deformada leva-o a lutar contra a nova ordem que corresponderia às suas necessidades»*. O único meio de sair desta situação é lutar pela libertação sexual do homem e, ao mesmo tempo, destruir, pela revolução, o sistema económico que aliena sexualmente o trabalhador, para melhor permitir a sua exploração⁴³. Este combate passa pela denúncia da religião. Porque, mais do

* *Der Einbruch*, obra cit., p. 144-145.

que a invenção de um pai imaginário, que nos protege em troca da nossa submissão⁴⁴, a religião é para Reich, acima de tudo, um meio de lutar contra a angústia nascida da masturbação. O sentimento religioso provém, com efeito, da excitação sexual desviada de fim e de conteúdo, como o prova o conteúdo sexual da experiência ascética⁴⁵. Mais precisamente, o sentimento religioso é uma pulsão desviada do coito para a homossexualidade passiva, que é o antídoto mais eficaz da sexualidade viril fálica. O adolescente, desejando reprimir a sua sexualidade, encontrará assim na fé o melhor substituto e remédio para a sua angústia. Lamentavelmente, a homossexualidade passiva tem uma ressonância masoquista que provoca no crente uma atitude humilde e culposa, traduzindo-se na «propensão à docilidade não crítica, à crença na autoridade e à adaptação fácil à instituição do casamento»⁴⁶. Quer dizer, a religião está ligada de maneira indissolúvel à repressão sexual, pois que a fé tem origem nesta repressão. E a religião suscita as mesmas consequências que a repressão, a saber o *suivism*^{*} e a aceitação de todas as formas sociais de exploração. Isso explica que a Igreja⁴⁷ sempre tenha defendido a família patriarcal e o casamento monogâmico e que o seu ideal seja a vida ascética, que permite o nascimento⁴⁸ e a propagação da fé⁴⁹. Isso explica também que, sendo o seu ideal social o mesmo que o da sociedade burguesa, tenha ligado o seu destino à defesa e à sobrevivência desta sociedade⁵⁰.

É certo que o cristianismo tomou de empréstimo do judaísmo, embora com alguma atenuação, a sua concepção patriarcal da família, com tudo o que isso implica de desprezo pela mulher⁵¹ e de subordinação da esposa e dos filhos relativamente ao «chefe de família»⁵². De modo idêntico o casamento é concebido de forma muito compulsiva, sobretudo pelos Padres da

* *Suivism*, termo francês sem tradução directa na nossa língua; designa a atitude (ou tendência) daqueles que estão sempre prontos, a seguir (*suivre*), a ir atrás de, a ser conduzidos. *Carneirismo*, diríamos em português. N. do T.

Igreja, para quem a sua razão de ser é a procriação, em conformidade com a tradição hebraica. O que implica a condenação das relações sexuais pré e extra-conjugais⁵², assim como de todas as formas de casamento susceptíveis de prejudicar os interesses dos filhos: casamento poligâmico e poliândrico⁵³, uniões incestuosas ou segundas núpcias após divórcio⁵⁴. Isso implica também a condenação de princípio de todas as manifestações sensuais que não tenham por fim único a procriação⁵⁵, não tendo mesmo alguns dos Padres da Igreja hesitado em restringir as relações a certos períodos ou a certos dias da semana. Todavia, aparece ao mesmo tempo em S. Paulo, em conformidade, parece, com a opinião de Cristo, uma concepção diversa do casamento. Provavelmente preocupado com a extrema liberdade dos costumes do seu tempo, S. Paulo considera o casamento como um remédio para a sexualidade, devendo a maior parte dos homens e mulheres parecer-lhe incapazes de castidade, mesmo relativa, razão por que teriam de procurar no casamento o meio de satisfazer os seus sentidos⁵⁶. Esta concepção do casamento é de um liberalismo mais aparente que real. Porque, se faz com que se considerem as relações sexuais conjugais com uma certa indulgência, em compensação leva a condenar mais rigorosamente que nunca as relações extra-conjugais, em nome do escodouro que com o casamento legítimo se entende facultar à sensualidade. Melhor ainda, esta concepção leva a facilitar por todos os meios a conclusão dos casamentos, fossem eles prematuros ou contestados. Isso explica que se tenha permitido, desde cedo e sem grande hesitação, o casamento de crianças de 14 e 12 anos e que se tenha dispensado, pelo menos a princípio, o consentimento dos pais e a presença de um padre. Além do mais, uma tal concepção conduziu a fazer do dever conjugal uma obrigação rigorosa, sancionada juridicamente e que nada, nem mesmo a lepra, podia dispensar⁵⁷. Em suma, a indissolubilidade do casamento apenas sai reforçada de uma tal concepção. Não sendo já a procriação o seu único fim, recusar-se-á o divórcio por esterilidade da mulher,

desde que os esposos tenham relações sexuais, mesmo se muito pouco calorosas. Contudo, a teoria do casamento-remédio para a fornicação pareceu escandalosa a um grande número de Padres da Igreja. Deve-se dizer que o próprio S. Paulo proclamava a superioridade da castidade sobre o casamento⁵⁸, podendo consequentemente o cristão casado consagrarse inteiramente ao serviço de Deus. E S. Mateus chega até a falar daqueles que se fizeram eunucos para servir o reino dos céus. Houve mesmo quem seguisse este conselho à letra⁵⁹. A maior parte dos Padres não chega a isso, mas a quase totalidade de entre eles⁶⁰ admite a superioridade da castidade sobre o casamento e, indo mais longe, ataca sem hesitar o próprio casamento, condenando as segundas núpcias após viuvez como um verdadeiro debocche⁶¹, exaltando a continência no casamento e considerando aqueles que escolheram ter filhos como «cristãos de segunda filia», de carácter fraco e mediocre. Esta concepção repressiva sobre o casamento será vivamente combatida no seio da própria Igreja pelo seu irrealismo⁶². Mas nem por isso deixará de conduzir ao celibato dos padres⁶³, ao reconhecimento jurídico pela Igreja do voto de continência pronunciado pelos esposos e ao descrédito lançado sobre as segundas núpcias⁶⁴.

Cada uma destas concepções em presença marcou o Direito canónico. Foram aparecendo, subjacentes, de cada vez que se quis regulamentar o casamento, quer se tratasse da sua efectivação, quer da sua dissolução. É assim que no séc. XII se afrontam dois teóricos, um italiano, o monge Gratien, o outro francês, o Bispo Pierre Lombard. O primeiro defende, na essência, que uma união consentida, mas não consumada, pode ser dissolvida em certos casos, que a Escola de Bolonha viria a precisar, distinguindo oito: todos aqueles em que se desespere de um dia haver relações sexuais normais. Esta teoria parte, com toda a evidência, da concepção paulina realista do casamento: sendo este um remédio para a concupiscência, não pode existir na ausência de relações sexuais satisfatórias, presentes ou futuras. Pelo contrário, Pierre Lombard considera que o casamento

é puramente consensual, o que se traduz por considerá-lo perfeito e definitivo a partir da troca dos consentimentos, mesmo quando não houvesse nem pudesse vir a haver relações sexuais. Pierre Lombard valida deste modo o casamento branco, em nome, com toda a evidência, de uma concepção sobrerepressiva. As duas teses coexistem durante algum tempo, uma em Itália, a outra em França, mas, a partir do fim do séc. XII, o Papa Alexandre III efectua a sua conciliação num sentido ultra-repressivo⁴⁵ de tal modo que, ao conjugá-las, deixa de haver qualquer escapatória do casamento. Com efeito, Pierre Lombard não considerava os simples noivos como definitivamente comprometidos no casamento, porque tinham apenas trocado uma promessa de consentimento, não um consentimento definitivo. Quanto a Gratien, se este não fazia nenhuma distinção entre noivado e casamento, exigia pelo menos, para que a união fosse definitiva, que tivesse sido consumada. Podia-se portanto escapar do casamento, quer em França, tendo relações sexuais mas permanecendo noivo, quer em Itália, consentindo no casamento mas evitando estritamente consumá-lo. Após a conciliação das duas teses, essas duas possibilidades desaparecem, pois Alexandre III estabeleceu que um casamento é definitivo mesmo quando não consumado e, além disso, os simples esponsais seguidos de relações sexuais conduzem automaticamente ao casamento. Única excepção admitida: a impotência dos esposos, que se admite constituir um impedimento que torna nulo o casamento, mas isso foi admitido não sem hesitações e recuos em relação ao Direito exterior, e a razão dada para essa excepção (o medo de que a mulher viesse a assassinar o marido impotente) dificilmente pode ser considerada de liberal e mostra claramente o grau extremo de coerção sexual a que se tinha chegado.

Se nos debruçarmos agora sobre o problema do divórcio, chega-se à mesma conclusão da existência de uma repressão sexual crescente. Durante muito tempo, pactuando com os costumes, a Igreja tinha-se visto compelida a admitir o divórcio, contra os seus princípios, em

toda uma série de casos. Após séculos de luta, o casamento torna-se efectivamente indissolúvel em meados do séc. XII. Contudo, no que dizia respeito a uma das causas possíveis de divórcio, a saber, o adultério da mulher, a Igreja via-se apertada entre duas exigências contraditórias: o carácter compulsivo do casamento, que levava a não admitir nenhuma causa de divórcio, fosse qual fosse, e o carácter patriarcal da família, que permitia ao marido, de acordo com uma tradição muito antiga, repudiar a mulher⁴⁶ ou mesmo matá-la com o cúmplice⁴⁷. Se, nos Evangelhos, Marcos não faz alusão a um possível divórcio por adultério da mulher, em contrapartida, Mateus autoriza, sem margem para dúvidas, o marido enganado a repudiar a esposa. Por muito tempo vacilará o Direito canónico sobre este ponto, ora proclamando a indissolubilidade do casamento, ora abrindo uma excepção em caso de adultério da esposa. Na prática, geralmente, o marido matava a mulher e a Igreja permitia que o assassino voltasse a casar. Estas tolerâncias acabam definitivamente no séc. XII. O marido enganado vê-se forçado a continuar no casamento. O direito limita-se a conceder-lhe a separação de corpos⁴⁸ e a possibilidade de processar a mulher criminalmente⁴⁹. A Igreja escolheu portanto a repressão sexual, reforçando o carácter compulsivo do casamento, mesmo apesar de ter que prejudicar o sistema patriarcal.

Na questão do consentimento dos pais para o casamento, a Igreja defrontou-se com o mesmo problema. Defender o patriarcado conduzia a proibir os casamentos a que os pais não tivessem dado o seu consentimento. Por outro lado, a repressão sexual implicava que todos aqueles que não mantivessem a castidade fossem compelidos a casar-se o mais depressa possível, a partir da puberdade e sem entrave, nem mesmo familiar. O problema era particularmente grave porque em todos os países onde o patriarcado imperava, o casamento era um contrato entre duas famílias que punha em jogo interesses materiais, de tal modo que eram os pais que, de facto e frequentemente de direito, casavam os filhos. A Igreja começou portanto por exigir o consentimento

dos pais para o casamento. Posteriormente decidiu o contrário. Na prática, efectivamente, não se vê muito bem como é que crianças de 12 ou 14 anos, inteiramente dependentes da família, se poderiam casar sem o seu consentimento. Além disso, os pais tinham o costume, em especial entre os nobres, de prometer os filhos desde muito antes da puberdade⁷⁰. E estes esponsais implicavam posteriormente, em princípio, a obrigação de contraír matrimónio, se os pais das duas famílias não entrassem em acordo para os romper⁷¹. Nestas condições, os pais, senhores das promessas, eram-no também do casamento. Durante muito tempo, a Igreja admitiu que os jovens pudessem ser assim prometidos sem que se lhes pedisse a opinião. Mas, a partir do séc. XI, passa a exigir que os impúberes prometidos pelos pais ratificassem essas promessas, uma vez chegados à puberdade. No séc. XII, com o primeiro Renascimento económico, produzem-se, principalmente em Itália, profundas alterações sociais. Alguns jovens, em geral saídos da nova burguesia, rompiam o noivado e casavam-se, muitas vezes clandestinamente, sem o consentimento dos pais. A partir de então, os ataques contra o Direito canónico, acusado de demasiado tolerante, não mais cessarão. Alguns canonistas, precisamente em Itália, cedem e exigem o consentimento dos pais para o casamento dos filhos sem distinção de idade nem de sexo. Mas a Igreja resiste. Seria necessário esperar pela Reforma e pelo Concílio de Trento para que os casamentos clandestinos passem a ser proibidos, sendo obrigatoria a presença dê um padre e de várias testemunhas, sob pena de nulidade⁷². Mas o Concílio acabaria por conseguir manter o princípio de que os filhos se podem casar sem o consentimento dos pais, norma que foi alterada pela legislação real.

Tudo isto mostra que, ainda aqui, a Igreja escolheu, embora em condições difíceis, a via da repressão sexual através do casamento compulsivo, propondo-se por norma que o acesso ao casamento fosse tão fácil⁷³ quanto a sua rotura era impossível. Porquê uma tal política? Sem dúvida porque, como afirma Reich, religiosidade e repressão sexual estão por natureza indissoluvelmente ligadas.

A este respeito, é indubitável que nunca a Igreja mudou, que as suas concepções sobre o casamento compulsivo se mantêm ainda nos nossos dias⁷⁴ e que, se na Idade Média deu mostras de hesitação, foi, como alguém muito bem assinalou, menos porque duvidasse dos seus princípios do que pela necessidade, dada a sua situação, de transigir com a realidade. Porque, enquanto reinaram a anarquia política e a brutalidade dos costumes provenientes das invasões, a Igreja se via na impossibilidade de impor os seus pontos de vista. Mas deve-se constatar também que a Igreja não permaneceu passiva perante a desordem, à espera de que ela cessasse por si para legislar. Toda a sua acção tende, e isto desde muito cedo, não a dissolver o feudalismo, no qual se tinha integrado e cuja anarquia servia os seus próprios interesses, mas a limitar aquilo que esta anarquia pudesse ter de excessivo. Pois tinha consciência de que se o regime feudal necessitava de uma certa desordem para se justificar, engendrava em contrapartida excessos que, não contidos, podiam provocar a sua queda. Por isso toda a acção política da Igreja na Idade Média tendeu, por diversos meios, para fazer reinar uma paz relativa e, pela teocracia pontifical, a travar o belicismo dos Estados feudais. Deste ponto de vista, a sua política familiar é o complemento indispensável da sua política social. Com o seu sentido agudo das realidades, a Igreja compreendeu muito cedo, como escreve Chénon, que a estabilidade do Estado assenta sobre a das famílias⁷⁵ ou, por outras palavras, que famílias dóceis são a melhor garantia de uma ordem social conservadora. Ao fazê-lo, a Igreja desenvolveu, pelos mesmos motivos, o mesmo combate que todos os poderes políticos reaccionários, fossem eles quais fossem, porque todos, de Estaline⁷⁶ a Hitler⁷⁷, passando por Vichy, atribuiram uma importância extrema à família na proporção da necessidade que sentiram «de uma hierarquia estável das relações e de uma juventude disciplinada pelos [...] milhões de lares que servem de ponto de apoio à autoridade»⁷⁸. O facto não é novo, portanto, mas aquilo que Reich põe a claro é o conteúdo anti-sexual

desta política familiar reaccionária, dado ser indispensável a dessexualização do indivíduo pelo casamento compulsivo, se se quer obter cidadãos dóceis. Que Reich tenha insistido demasiado sobre este aspecto, em detrimento da função económica da família, é evidente, e isso é-lhe criticado pelos próprios freudo-marxistas. Mas nem por isso é menor o mérito que cabe a Reich por ter chamado a atenção para uma matéria totalmente descurada antes dele. Que a sua análise seja, ao menos parcialmente, de tomar em consideração, é hoje atestado pela importância que assume, neste mundo moribundo, o problema sexual; por um lado, a revolta dos jovens, que reivindicam o direito de amar sexualmente sem constrangimentos¹⁹, por outro, uma burguesia pudibunda, que resolve brincar aos Catões*, ao mesmo tempo que se serve da erotomania sempre que ela pode contribuir para a venda dos seus produtos.

NOTAS DO AUTOR.

¹ Sobre os privilégios da Igreja na Idade Média e sobre o seu desaparecimento progressivo a partir do séc. XVI, cf., por exemplo, OLIVIER-MARTIN, *Histoire du Droit français des origens à la Révolution*, segunda edição, Domat-Montchrestien, 1951, p. 190-191 e p. 479 e segs. As vicissitudes do divórcio em França mostram bem como o Estado teve muitas dificuldades em afastar-se da concepção canónica do casamento, segundo a qual este seria indissolúvel. Muito pior é a situação em Espanha e em Itália, onde, como se sabe, os laços entre a Igreja e o Estado são dos mais estreitos.

² Este artigo foi escrito antes de serem editados por Payot a *Analyse caractérielée* e a *Psychologie de masse du fascisme*. No que diz respeito ao primeiro referenciamo-nos aqui à edição pirata alemã, dado ser impossível encontrar a edição original de *Analyse caractérielée* (*Ueber Charakteranalyse*, 1928). Para o segundo, utilizou-se a edição pirata francesa (dita de la Pensée molle) publicada em 1970 a partir da edição pirata alemã de 1968 (*Massenpsychologie des Faschismus*, tiragem offset da segunda edição aumentada de 1934; primeira edição de 1933). Não houve problemas quanto a *La Révolution sexuelle*, obra composta por escritos de 1928, 1930 e 1935, infelizmente revista e expurgada por Reich, mas excelentemente traduzida por SINELINKOFF (Union générale d'éditions, coll. 10/18, 1968).

Não tendo ainda saído a tradução iminente em Payot de *L'Irruption de la morale sexuelle* (*Der Einbruch der Sexualmoral*, 1932), tivemos que recorrer à edição pirata alemã. Finalmente, para *La Fonction de l'orgasme* (*Die Funktion des Orgasmus*), referenciamo-nos, em princípio, ao livro de 1942 com o mesmo título do de 1927, se bem que muito diferente, traduzido em francês nas edições Arche em 1971. No que diz respeito aos artigos de Reich não traduzidos em francês e muito difícilmente acessíveis em alemão, tivemos, as mais das vezes, que nos contentar com as transcrições de CATTIER (*La vie et l'oeuvre du docteur W. Reich*, *La Cité*, Lausanne, 1969) e sobretudo de SINELINKOFF (*L'oeuvre de W. Reich*, petite coll. Maspero, 1970, 2 vol.) cuja documentação é notável e que reproduz grandes extractos. Todavia, encontram-se traduzidos em francês *War ist Klassenbewusstsein?* (*Qu'est-ce que la conscience de classe?*, 1934, trad. e ed. de SINELINKOFF, 1971), *Der sexuelle Kampf der Jugend* (*Le combat sexuel de la jeunesse*, 1932, ed. Git-le-Cœur, 1971) e *Dialektischer Materialismus und Psychoanalyse* (*Matiérialisme dialectique et psychanalyse*, 1929, tradução censurada pelo P. C. F., publicada em Éditions Sociales, Paris, nova tradução pirata das Édit. de la Pensée molle).

³ Efectivamente, o Freud anterior a 1920 empenhava-se na via da contestação do casamento, da família e da educação burguesa, particularmente em «La morale sexuelle civilisée et la maladie nerveuse des temps modernes» publicada em 1908 e noutro artigo «Sur le plus général des rabaissements de la vie amoureuse» escrito em 1912 (ambos fazem parte de compilação *La vie sexuelle*, P. U. F., Bibl. de Psychanalyse, p. 28 e segs. e p. 55 e segs.). Depois de 1930, o pensa-

* Catão: (Aquele que) aparenta ser de costumes rigidamente austeros. N. do T..

mento de Freud, cada vez mais reaccionário socialmente, consuma-se em *Malaise dans la civilisation* e *Avenir d'une illusion* (ambos editados por P. U. F., Bibl. de Psych., 1971), que são uma crítica desencantada e sem saída, mas acerba, da sociedade contemporânea e da religião.

⁴ Efectivamente, para Freud, o amor é egoísta. Une fortemente os seres entre si, mas aos pares, se necessário à custa do resto da sociedade (*Malaise dans la civilisation...*, op. cit., p. 54). Por isso é que a sociedade luta contra o amor sexual, estimulando tudo aquilo que une, como o altruísmo, que é amor sexual inibido que engloba todos os homens, e condena as manifestações do Eros, que divide (*idem*, p. 60-61).

⁵ Para Freud, o homem é um animal agressivo para quem o próximo é um objecto de tentação (*Malaise [...]*, op. cit., p. 64-65).

⁶ Com efeito, segundo Freud, os grandes perversos são constrangidos, para obedecer às leis e à moral da sociedade que condenam as perversões sexuais, a reprimir-las. Sendo esta auto-repressão superior às suas forças, acabam por se esgotar nos seus esforços e socobrar na neurose. Por isso, para evitar a doença, têm tendência a desobedecer às leis e a dedicar-se aos seus vícios («*La Morale sexuelle [...]*», art. cit., p. 36-37).

⁷ Deve distinguir-se a censura, repressão consciente dos instintos, do recalque, repressão inconsciente. O recalque, de carácter patogénico, conduz à neurose. A censura, pelo contrário, é apenas uma privação voluntária, em princípio sem consequências para o estado nervoso. Contudo, é ainda necessário que a parte da libido reprimida não seja por demais considerável, em relação à que é satisfeita no acto sexual. É o caso do asceta que corre o risco de se ver na mesma situação do perverso (cf. *Supra* n.º 6), constrangido a uma repressão acima das suas forças.

⁸ *Malaise [...]*, op. cit., p. 79 e segs. O superego da criança forma-se à imagem do dos pais (*Nouvelles Conférences*, p. 95), sendo o pai o representante da sociedade na família.

⁹ Sob o pretexto de que as multidões são «inertes e desprovidas de inteligência» e que «não gostam das renúncias ao instinto», é necessário assegurar a dominação de «pessoas que possam servir de exemplo», que possam «incitar aos trabalhos e sacrifícios sobre que assenta a civilização». E, para que «não cedam às multidões», será «necessário que disponham de meios de coerção capazes de assegurar a sua independência (*L'Avenir d'une Illusion*, op. cit., p. 10-11).

¹⁰ Efectivamente, a «grande multidão dos iletrados» tem «boas razões para ser inimiga da sociedade». Se chegassem a não mais acreditar em Deus, poder-se-ia temer a sua revolta: «sabe-se agora que já não existe o Bom Deus, que não há que temer a sua vingança, portanto pode matar-se o próximo sem qualquer escrúpulo» (*L'Avenir [...]*, op. cit., p. 56).

¹¹ O homem é, com efeito, vítima de uma tripla angústia: medo da morte, dos sofrimentos infligidos pela sociedade, temor às calamidades naturais (*L'Avenir [...]*, op. cit., p. 21 e segs.). Durante a infância, lá está o pai, que nos protege em troca da nossa submissão.

Em seguida, somos entregues a nós próprios. Por isso inventamos um Deus e transponemos para as relações entre ele e nós as que tivemos com os pais. Por que, durante toda a vida, o homem continua uma criança e sabe que não poderá nunca dispensar uma protecção paternal (*Idem.*, p. 33). Sobre a identificação de um Deus com o pai verificada através de um caso clínico, cf. o artigo «*Un Evénement de la vie religieuse*» (no mesmo vol., p. 95 e segs.).

¹² Quando Freud considera uma sociedade melhor, onde a propriedade tivesse sido abolida, é para imediatamente a rejeitar em nome da natureza humana, que permaneceria eternamente infantil e agressiva (*Malaise [...]*, op. cit., p. 66 a 68). Efectivamente, Freud despreza demasiado o povo (cf. *Supra*, n.º 9 e 10) para desejar uma transformação social e mesmo para acreditar nisso. Admite que a falta de inteligência e a agressividade das multidões são talvez consequência da sociedade tal como tem existido até hoje (*L'Avenir [...]*, op. cit., p. 11), mas é para logo a seguir duvidar que algum dia seja possível educar o povo de modo diverso do da repressão (p. 12), o que conduz a manter e a perpetuar o regime existente, a coberto da necessidade de direcção das massas por uma pseudo-elite, cujo carácter burguês se recusa a ver.

¹³ «*La Morale sexuelle [...]*», art. cit., p. 35. Os pequenos perversos podem reprimir a sua perversão, sacrificando as suas possibilidades de sublimação. O caso dos grandes perversos é mais grave. Para eles o carácter permanente da repressão torna-a impossível.

¹⁴ Livro de 1927; não confundir com a obra do mesmo título escrita em 1942 (cf. *Supra*, n.º 2). O livro de 1942 retoma, entretanto, sobre a matéria aqui considerada, os desenvolvimentos da sua primeira obra, resumindo-os (p. 80 e segs.).

¹⁵ É o que leva Reich a dizer que, em qualquer neurose actual, há uma perturbação da genitalidade (chama-se neurose actual a uma neurose resultante de perturbações sexuais recentes, cf. *La Fonction de l'orgasme*, ed. de l'Arche, p. 75). As tendências pre-genitais irrompem efectivamente no acto sexual, provocando uma diminuição da potência orgástica ou outras anomalias da função sexual, as quais constituem o sintoma da neurose (*La Fonction de l'orgasme*, op. cit., p. 91).

¹⁶ Cf. *Supra*. Freud tinha mesmo chegado ao ponto de afirmar que para a imensa maioria das pessoas a abstinência era impossível e perigosa e que o único meio de impedir a neurose seria permitir a satisfação da sensualidade («*La Morale sexuelle [...]*», art. cit., p. 38), o que punha em causa a educação anti-sexual da juventude e o próprio casamento (cf. *Infra*).

¹⁷ *Character Analysis* (*L'Analyse caractérielle*, cf. n.º 2), p. 174-175. Além disso, o trabalho tornado deficiente engendra frequentemente um sentimento de inferioridade por causa dos seus maus resultados e, consequentemente, reduz seriamente a alegria de viver (*La Révolution sexuelle*, ed. 10/18, op. cit., p. 174-175).

¹⁸ Porque, se a pressão libidiana for demasiado forte, o recalque será ineficaz. Então a angústia desenvolver-se-á, dando origem à neurose (*Character Analysis*, op. cit., p. 178), segundo o mesmo processo que se verifica nas perversões (cf. *Supra*, nota 7).

¹⁸ Die Funktion des Orgasmus, 1927, op. cit., p. 188.

¹⁹ Idem., p. 190.

²⁰ No artigo já citado sobre a moral sexual, p. 40, Freud é de opinião que a partir dos vinte anos a abstinência é nociva para a maioria dos jovens.

²¹ A importância física de uma pulsão aumenta com a sua frustração (Freud, «Sur le plus général des rabaissements [...], art. cit., p. 63). Inversamente, o hábito mata o desejo. Freud considera, fundamentando-se na sua experiência clínica, que em geral deixa de haver relações sexuais após três a cinco anos de casamento («La Morale sexuelle [...]», art. cit., p. 38). Reich é de opinião que isso seria diferente se o cônjuge cujo desejo se encontra temporariamente enfraquecido, fosse saciar a sua sensualidade com outro parceiro. (*La Révolution sexuelle*, op. cit., p. 195 e segs.). Com efeito, se o casamento é sólido, as relações entre os esposos retomariam o seu curso satisfatório ao fim de um certo tempo, enquanto que a interdição de ter relações fora do casamento, mesmo uma só vez, obriga o cônjuge que sofre de frigidez momentânea a relações penosas que podem conduzir à impotência, quando não à neurose.

²² O medo das «consequências» diminui a ternura física e depois, com o decorrer do tempo, a afeição e os vínculos existentes (Freud, «La Morale sexuelle [...]», art. cit., p. 38-39). De onde a utilidade dos meios anti-conceptivos para a boa harmonia sexual do casal.

²³ O casamento monogâmico, dispensando a necessidade e o estímulo de ter de conquistar-se o parceiro, conduz a relações demasiado frouxas e frequentes. Daí uma diminuição do desejo, acelerada ainda pela obrigação de ter relações quando já não se deseja. «Quanto mais o homem queria seduzir e possuir antes do casamento, tanto mais o seu desejo se embota no casamento» (Die Funktion des Orgasmus, op. cit., p. 180). A explicação psicanalítica do fenómeno do hábito e suas consequências não é inteiramente coincidente em Freud («Sur le plus général des rabaissements», art. cit., p. 64) e em Reich (Die Funktion des Orgasmus, p. 180).

²⁴ «Sur le plus général des rabaissements de la vie amoureuse», art. cit., Supra n.º 3, cuja tese sobre a separação da ternura e da sensualidade no casamento é retomada por Reich no seu primeiro grande artigo, em 1922, «Der Koitus und die Geschlechter».

²⁵ Freud, «Sur le plus général des rabaissements», art. cit., p. 61-62.

²⁶ Geralmente junto de prostitutas ou de mulheres de condição «inferior» que, estando compelidas a satisfazer uma sensualidade considerada degradante, são necessariamente desprezadas, inclusive pelo seu cliente ou amante (Freud, art. cit., p. 62).

²⁷ Tanto mais que no casamento a esposa é escolhida em função de uma procura inconsciente da mãe, nostalgia nascida do complexo de Edipo, o que não possibilita as relações sexuais demasiado ardentes, condenadas inconscientemente como incestuosas (Freud, art. cit., p. 57 e segs.). De qualquer modo, o marido receia, ao conduzir-se como amante com a mulher, desperta-lhe a sensualidade, o que poderia conduzi-la ao adultério, tolerado no que diz respeito ao homem,

mas proibido à mulher (Reich, segundo SINELNIKOFF, op. cit., t. I, p. 44).

²⁸ Com efeito, se a deificação da esposa pode levar à impotência (Freud, art. cit.), mas correntemente o homem comporta-se com a esposa como se comporta com as prostitutas. Sendo estas incapazes de orgasmo, resulta daí que também as relações conjugais são sumárias e sem variantes, não podendo portanto despertar a sensualidade da mulher, acabando assim inevitavelmente por engendrar o desgosto e desinteresse recíprocos (SINELNIKOFF, op. cit., t. I, p. 42 e segs.).

²⁹ O tema do seu artigo sobre a moral sexual civilizada é que o aumento das doenças mentais na nossa sociedade provém das restrições sexuais devidas ao casamento monogâmico, insuportável para a maioria dos indivíduos (cf. Supra n.º 15) e à educação anti-sexual dos jovens, em particular das raparigas, para a maior parte dos quais a continência seria nociva a partir dos 20 anos.

³⁰ Cf. o seu livro *L'Irruption de la morale sexuelle* (Supra n.º 2), no qual, retomando os trabalhos de Malinowski sobre os Trobriandenses, mostra a ligação entre o matriarcado e a liberdade sexual.

³¹ No seu livro sobre a origem da família, da propriedade privada e do Estado, Ed. Sociales, 1971, p. 55 a 57.

³² Visto que a repressão sexual é acompanhada da agressividade indispensável à defesa dos interesses económicos da classe possidente (Die Funktion des Orgasmus, op. cit., p. 170).

³³ *Matiérialisme dialectique et psychanalyse*, op. cit., n.º 2, trad. de 1934, p. 187.

³⁴ *La Révolution sexuelle*, ed. 10/18, op. cit., p. 131-132.

³⁵ Pode parecer estranho que o Estado burguês reforce a repressão sexual entre os trabalhadores quando esta repressão acarreta, segundo Reich, uma menor aptidão para o trabalho e mesmo tendências neuróticas (cf. Supra e notas 16 e 17). A isso responde Reich, como bom marxista, que o capitalismo, prisioneiro das suas contradições, engendra as próprias condições que têm de fazê-lo desaparecer. Responde igualmente que a repressão sexual é acompanhada de uma inibição da motricidade e que os métodos modernos de trabalho em cadeia se lhe ajustam perfeitamente bem. A libertação da motricidade por uma educação sexualmente não repressiva tornar-se-á uma das ideias fixas de Reich no fim da sua vida. Já insistia nisso na segunda parte de *La Révolution sexuelle*, redigida em 1935 a propósito da experiência educativa feita em Moscovo por Vera Schmidt num jardim infantil (*La Révolution sexuelle*, op. cit., p. 340-341 e 347-348; cf. o relatório da actividade da própria Vera Schmidt, redigido em 1924 e cuja tradução saiu em *Partisans* n.º 46 (Fevereiro-Março de 1969). Uma vez emigrado para os Estados Unidos e tendo renegado o comunismo, Reich abandona cada vez mais a psiquiatria para se dedicar a experiências de vegetoterapia.

³⁶ «Eltern als Erzieher» (Les parents comme éducateurs), in *Zeitschrift für psychoanalytische Padagogik* 1926-1927, 65-74, p. 263 a 269 (cf. SINELNIKOFF, op. cit., 1, p. 88). Cf. mais adiante nota n.º 40.

³⁷ O insucesso do casamento provoca tanto mais a hostilidade

sorda entre os esposos quanto a aversão é inconsciente e quanto nada têm a acusar-se, sendo a própria instituição do casamento aquilo que na realidade está em causa (*La Révolution sexuelle*, op. cit., p. 197). Esta hostilidade, que pode aparecer «disfarçada por um verniz de extrema afeição», descarrega-se inconscientemente sobre os filhos (idem, p. 139).

³⁸ Particularmente em *Totem et Tabou*. O pai, assassinado por ciúme sexual, é simultaneamente odiado e admirado pelos seus assassinos e descendentes, daí em diante obsecados pela imagem do pai de que expiam o homicídio tomando-o como modelo.

³⁹ «La Moral sexuelle civilisée», art. cit., p. 40. Freud atribui a mediocridade intelectual da mulher à sua educação anti-sexual mais rigorosa que a do homem (p. 42).

⁴⁰ A educação das crianças realizada segundo os princípios freudianos não proíbe nunca a masturbação nem os jogos sexuais (cf. Vera SCHMIDT, brochura cit., p. 15-16 e p. 24 a 26 e *La Révolution sexuelle*, op. cit., p. 348). Com efeito, são fenómenos normais devidos à ligação sexual ao pai de sexo oposto (complexo de Edipo). O facto de se proibir estas práticas implica o risco de suscitar na criança um comportamento neurótico (*La Révolution sexuelle*, p. 136-137). Pelo contrário, a masturbação no adolescente já seria um mau hábito. Porque, além do facto de não requerer qualquer energia e por consequência abrir a porta à facilidade e à fraqueza de carácter, nesta idade, a masturbação, seria uma regressão à vida sexual infantil (Freud, «La Mora'e sexuelle», art. cit., p. 42).

⁴¹ *La Révolution sexuelle*, op. cit., p. 169. Segundo Reich, as estatísticas provam que a maioria dos jovens que tiveram uma experiência sexual antes do casamento têm posteriormente relações sexuais extra-conjugais. Isto não está em contradição com Freud pois este afirma que, em regra geral, a jovem virgem antes do casamento está condenada a ser uma esposa frígida («Sur le plus général des rabaissements», art. cit., p. 62).

⁴² Sobre a identificação do Führer nazi com a figura do pai, cf. *La Psychologie de masse*, op. cit., p. 51.

⁴³ Tal é o assunto da primeira parte do livro *La Révolution sexuelle*, onde Reich, criticando os sexólogos reformistas, defende que não se pode reformar a sexualidade sem abolir o casamento monogâmico e o sistema económico que o engendrou.

⁴⁴ É essa a tese freudiana (cf. *Supra*, n.º 11) que Reich não rejeita, mas acha insuficiente e em parte errónea (*Psychologie de masse*, op. cit., p. 120).

⁴⁵ Reich refere o «delírio de numerosas religiosas, que acreditam ser a noiva do Cristo» (*Psychologie de masse*, p. 114), mas poder-se-iam citar muitos outros exemplos neste sentido, como a possessão. Freud escreveu um notável artigo, em que aproxima os exercícios religiosos do delírio obsessional («Actes obsédants et exercices religieux», em *l'Avenir d'une illusion*, p. 83 a 93) e numerosos trabalhos foram feitos por psiquiatras sobre as relações entre o misticismo e a sexualidade.

⁴⁶ *Psychologie de masse*, p. 120. Sobre o carácter masoquista, cf. o artigo de Reich «Der masochistische Charakter», in *Internati-*

onale Zeitschrift für Psychoanalyse 18, 1932, p. 303 e segs. é o seu livro *Character Analysis*, p. 214 e segs. Reich prova aí que o masoquismo se desvia do prazer genital para procurar o prazer anal (*Character Analysis*, p. 240-241) e que a sua atitude é feita de passividade e onanismo.

⁴⁷ *Le Combat sexuel*, op. cit., p. 71. A repressão sexual exerce-se nos primeiros 4 ou 5 anos da vida no interior da família. Depois, passa a Igreja a exercê-la (*Psychologie de masse*, op. cit., p. 24).

⁴⁸ As ideias emitidas actualmente pelos elementos mais avançados no seio da Igreja parecem contradizer este ponto de vista. Todavia, é preciso referir que, pelo que conheço, os padres esquerdistas de forma alguma põem em causa o carácter coercivo do casamento. Ao reivindicá-lo para si mesmos, apenas estão a reclamar uma prisão que já tiveram outros tempos (cf. *Infra*) e que falta provar se é de facto sexualmente menos pesada que o celibato. Quanto à educação sexual dos jovens, também aí, que eu saiba, não se avança grande coisa. A este respeito, é interessante comparar o *Petit livre rouge des lycéens* (Cédips, Lausanne), que dá aos jovens conselhos sexuais muito precisos (p. 97 e segs.), inspirados aliás na brochura de Reich sobre o combate sexual da juventude e, por outro lado, um livro como a *Lettre à une maîtresse d'école* (Mercure de France, 1968), também ele revolucionário em muitos aspectos, mas onde, à guisa de reforma sexual, as crianças católicas que o redigiram preconisam o celibato dos padres e dos professores, quer dizer a sua castração (p. 114-116).

Existe uma tradução portuguesa deste último livro, publicada por Editorial Presença, Lisboa, sob o título *Carta a uma professora*. N. do T.

⁴⁹ *Psychologie de masse*, p. 112. Contra Marx, Reich sustenta ser secundariamente que a Igreja serve os interesses da classe dominante, sendo ainda esta função social relativamente recente, mesmo se, politicamente, aparece situada em primeiro plano.

⁵⁰ DUMAS, *Le Mariage dans l'Eglise ancienne*, Coll. Lettres chrétiennes, Ed. du Centurion, p. 9, 11 e 17. De facto, abundam no Evangelho e nos Padres da Igreja textos que condenam a frivolidade e a coqueteria da mulher, convidando-a a levar uma vida apagada, austera e reclusa.

⁵¹ Sobre o poder marital, cf. LEPOINTE, *La Famille dans l'Ancien Droit*, 7.ª ed., Domat Montchrétien, 1956, p. 101 a 103 e 147 e, sobre o poder paternal, p. 113 e segs. e 190 e segs. Na verdade S. Paulo proclama a igualdade de princípio entre o homem e a mulher (Paulo, I aos Coríntios, VII, 4), mas ao mesmo tempo convida as mulheres a serem submissas ao marido (Efésios, V, 22 e 33). Com efeito, a Igreja apenas rejeita os privilégios do macho ou dos pais quando entram em conflito com as exigências da repressão sexual e, em matéria patrimonial, a mulher apenas é autorizada a tomar iniciativas, quando muito, em caso de ausência ou impossibilidade do marido (cf. Lepointe, em particular p. 169).

⁵² Em princípio para o homem e para a mulher (LACTANCE, Div. institut, VI, 23, 24), em conformidade com a tradição judaica que

punia da mesma maneira o adultério do homem e da mulher (DUMAS, op. cit., p. 11).

⁵³ O Evangelho não fala nem de um nem de outro, porque tinham caído em desuso, mesmo o primeiro, há muito tempo. Todavia, é interessante observar que no Direito Canónico se considera a poliandria proibida pelo Direito natural primário, enquanto que a poligamia apenas é proibida pelo Direito natural secundário (ESMEIN, *Le mariage en Droit canon*, 2.^a ed., t. I, revista por Genestal, 1929, p. 75). Com efeito, a poliandria é contrária ao patriarcado, enquanto que a poligamia é unicamente a sua forma arcaica, ainda em vigor no tempo de Moisés. Por isso, pode sempre ressurgir, se as necessidades o exigem, como se verificou, por exemplo, no séc. XVII, quando a dieta de Nuremberga, em 14 de Fevereiro de 1650, autoriza cada indivíduo a desposar duas mulheres durante os dez anos seguintes a fim de «substituir a população dizimada pela guerra» (FUCHS, *Sittengeschichte*, Renaissance, p. 40, citado por REICH, *Révolution sexuelle*, op. cit., p. 206-207).

⁵⁴ A indissolubilidade do princípio do casamento é proclamada desde os começos (Mateus, XIX, 8), o que é tanto mais notável quanto contraria todos os usos anteriores, tanto judeus como romanos ou germânicos.

⁵⁵ Isto desde Cristo (Godefroy, artigo «casamento», no *Dictionnaire de Théologie catholique*, t. 9, 2, 1927, col. 2047). Santo Agostinho condena o acto sexual que tenha como objectivo a volúpia carnal, e não a procriação (*idem* col. 2094), porque a procriação reduz o ardor das carícias (*De bono conjugali*, p. 3, 166). São Jerónimo chega a considerar adultério um amor conjugal demasiado ardente (*Contre Jovinien*, p. I, 49).

⁵⁶ «Mas se não podem conter-se, casem-se; porque é melhor casar do que abrasar-sé» (I aos Coríntios, VII, 9, trad. Segond). Conta-se com o casamento para moderar os ardores da natureza (João Crisóstomo, Homilia 21 sobre a Génese, cap. 4) e matar o desejo de mudança que está no homem (*idem*, de virg. 25), propósito que Reich não deixou de confirmar. O mesmo João Crisóstomo considera que Deus criou o casamento para a procriação, mas, tendo o pecado feito a natureza humana perder o seu equilíbrio primitivo, o casamento tem por fim essencial, a partir daí, remediar a concupiscência (GODEFROY, art. cir., col. 2089).

⁵⁷ Cada esposo tem contra o outro a possibilidade de mover uma acção judicial para o forçar ao dever conjugal, podendo mesmo o tribunal intervir directamente. As penas são muito pesadas, a violação da mulher pelo marido é admitida e, em princípio, só a impotência permite escapar ao dever conjugal ESMEIN, op. cit., t. 2, revista por Dauvillier, p. 7 e segs.). Se o casamento é um remédio para a incontinência, cada um dos esposos tem que satisfazer a sensualidade do outro, se necessário à força, mesmo quando não experimentar nenhum desejo. Não parece que Reich, e é uma grande pena, tenha tido conhecimento de tais aberrações que apoiam perfeitamente a sua tese.

⁵⁸ «Queria que todos os homens fossem como eu» (I aos

Coríntios, VII, 7, mas também 8, 37 e 38: «De sorte que o que a dá em casamento, faz bem; mas o que a não dá em casamento faz melhorr».

⁵⁹ Como Eusébio que se castrará (GODEFROY, art. cit., col. 2072).

⁶⁰ Só os laxistas (Helvidius, Jovinien) afirmam a superioridade do casamento sobre a virgindade, mas são acusados por isso de corruptão e S. Jerónimo ataca-os violentamente.

⁶¹ Assim, por exemplo, Tertuliano, para quem todo o casamento após viuvez é um adultério (GODEFROY, art. cit., col. 2081 a 2083). Da mesma maneira, Orígenes coloca os viúvos que voltaram a casar entre os cristãos de segunda fila, entre aqueles que carecem de ser salvos (Homilia 17 sobre Luc. 11). Quanto às terceiras núpcias, são taxadas de escândalo e as seguintes são classificadas de repugnantes (Gregório de Nazianze, 209 e Basílio, Cartas, 188, 4; 199, 50 e 217, 80).

⁶² Porque, no limite, tais concepções conduziriam ao desaparecimento da raça humana. Contudo, Santo Agostinho não se assusta com esta ideia. Para ele, o fim da espécie apenas faria acelerar o advento do Reino de Deus (*De bono conjugali*, n.º 10, col. 381). João Crisóstomo, também ele, não se assusta com a ideia de que a raça humana pudesse desaparecer (QUÉRÉ-JAULMES, *Le mariage* [...] op. cit., p. 34) e Tertuliano chega a dizer que é culposo querer filhos quando a infelicidade dos tempos mais depressa faria desejar a morte dos que se têm. (*Ad uxorem*, I, 5, col. 1282). Estas tendências irrealistas foram combatidas em nome de S. Paulo, que declarou por repetidas vezes não ser pecado querer casar. (I aos Coríntios, VII, 38, cf. Supra n.º 90 e 36: «Mas, se alguém considerar desonroso para a sua filha passar a idade núbil, e necessário casá-la, que faça aquilo que quer; não peça por isso; case-a»).

⁶³ S. Paulo apenas exige do bispo que «fosse marido de uma única esposa» (I, Timóteo III, 2 Tito, 1,6), ou seja, que não casasse segunda vez. Mas no século III é introduzida a proibição dos padres se casarem. A par disso autoriza-se os homens já casados a ordenar-se, com a condição de fazerem voto de castidade e de obterem o consentimento da mulher, a qual teria também de fazer voto de castidade e fazer-se religiosa.

⁶⁴ Cf. LEPOINTE, obra citada, p. 87, 89 e p. 155-156. Não só o homem casado em segundas núpcias não podia ordenar-se, de acordo com as palavras de S. Paulo (cf. Supra 63), mas também a bênção nupcial era recusada às segundas núpcias, embora isso não as invalidasse (cf. Supra n.º 61).

⁶⁵ Os autores evitam dedicar-se a uma análise aprofundada das razões desta conciliação. Contentam-se em invocar o dualismo incômodo do sistema (ESMEIN, I, p. 137), mas não explicam porque é que a conciliação foi feita num determinado sentido em vez do outro.

⁶⁶ Tanto entre os judeus (DUMAS, op. cit., p. 15) como entre os romanos ou os germanos (TÁCITO, XIX, 2).

⁶⁷ Também na *lex barbara Wisigothorum* (ESMEIN, 2, p. 84).

⁶⁸ Assim como à mulher. Contudo, hesita-se em pronunciar a

separação se o marido perdoou à mulher adultera, o que é um vestígio do antigo rigor ligado ao adultério da mulher (ESMEIN, 2, p. 108).

⁶⁹ Coisa que a mulher não pode fazer em caso de adultério do marido (ESMEIN, 2, p. 3).

⁷⁰ ESMEIN, I, p. 130. Com efeito, o noivado era um contrato entre duas famílias (*idem*, p. 107-108), tendo frequentes vezes por objectivo, entre os nobres, manter a paz (*idem*, p. 107).

⁷¹ O noivado era, efectivamente, um contrato concluído entre duas famílias, acompanhado geralmente de pagamentos de arras e de penalidades em caso de ruptura (ESMEIN, I, p. 155). Como todos os contratos, podiam portanto ser rompidos por acordo entre as partes ou, unilateralmente, em alguns casos (*idem*, p. 182-183). Fora destes casos, qualquer ruptura unilateral fazia entrar em acção as penalidades previstas. Além disso, em princípio, o noivo ou a noiva cujos esposais tinham assim sido rompidos, não mais podia casar-se, (*idem*, p. 154), principalmente se os esposais tinham sido jurados. Quer dizer que o noivado era mais do que uma simples promessa de casamento, mas um verdadeiro casamento por antecipação.

⁷² O casamento, de consensual que era, desde o fim do séc. XII torna-se assim um contrato solene. A Igreja já não se contenta em aplicar penas canónicas àqueles que se casaram sem a presença de um padre, considerando sempre a união como válida (cf. n.º 86). Daí para o futuro o casamento deve ser contraído, sob pena de nulidade, na presença de um padre e de duas ou três testemunhas. Não foram precisos menos de quatro projectos sucessivos no Concílio de Trento para que a Igreja chegasse a estas últimas concessões, sob a pressão das autoridades seculares. Convém observar que se a presença do padre é exigida sob pena de nulidade, à bênção nupcial nunca é indispensável para a validade do casamento, o mesmo se passando com a publicação dos banhos. Isto permite os casamentos secretos, concluídos sem banhos, em presença de um padre e de testemunhas discretas. O Estado reagirá contra estas práticas que continuam a tornar possíveis os casamentos de jovens, sem que os pais tivessem conhecimento, graças à cumplicidade da Igreja. Por isso, um decreto do Parlamento de 12 de Abril de 1698 exige a bênção nupcial em violação do Direito canónico (cf. LEPOINTE, op. cit., p. 255 e segs.).

⁷³ Mesmo quando fosse preciso ir contra o poder paternal e a autoridade familiar. É o que verifica Esmein, ao assinalar que a Igreja não hesitou em enfraquecer os para facilitar a conclusão de casamentos na idade em que as paixões têm a maior força» (op. cit., p. 91).

⁷⁴ Como bem testemunham a hostilidade pontifícia à contracepção ou ao divórcio e o seu apego a uma concepção dessensualizada do casamento.

⁷⁵ Chénon, *Histoire générale du Droit français*, t. 2, 1, 1929, p. 93.

⁷⁶ A partir de Dezembro de 1917, a União Soviética empreende a supressão da família compulsiva: substituição do casamento legal pela união livre, divórcio dado sem restrições, adultério não reprimido, educação das crianças pela sociedade, direito ao aborto, uso livre dos produtos anticoncepcionais, supressão da legislação repressiva da

homossexualidade. Após a morte de Lenin e especialmente a partir de 1933 a burocracia no poder empreende a liquidação desta legislação progressista. Ao mesmo tempo procura dar à juventude uma educação anti-sexual sobre o tema da castidade, considerada necessária à edificação do socialismo e em Janeiro de 1934, na altura de purgas políticas, os homossexuais são encarcerados, sendo dois meses mais tarde a homossexualidade considerada como crime social e punida com oito anos de prisão. Sobre tudo isto cf. a segunda parte de *La Révolution sexuelle* de REICH (op. cit., p. 229 e segs.).

⁷⁷ No regime nazi, se o Führer é a incarnação do pai (cf. nota 42), a pátria e a nação são as representações da mãe e da família. O sentimento nacional é "deste modo o prolongamento directo do laço familiar e enraiza-se, como ele, na fixação à mãe. Goebbels fala constantemente de «nossa mãe Alemanha» e a defesa da família é o primeiro mandamento da política nazi (REICH, *Psychologie de masse*, op. cit., p. 46 a 49). O regime de Vichy utilizará igualmente os três temas, trabalho (para o capitalismo), família (submissão ao capitalismo) e pátria (morte pelo capitalismo).

⁷⁸ TROTSKY (*La Révolution trahie*, citado por CATTIER, op. cit., n.º 2, p. 140).

⁷⁹ Por ligações monogâmicas temporárias não coercivas, porque livremente contraídas e dissolúveis, solução preconizada por REICH (*La Révolution sexuelle*, op. cit. 190 a 202), nomeadamente tentando casamentos de grupos, com educação colectiva das crianças inspirando-se, mas de forma mais radical, no que foi tentado na U.R.S.S. no quadro das comunas de jovens (*idem*, p. 318 e segs.).

Tradutor: M. Amaral

Apêndice

Crítica da alienação familiar

**Michel Cartier
Jacques Hassoun**

A FAMÍLIA E A FUNÇÃO SOCIAL DA REPRESSÃO SEXUAL

M. Cartier

A repressão sexual

A unidade da célula familiar apoia-se na obediência das crianças a seus pais. Já vimos que as crianças, ao aprenderem a obedecer aos pais, aprendem a obedecer de um modo geral. Os resultados obtidos pela educação familiar são transferidos para todas as situações onde o adulto se encontra diante de um superior hierárquico. Ora, a repressão sexual faz parte da educação familiar. Os pais castigam os filhos que se masturbam e vigiam a hora a que sua filha volta para casa. Para se adaptarem ao meio familiar, os jovens têm portanto que recalcar a sua sexualidade. (Inversamente, a afirmação destas necessidades sexuais é revestida de um significado de revolta contra os pais. Quando uma rapariga volta para casa às seis horas da manhã desafia os pais).

É castigando os filhos que os pais lhes ensinam a obedecer e obtêm deles a renúncia ao prazer sexual. De cada vez que uma criança é apanhada a brincar com os seus órgãos sexuais batem-lhe ou ameaçam-na. Quando impertinente, é repreendida. Ora um castigo tem como consequência a associação de sentimentos de ansiedade a comportamentos proibidos. Isto implica que a ansiedade associada à expressão de desejos sexuais está ligada à angústia suscitada por todas as tendências rebeldes, já que a sexualidade e as veleidades de rebeldia são indistintamente reprimidas pelos educadores. Para fugir a esta angústia, a criança recalca todos os seus desejos cuja exteriorização implica um castigo. Por outras

palavras, o recalcamento da sexualidade confunde-se com o recalcamento de todas as tendências rebeldes. A criança acaba por ter medo desses desejos sexuais e dessas tendências à revolta, e impede-os de se manifestarem.

Examinemos agora os efeitos destes recalcamentos. Como bem sabemos o recalcamento é um processo psicológico que suprime a percepção de um desejo, de uma ideia, etc. No limite, se o recalcamento é completo, o indivíduo perde completamente consciência do que foi recalcado. Mas tem que dispender muita energia para conseguir isto: o recalcamento é um processo dispendioso. Com efeito, as pulsões recalcadas não desaparecem; não perdem o seu dinamismo e continuam a ter no inconsciente uma vida subterrânea. Isto significa que o indivíduo deve constantemente defender-se contra estas pulsões mobilizando uma fracção das suas potencialidades psicológicas. Para além das neuroses e das psicoses, tudo isto tem como resultado uma diminuição da consciência, o abaixamento das faculdades mentais e uma diminuição da capacidade de concentração. A consciência amolece e passa a ser uma pequena chama sem brilho.

Reich coloca tudo isto no seu contexto psicológico: «A repressão da sexualidade natural da criança, e em particular da sexualidade genital, torna-a apreensiva, tímida, obediente, cheia de medo da autoridade, «simpática» e «bem comportada», no sentido autoritário; paralisa as suas tendências rebeldes já que a revolta desperta a ansiedade; engendra, ao inibir a curiosidade sexual da criança e as suas reflexões sexuais, um abaixamento generalizado das suas faculdades mentais e do seu sentido crítico. Em resumo, o objectivo da repressão sexual consiste em fabricar um indivíduo que poderá adaptar-se à sociedade autoritária e que a ela se submeterá apesar de todo o sofrimento e humilhação de que é vítima.» (*Massenspsychologie des Fascismus*, Sexpol Verlag, 1933 *).

* Tradução portuguesa: W. Reich, *Psicologia de Massa do Fas-cismo*, Publ. Escorpião, 1974.

Reich afirma portanto que:

1. A repressão sexual produz indivíduos aterrorizados pela autoridade e

2. O recalcamento sexual, que é resultado da interiorização da repressão sexual, enfraquece o Eu porque o indivíduo, tendo constantemente de investir energia para impedir a expressão consciente dos seus desejos sexuais, priva-se assim de uma parte das suas potencialidades.

Reich insistiu incansavelmente sobre a função social da repressão sexual. A repressão sexual serve para radicar no carácter a submissão à autoridade e o medo da liberdade, o que reproduz de geração em geração as condições que permitem submeter as massas.

A criança adapta-se desta forma por ensaios e erros ao seu meio familiar. Quando se masturba é castigada e deixa de brincar com os seus órgãos sexuais. Quando se impertiga contra os pais, é castigada novamente e não ousa mais revoltar-se. Desta forma, o recalcamento sexual identifica-se finalmente com o medo da autoridade. Quando a criança se mostra dócil e obediente, é recompensada. A sua personalidade constrói-se pouco a pouco através destas interacções. Aparecem traços de carácter que se consolidam e persistem durante toda a vida. As primeiras marcas que a sociedade deixa no organismo são inapagáveis. O carácter representa, de certa forma, a história da infância cristalizada nestes modos de comportamento. Para se adaptar ao ambiente familiar, a criança recalca os seus desejos sexuais e o ódio contra os pais. No rapaz, estes recalcamentos são acompanhados de uma identificação com a imagem paterna que prefigura a identificação do adulto com a autoridade do Estado, com a empresa onde trabalha, etc. Com efeito, o pai é o representante do Estado no seio da família. A identificação com a imagem paterna e a atitude de servilismo que o filho adopta em relação ao pai são o princípio de uma identificação posterior com todas as formas de autoridade.

A fim de neutralizar os seus desejos sexuais e o seu ódio pelos pais, a criança adquire atitudes que

servem para os contrabalançar: o medo da sexualidade dá origem ao pudor, e a revolta inconsciente contra o pai engendra o servilismo. Estas «sobre-compensações» são chamadas formações reacionais, ou seja, defesas de segundo grau. O ódio contra a autoridade esconde-se assim por detrás de uma submissão extrema, e os desejos sexuais engendram a sua própria negação: o pudor. Toda a gente conhece essas velhas solteironas e esses padres ressequidos que perseguem raivosamente os mais pequenos sinais de excitação sexual nas crianças. Esforçam-se tanto por não pensarem na sexualidade que atacam nos outros tudo aquilo que evoca a sexualidade.

Voltamos assim à couraça caracterial que Reich descobriu nos seus doentes. Lembremos que esta couraça é o conjunto de defesas edificadas pelo indivíduo contra as suas necessidades recalcadas. Esta reflecte-se no comportamento e serve para diminuir as tensões psicológicas, afastando da consciência tudo o que desperta angústia. No fundo, o indivíduo é uma máquina que funciona de maneira a manter a ansiedade no seu nível mais baixo.

«O resultado deste processo, diz Reich, é engendrar o medo da liberdade e uma mentalidade reaccionária e conservadora. A repressão sexual ajuda a reacção poética, não só tornando o indivíduo médio passivo e despolitizado, mas também enraizando na sua estrutura caracterial a necessidade de colaborar activamente com a ordem social autoritária.» (*Ibid.*, pág. 26).

A blindagem caracterial, já formada à saída da infância, reforçar-se-á ao longo dos anos. Para suportar a existência no seio familiar — esse Estado em miniatura —, a criança tem que recalcar a sua sexualidade e a sua revolta contra os pais. Como a vida adulta impõe também a submissão à autoridade e a renúncia ao prazer sexual, prolonga assim a condição infantil. Para tolerar a vida quotidiana, com tudo o que ela contém de aborrecimentos e privações, é necessário haver essa blindagem contra o mundo e contra tudo o que, em nós

próprios, se revolta e se impertiga. Senão a vida seria realmente demasiado dura.

Os animais envolveram-se de carapaças rígidas que os protegem e assim se adaptam ao meio. Mas essa carapaça não deixa de ser uma prisão. O ser humano teve de recorrer ao mesmo método para se adaptar ao seu ambiente social.

Os resultados de um inquérito feito há alguns anos nos Estados Unidos por T. W. Adorno sobre a personalidade autoritária confirmam as conclusões de Reich. Segundo certas informações, Adorno conheceu Reich na Alemanha, na época da SEXPOL.

A equipa de Adorno define aquilo a que chama personalidade autoritária a partir de cinco critérios:

1. O indivíduo apreende as relações humanas sob uma perspectiva hierárquica e demonstra uma grande deferência perante os seus superiores.
2. Despersonaliza as relações humanas. Põe as pessoas «no seu lugar» e espera ser tratado da mesma maneira.
3. Faz provas de um conservadorismo intenso no que respeita a rectidão de comportamento. O conformismo é um dos seus traços caracteriais dominantes.
4. Exerce um controlo intenso sobre os seus impulsos.
5. Mostra intolerância, rigidez mental e falta de rapidez de adaptação.

Ao estudarem a biografia dessas pessoas, os investigadores da equipa de Adorno revelaram os pontos seguintes: tinham pais severos, intolerantes e que lhes demonstravam um rigor moral acentuado. Exigiam deles uma perfeita obediência. Apresentavam-se-lhes como modelos ideais (o que traduz, por um lado, uma componente hostil em relação à criança e, por outro lado, uma certa necessidade de justificação). A criança submete-se a este sistema de injunções e de ordens, recalca a sua agressividade em relação à autoridade e torna-se num pequeno ser servil que se rebaixa diante de todos os

portadores de autoridade. Mais tarde, projecta nos seus subalternos o ódio que fervilha dentro de si: desconfia dos outros, repete continuamente que é necessário ter as pessoas na mão, etc.

Aquilo que Reich denomina estrutura caracterial autoritária coincide com esta descrição. Faz notar que este tipo caracterial se encontra frequentemente nas classes médias. Os pequenos comerciantes e empregados têm amiúde um código moral rígido, baseado na honra e no dever, que justifica a sua existência sem brilho. Fazem da necessidade uma virtude. Dependendo do contexto político-social, estas pessoas serão bons oficiais subalternos, ou tornar-se-ão fascistas, comunistas, burocratas, etc.

O ambiente nas famílias operárias é geralmente menos obsessional e os pais toleram melhor a sexualidade dos filhos. Mas é uma simples diferença de intensidade. Se não houvesse escravos não haveria tiranos. Ao perpetuar a repressão sexual, a família autoritária fabrica escravos. Esta fábrica funciona na URSS, nos EUA e na Europa. É um obstáculo enorme ao desenvolvimento dos movimentos revolucionários.

A estrutura caracterial neurótica das pessoas impede-as de tomarem consciência dos seus interesses de classe. O medo da liberdade, a angústia de perderem o chefe, a ansiedade perante o prazer, fazem abortar as tentativas de emancipação social.

«Hoje em dia, diz Reich, compreendemos um aspecto fundamental da «retro-acção da ideologia sobre a sua base económica». O recalcamento sexual altera a estrutura caracterial do indivíduo economicamente explorado, de tal forma que ele pensa, sente e comporta-se de uma maneira que vai contra os seus próprios interesses materiais.» (*Ibid.*)

Quando Reich tratava os seus doentes, notava que estes mobilizavam contra ele todos os seus mecanismos de defesa. Agarravam-se ao seu equilíbrio neurótico e tinham medo quando o psiquiatra tocava nas suas pulsões recaladas. Paralelamente, as ideias revolucionárias escorregam sobre a blindagem caracterial das massas porque

tocam em tudo o que elas tiveram que amordaçar para suportarem o seu embrutecimento.

Seria um erro pensar que as massas não se revoltam por falta de informação acerca dos mecanismos de exploração económica. Na realidade, a propaganda revolucionária, que visa explicar às massas a injustiça social e a irracionalidade do sistema económico, dirige-se a surdos. Os que se levantam às cinco horas da manhã para irem trabalhar numa fábrica, e que, além disso, têm que passar duas horas por dia no metro ou nos comboios que os levam para o seu local de trabalho, são obrigados a adaptar-se a esta existência afastando do seu espírito tudo o que é susceptível de a pôr em questão. Se pensassem que estão a destruir as suas vidas ao serviço de um sistema absurdo, suicidariam ou enlouqueceriam. Para evitar esta tomada de consciência angustiante, justificam a sua existência racionalizando-a. Recalcam tudo o que poderia perturbá-los e adquirem uma estrutura caracterial adaptada às condições em que vivem. Consequentemente, a táctica idealista que consiste em explicar às pessoas que são oprimidas não serve para nada, já que estas pessoas foram obrigadas a suprimir a percepção da opressão a fim de poder suportá-la. Os propagandistas revolucionários dizem amiúde que querem provocar nas pessoas «tomadas de consciência». A experiência mostra que os seus esforços raramente são coroados de êxito. Porquê? Porque embatem contra todos os mecanismos de defesa inconscientes e todas as racionalizações que as pessoas construíram para não tomarem consciência da sua própria exploração e do vazio das suas existências.

A origem histórica da repressão sexual

Quando aparece na história a moral anti-sexual? Reich escreveu um grande livro, *Der Einbruch der Sexualmoral**, para responder a esta pergunta. Hoje em dia,

* Tradução portuguesa: *A irrupção da moral sexual repressiva*, Publ. Escorpião, Porto, 1975.

é impossível encontrar este livro, que nunca foi traduzido em inglês.

Reich apoiou-se em Engels, Morgan, Bachofen e Malinowski para reconstituir as condições sociais e económicas que deram origem à repressão sexual.

Reich retomou duas teses fundamentais de Engels sobre a vida social dos povos primitivos: em primeiro lugar, a existência de um modo de produção baseado na propriedade colectiva dos instrumentos de trabalho (a que Engels chama o «comunismo primitivo») e, em segundo lugar, uma preponderância das mulheres em relação aos homens, que se exprime no direito materno (matriarcado). No que respeita ao comunismo primitivo e ao direito materno, lembremos em duas palavras o que significam. Engels supõe que o comunismo primitivo correspondia a um rendimento do trabalho baixo, que não permitia a constituição de um excedente permanente de riquezas, susceptível de ser apropriado por uma classe não produtiva. Considerando que a colectividade só produzia à justa com que alimentar-se, não existia nenhum excedente social que pudesse ser desviado em benefício de uma fracção da comunidade. No final da barbárie, quando os homens começaram a derreter o ferro, a domesticar os animais, a criar gado e a cultivar o solo, o rendimento do trabalho aumentou consideravelmente. A partir dessa altura «dois braços produzem mais do que o necessário para dar de comer a uma boca», o que torna possível a criação de um excedente de produção social. Este excedente permanente de víveres e bens materiais abala as condições de equilíbrio do comunismo primitivo, que deu lugar a um modo de produção assente na exploração dos escravos.

Quanto à vida sexual no comunismo primitivo, era caracterizada por uma grande liberdade e pelo lugar preponderante que ocupavam as mulheres dentro da tribo. Existindo a liberdade do intercâmbio sexual e facilidade de os casais se formarem e se desfazerem, não há possibilidade de saber com certeza quem é o pai de uma criança. Em contrapartida, sabe-se sempre quem é a mãe: a descendência só pode, por conseguinte, ser reco-

nhecida pelo lado materno. Bachofen designa a filiação matrilinear e as resultantes relações de herança pelo termo de «direito materno».

O matriarcado dos tempos primitivos foi abalado pelo aparecimento da criação de gado e pela escravatura. Com efeito, em conformidade com a divisão do trabalho vigente, incumbia ao homem fornecer a alimentação e as ferramentas necessárias, enquanto que as mulheres dispunham dos instrumentos caseiros. O aparecimento da criação de gado e da escravatura colocou nas mãos dos homens uma nova fonte de riqueza que lhes conferiu uma importância maior no seio da gens matriarcal. Pouco a pouco, a preponderância das mulheres diminuiu a favor da preponderância dos homens. Segundo Engels, este aumento de riquezas inspirou aos homens o desejo de fazerem beneficiar delas os seus próprios filhos. Para isto era preciso inverter as relações de herança resultantes da filiação matrilinear. Foi o que aconteceu. A inversão do direito materno, que Engels denomina «a grande derrota histórica do sexo feminino» é, portanto, obra do progresso técnico que, no âmbito da divisão do trabalho vigente, investe os homens com um aumento de poder económico que é incompatível com a supremacia social da mulher. A contradição entre, por um lado, o modo de produção fundado na escravatura e na vida pastoril e, por outro lado, a instituição da gens matriarcal, destrói esta última que é substituída pela família patriarcal. As mulheres passam então a submeter-se aos homens. Em resumo, foram causas económicas que desagregaram o comunismo primitivo, destruíram o direito materno e instauraram a soberania masculina.

O aparecimento da dominação masculina (o patriarcado) transformou radicalmente as relações sociais no seio da gens. Formou-se uma casta de chefes polígamos cujas esposas viviam enclausuradas e serviam de instrumento de prazer e de reprodução. As mulheres passaram a ter um papel secundário. O seu rebaixamento e submissão ao homem datam dessa época. Reich demonstrou que a moral anti-sexual nasceu com o patriarcado. A sua argumentação pode resumir-se da seguinte maneira: os

chefes das comunidades primitivas detêm um poder político e concentram entre as suas mãos uma grande parte das riquezas económicas. O aparecimento da propriedade privada, para a transmissão da qual foi instituída a dominação masculina, coincide com o aparecimento desta casta dirigente. Como estes chefes deixam a seus filhos as riquezas que acumularam, têm que assegurar-se da fidelidade das suas esposas. A filiação patrilinear implica a castidade das mulheres fora do casamento. Daí uma regulamentação severa da vida sexual no interior das famílias da classe dominante.

Reich teve a surpresa de descobrir nos Tobriandeses um belo exemplo da interferência dos interesses materiais na vida sexual. Esse exemplo ilustra a sua tese segundo a qual a repressão sexual surge primeiro no seio das classes dirigentes em vias de formação. Os Tobriandeses distinguem duas formas de casamento: quando uma rapariga casa com o seu primo direito, filho do irmão de sua mãe, considera-se que é um bom casamento. Todos os outros casamentos são mais ou menos depreciados.

Este costume parece estranho e contrasta com a grande liberdade sexual que reina no meio dos Tobriandeses (o direito materno ainda existe nesta comunidade).

Reich analisou as normas que regulam a doação dos dotes. Graças a estas normas, o chefe aumenta as suas riquezas acumulando dotes doados pelos irmãos de sua esposa e recupera os dotes que doou a suas irmãs, se o seu filho contrai um bom casamento — ou seja, casa com sua prima. Um bom casamento tem por resultado reintegrar na família bens que dela haviam saído sob forma de dote.

Os filhos destinados a bons casamentos são submetidos a restrições sexuais inabituais. Não têm o direito de participar em jogos sexuais, como o fazem os outros pequenos Tobriandeses, e a sua educação sexual assemelha-se à das sociedades ocidentais (Europa, URSS, USA). Apresentam traços caracterais neuróticos. A moral obsessional à qual obedecem serve para preparar bons casamentos que têm como resultado a acumulação dos

dotes na família do chefe polígamo. Há portanto uma ligação aparente entre o poder económico da casta dirigente e a vida sexual dos seus membros. Estes já não têm a liberdade de casarem com quem querem, sob pena de dilapidar o património da sua casta. Só as uniões lucrativas do ponto de vista material são permitidas. Por outras palavras, interesses económicos — o aumento das riquezas no seio da casta dominante — influenciam a sexualidade e determinam uma diminuição da liberdade sexual no interior dessa casta.

Por outro lado, o patriarcado implica a fidelidade conjugal para as mulheres, já que é a única garantia de que dispõem os homens para se assegurarem de que os seus filhos lhes pertencem. Isto é o mesmo que dizer que uma moral que condena as relações sexuais extra-conjugais para as mulheres acompanha necessariamente o patriarcado. (Ainda hoje a sociedade tolera muito melhor a infidelidade do marido do que a da mulher e encara de bom grado o donjuanismo masculino, ao mesmo tempo que condena severamente o adultério feminino).

Em resumo, segundo Reich, a repressão sexual nasce com a propriedade privada e com a instauração do patriarcado. Tem por conseguinte uma origem histórica precisa e não caiu do céu. Reich já tinha chegado a estas conclusões quando tomou conhecimento dos estudos de Malinowski sobre a vida sexual dos Tobriandeses. Como estes trabalhos confirmavam o que tinha desenhado, ficou deslumbrado.

A primeira coisa que salta aos olhos do observador europeu é a grande liberdade sexual dos Tobriandeses.

«Qualquer habitante das ilhas Tobriand, homem ou mulher, casa eventualmente, mas só após um período de brincadeiras sexuais durante a infância, seguido de um período de liberdade total durante a adolescência, a seguir ao qual os amantes, tendo iniciado uma ligação mais duradoura, se instalam juntos numa «casa de solteiros» comunal que dividem com dois ou três casais na mesma situação.» (Malinowski: *La Sexualité et sa répression*.)

Malinowski ficou também surpreendido com a ausên-

cia quase total de perturbações psicológicas. Diz nunca ter notado um caso de tique nervoso, de pessoa neurótica ou de perversão sexual. Em particular, a homossexualidade é quase totalmente inexistente. Tinha conhecimento da psicanálise e fez a aproximação entre a liberdade sexual e a raridade das neuroses:

«A correlação entre as perversões sexuais e a repressão sexual constitui um outro ponto que parece advogar em favor da teoria freudiana. Freud mostrou com efeito que existe uma relação estreita entre a evolução da sexualidade infantil e a frequência das perversões na vida posterior. Segundo esta teoria, as perversões deveriam ser muito raras numa comunidade como a dos Tobriandeses, que têm uma moral aberta e não põe nenhum entrave ao livre desenvolvimento da sexualidade infantil. E é exactamente o que acontece.»¹ (*Ibid.*)

Desde então, os missionários sabotaram este estado de coisas. Separaram as raparigas dos rapazes, metendo-os em internatos, ensinam-lhes a religião cristã, um pouco de instrução geral e, evidentemente, a ordem e a disciplina ocidentais. Como diz Reich, os missionários representam a vanguarda do colonialismo. É, por conseguinte, evidente o contraste entre as sociedades matriarcais, onde não existe autoridade centralizada e onde a

¹ Em conformidade com a terminologia psicanalítica, a homossexualidade é uma perversão. Mas este termo não implica um julgamento de valor. Não só os homossexuais deram à humanidade uma pleiaide de génios (Leonardo da Vinci, Shakespeare, André Gide, Eisenstein, etc.) mas, além do mais, como diz Reich:

«Enquanto a educação sexual produzir homossexuais, ninguém terá nada com isso se estes homens organizarem as suas vidas desta maneira sem prejudicarem ninguém e se desta forma se sentem felizes.

A constatação que a homossexualidade é um desvio do desenvolvimento sexual e não tem causas naturais não autoriza ninguém a condenar ou castigar. Deve-se tentar curar os homossexuais que querem ver-se livres da sua particularidade porque sofrem ou porque não se sentem suficientemente felizes, mas não se deve em nenhum caso forçar quem quer que seja.» (*Der Sexuelle Kampf der Jugend**, Sextop Verlag, 1932).

* *A luta sexual dos jovens*. Existem duas traduções portuguesas, qualquer delas muito deficiente.

liberdade sexual existe simultaneamente com um tipo humano equilibrado, saudável e espontaneamente afável, e do outro lado, as sociedades patriarcas que produzem tarados ao reprimir a sexualidade

A família como fonte de miséria sexual

Em Setembro de 1930 Reich deixa Viena para se instalar em Berlim. No ano anterior visitara a URSS, de onde voltara entusiasmado.

As suas relações com muitos psicanalistas não tinham cessado de piorar entre 1927 e 1930, o que explica, em parte, a sua partida. Por outro lado, o movimento operário alemão oferecia-lhe um campo de acção mais vasto.

Durante uma reunião em casa de Freud, em Dezembro de 1929, Reich faz uma leitura d'um trabalho seu sobre a profilaxia das neuroses. Os psicanalistas ficam com a sensação de que Reich quer desafiá-los e simultaneamente provocar Freud. Com efeito, Reich formula questões percutantes. Pergunta, em substância, se pensam conservar a teoria fundamental da etiologia sexual das neuroses ou se tencionam escamoteá-la. No caso de ser conservada, deveriam estar prontos a reconhecer a responsabilidade da moral e da legislação anti-sexual na formação das perturbações nervosas. Apoiando-se em estatísticas recolhidas em centros de higiene sexual, realça a frequência das neuroses na população de Viena e afirma que ignorar tal facto seria fazer a política do avestruz. Conclui afirmando que a psicanálise não pode continuar neutra perante tais problemas e que deve tomar partido num sentido ou outro.

Desta forma Reich põe os dirigentes da Associação de Psicanálise entre a espada e a parede. Mas a evolução da psicanálise era já um facto irreversível. A partir desse dia a ruptura entre Reich e o movimento psicanalítico foi apenas uma questão de tempo. Efectivou-se quatro anos depois.

Em 1930 Reich publica um livro intitulado (*Geschle-*

chtesreife, Enthaltsamkeit, Ehemoral *, Muenster Verlag, 1930), que constitui uma análise revolucionária da família. Este livro inaugura o aparecimento de uma série de livros de sociologia e de psicologia social que Reich escreve entre 1930 e 1934.

Em 1934 o Partido Comunista Francês publica esse livro numa tradução (com o título *La Crise Sexuelle*), o que é curioso, já que Reich fora excluído do Partido Comunista Alemão no ano anterior. Esta falta de coordenação entre partidos irmãos provém, sem dúvida, das dificuldades locais experimentadas nessa altura pelo Partido comunista alemão.

No seu livro «Maturidade Sexual, Continência, Mora Conjugal», Reich põe em evidência o atraso da moral e da legislação sexuais em relação aos costumes: a quase totalidade da população tem uma vida sexual que infringe de uma forma ou de outra as normas sociais. Este desfazamento entre os valores ensinados e a realidade provoca uma crise sexual que não tem resolução no âmbito da ordem social existente.

Nunca se falou tanto de reformas sexuais, diz Reich, como nos nossos dias. Mas, em matéria de sexualidade como em matéria política, o reformismo obscurece os verdadeiros problemas e desvia a atenção para objectivos secundários. As tentativas de reforma sexual não atacam a raiz do mal. A sua pusilanimidade reflecte-se, aliás, no seu atraso em relação à evolução da vida real. Por exemplo, há cada vez mais jovens, cuja idade varia entre os catorze e os dezoito anos, que têm relações sexuais. No entanto, nos movimentos de reforma sexual ainda se discute a oportunidade das relações sexuais «entre noivos». Ou então, apesar da frequência dos abortos clandestinos e da difusão dos meios anti-concepcionais, os reformadores sexuais abordam timidamente a questão de saber se podem ser tomados em consideração critérios sociais para autorizar o aborto. Se as tentativas de reforma sexual levam um tão grande atraso em relação à vida real, isto só prova que estão erradas na sua base devido a

uma contradição interna. As pessoas bem intencionadas que querem introduzir reformas sexuais não medem o abismo que separa a moral e as leis da vida sexual, ou então, se estão conscientes dele, apenas propõem meias medidas.

Estas reformas sexuais fracassam regularmente pois todas elas visam a consolidação do casamento e da família, quando a origem da miséria sexual se encontra, precisamente, nessas instituições. Ora, pôr em questão o casamento e a família conduz a uma contestação global da sociedade. Como os partidários de uma reforma sexual raramente são revolucionários, não aceitam esta perspectiva e limitam-se a reivindicações parciais. O problema sexual é indissociável das estruturas sociais autoritárias e não pode ser resolvido senão pela destruição da ordem estabelecida.

Do ponto de vista da moral oficial, a função sexual só pode ser exercida no casamento, o que associa à sexualidade interesses económicos diversos, como a transmissão da herança. A sociedade associa assim à sexualidade coisas que lhe são estranhas e que contribuem para a sua desnaturação.

Por outro lado, o casamento implica, pelo menos teoricamente, a fidelidade conjugal e a castidade dos celibatários, o que origina exactamente o contrário daquilo que a moral considera deseável: a monogamia dá origem ao adultério e a castidade das raparigas tem como consequência a prostituição. Além disso, a indissolubilidade do laçoconjugal está em contradição com as exigências da sexualidade natural: o ser humano precisa de mudanças e não pode satisfazer-se indefinidamente com o mesmo companheiro, o que supõe a renovação periódica das experiências sexuais. Como diz Reich, ninguém admitiria trazer o mesmo fato vestido durante todo o ano ou comer sempre o mesmo prato. No entanto, a moral não considera absurdo o facto de durante toda uma existir-se ter apenas um companheiro sexual. Por fim, a proibição do aborto tem por objectivo proteger o casamento, já que, se o aborto fosse legalizado, tanto para as mulheres casadas como para as solteiras, ter-se-ia

* *Maturidade sexual, continência e moral conjugal*. (N. T.)

de reconhecer as relações extra-matrimoniais. A obrigação moral de casar uma rapariga grávida desapareceria igualmente e a instituição do casamento ficaria comprometida. Mas a proibição legal de interromper uma gravidez tem como contrapartida inevitável a proliferação dos abortos clandestinos, como a proibição do álcool implica o aparecimento de destilarias clandestinas. Em resumo, a prostituição, o adultério e os abortos clandestinos são a consequência da instituição do casamento, que está portanto na raiz da miséria sexual.

Quanto ao problema da puberdade — ou seja, as perturbações da adolescência, os conflitos com os pais, etc. — depende também, em última análise, do casamento. «Em nenhum campo, diz Reich, a ideologia conservadora conseguiu influenciar tanto a sexologia como no campo da sexualidade na adolescência». A forma como os psicólogos e os educadores tratam esta questão da sexualidade dos jovens é a seguinte: reconhecem que a puberdade significa, por definição, a entrada na maturidade sexual, mas fazem acrobacias para demonstrar que os jovens não precisam de fazer amor e devem respeitar a continência. Toda a miséria sexual da juventude resulta da castidade que lhe é imposta pela sociedade.

Nas nossas sociedades, a adolescência é um período de perturbações psicológicas, de conflitos familiares e de problemas escolares. Os pais ignoram, ou fingem ignorar, com um misto de hipocrisia e de boa fé, a causa desse mal estranho que se abate sobre os seus filhos entre os treze e os dezoito anos. Ao ouvir o palavreado dos educadores ou as lamentações dos pais bem se poderia acreditar que a puberdade é uma espécie de doença como a varicela ou a papeira.

Sociólogos explicam que a revolta dos jovens vem do facto de a sociedade não lhes oferecer suficientes responsabilidades. Médicos completam este ponto de vista dizendo que as glândulas genitais começam a segregar hormonas que perturbam o comportamento dos jovens. (A puberdade seria então um problema biológico).

Todas as tentativas de explicação fogem ao problema.

As pessoas que conservaram um mínimo de espontaneidade sabem que os jovens vivem dilacerados entre os seus desejos sexuais intensos e a dificuldade de os satisfazerem pelo meio de relações sexuais. Todas as perturbações da puberdade advêm desta situação. O fundo do problema está em que, a partir dos treze anos, os jovens têm a necessidade de fazer amor. Os mais conscientes sentem vontade disso. Mas a polícia, a Igreja e os pais lá estão para os impedir. A adolescência é hoje uma longa e penosa agonia sexual. Exceptuando alguns esperthalhões que conseguem furar estas barreiras e encontram um companheiro sexual, todos os jovens se masturbam. Mas a masturbação não passa de um sucedâneo do acto sexual. Os jovens refugiam-se na masturbação porque não têm um companheiro sexual. A partir do momento em que encontram um, renunciam ao onanismo.

Os pretextos invocados para justificar a proibição das relações sexuais nos jovens são inconsequentes. Padres e pedagogos pretendem que as relações sexuais são nocivas para os jovens. No entanto, a lei autoriza raparigas de catorze e rapazes de dezasseis anos a casar. Portanto, quando uma rapariga de catorze anos e um rapaz de dezasseis casam e fazem amor, isso já é moral. Em contrapartida, se não passaram diante de um padre ou de um oficial do registo civil, mandam-nos para uma casa de correção ou para um psiquiatra. Também se deixa entender que a continência dos adolescentes tem por efeito melhorar o seu rendimento escolar. Mas Reich assinala:

«Diz-se que a actividade sexual dos adolescentes diminuiria o seu trabalho. Mas — e os sexólogos estão de acordo neste ponto — praticamente todos os adolescentes se masturbam: isto basta para varrer o argumento; pois não se pode defender que a relação sexual seja contrária ao trabalho, se a masturbação o não é». (*The Sexual Revolution**, Orgone Institute Presse, 1945).

Por outro lado, a masturbação dá menos prazer do que o acto sexual e está cheia de sentimentos de culpa-

* *A Revolução Sexual*. (N. T.)

bilidade que envenenam a vida do adolescente. O argumento de que a repressão da sexualidade aumenta a produtividade do trabalho é portanto absurdo, já que quase todos os adolescentes se masturbam, e isso, sim, destrói o seu equilíbrio psicológico e arruina a sua capacidade de concentração.

Mas, então, por que se proíbe que os jovens façam amor? Deve certamente haver uma razão quando se vê a importância que a moral atribui a esta questão.

Basta evocar as consequências que teria a generalização das relações sexuais nos jovens para encontrar uma explicação. A liberdade sexual da juventude significaria o fim do casamento. Os entraves postos à vida sexual dos jovens têm por fim levá-los a desejar o casamento. É por esta razão que o problema da puberdade está ligado ao problema do casamento.

Um médico russo, Barash, publicou umas estatísticas que mostram existir uma correlação entre a frequência dos adultérios e a idade em que se começou a ter relações sexuais: quanto mais cedo se tem relações sexuais maior é a probabilidade do cônjuge ser enganado no casamento. A repressão da sexualidade juvenil serve de preparação para o casamento, pois a sua estabilidade depende da continência dos jovens:

«Se, além disso, os números demonstram que as relações sexuais precoces tornam as pessoas inaptas para o casamento (no sentido da moral do casamento conservador: um só parceiro para toda a vida), torna-se então evidente que o sentido da obrigação da continência não é senão criar no indivíduo uma estrutura sexual que o torne apto para o casamento coercitivo e faça dele um cidadão dócil.» (*Ibid.*)

Abordemos agora o problema do casal. Normalmente, os sentimentos dos cônjuges começam a arrefecer depois de um período de tempo variável. Se os parceiros se dão bem, se têm potência orgástica, este período pode ser de vários anos. Mas, algumas exceções à parte, a satisfação que os cônjuges tiram da sua ligação começa a diminuir a partir de um certo momento.

Então, podem acontecer duas coisas: ou um dos cônjuges sente o desejo de se ir embora (eventualmente os dois ao mesmo tempo) ou então recusa-se a ver as coisas como elas são e recalca esse desejo. Se a separação põe problemas complicados, se os cônjuges estão impregnados de moral burguesa ou se temem a solidão, há poucas probabilidades de que tomem consciência da degradação das relações no seio do casal. Quando os cônjuges persistem em viver juntos apesar da alteração dos seus sentimentos, o casal segue uma evolução regulada de forma idêntica à do movimento de um relógio, no fim da qual ele se transforma num inferno em miniatura. As relações sexuais proporcionam cada vez menos prazer e tornam-se num dever ou numa rotina aborrecida. A irritação que sentem um pelo outro manifesta-se abertamente ou é recalcada. Isto depende do temperamento. De qualquer forma, o ódio aumenta de dia para dia. Se é inconsciente, esconde-se atrás de um verniz de afecto reaccional:

«Este afecto reaccional originado pelo ódio e os sentimentos de culpabilidade que lhe correspondem são as componentes específicas de uma ligação «peganhenta»; é por isso que é tão frequente ver pessoas, mesmo solteiras, que não podem separar-se apesar de nada mais terem a dizer-se, e ainda menos a oferecer-se, e apesar de a ligação não ser mais do que uma tortura recíproca.» (*Ibid.*)

Este estado de coisas, que se verifica na maioria dos casais, é devido aos obstáculos que entravam a liberdade sexual. Se as ligações sexuais fossem perfeitamente fluídas, isto é, se pudesse começar e acabar ao sabor dos indivíduos, sem interferências de ordem económica, moral ou material, reflectiriam unicamente os sentimentos dos cônjuges e nada mais. Mas a instituição do casamento trava com eficácia a instauração de um intercâmbio sexual livre, já que limita a autonomia dos cônjuges e os obriga a coabituar, mesmo quando se dão muito mal ou se detestam secretamente. O casamento coercitivo é uma caricatura sinistra da monogamia autêntica, fundada no amor.

Além de tudo isto, a sociedade destrói os indivíduos e torna-os incapazes de amar realmente: o que se toma por amor é, nove em cada dez vezes, uma mistura de dependência infantil, de desejo de segurança, de necessidade de dominação ou de submissão, de possessividade, etc. Quanto ao ciúme, esse componente que invade o amor, traduz uma atitude de propriedade em relação ao cônjuge, que é rebaixado ao nível de objecto, sobre o qual se pensa ter direitos. Em última análise, o ciúme reduz-se a uma reacção de proprietário que tem medo que lhe arrebatem o seu bem.

Por outro lado, a repressão da sexualidade tem por resultado a sua divisão em duas componentes: uma delas é a ternura que é valorizada socialmente, e a outra, a sensualidade, que é condenada. Daí a dissociação entre amor e prazer sexual, que se nota principalmente nos adolescentes do sexo masculino, arrastando-os para uma vida sexual dupla: por um lado, têm uma paixão desencarnada por uma rapariga que idealizam, e, por outro, desviam os seus desejos sexuais para outra rapariga que desejam aberta ou inconscientemente. Esta dissociação é típica da impotência orgástica. Quando se faz amor sem haver identificação entre o parceiro real e a imagem do parceiro ideal, o objecto visual abraçado e a imagem ideal não se sobrepõem. Fantasmas vêm perturbar o acto sexual e, depois do acto de amor, fica o nojo e a tristeza. É um sinal infalível de impotência orgástica.

É importante sublinhar que Reich nunca pregou a abolição do casamento e da família no quadro da nossa sociedade capitalista. Nunca pregou o amor livre e a liberdade sexual no interior do capitalismo. Seria tão absurdo como exigir o desaparecimento do Estado, da polícia ou do dinheiro, mantendo-se o capitalismo. Para abolir as causas das neuroses é necessário destruir o capitalismo.

Depois de mostrar que a miséria sexual (as neuroses, as perversões, os abortos clandestinos, o desespero dos jovens) é resultado da instituição familiar, Reich interroga-se sobre a razão pela qual a sociedade atribui uma tão grande importância à família e quais as funções

da família na sociedade. Elabora então uma análise crítica da família a partir dos escritos de Engels, Freud, Morgan, Bachofen e Malinowski. (Morgan e Bachofen são dois autores em que Engels se baseou para traçar a história da família nos tempos primitivos).

A família como aparelho de educação

No seu livro *A Origem da Família, da Propriedade privada e do Estado* — que Reich leu com muita atenção — Engels enumera três funções preenchidas pela família na sociedade capitalista:

1. A transmissão da herança, que permite à burguesia perpetuar-se como classe. As riquezas por ela acumuladas aumentam de geração em geração e ficam no seu seio.

2. A família pode ocasionalmente constituir uma unidade de produção económica: É o que acontece no campo — onde pais e filhos trabalham na propriedade paterna — e o mesmo se dá com os artesãos.

3. A família representa o modo de propagação da espécie humana.

Engels demonstra que a família desaparecerá necessariamente com o capitalismo. Já agora, diz Engels, a grande indústria está a dissolver a família como unidade de produção. Numa sociedade comunista, os serviços públicos substituirão os trabalhos cauteiros e tomorrow conta da educação das crianças. E, quando a propriedade privada desaparecer, a família perderá a sua última razão de ser, já que ela serve essencialmente para transmitir, por via da herança, as riquezas que pertencem aos pais.

Engels interrogou-se sobre o que se passaria com a monogamia. Respondeu a esta pergunta dizendo que a monogamia actual não era mais que uma caricatura sinistra da união fundada sobre o amor e que ela implicava não só rebaixamento dos homens como também o das mulheres. Além disso, a actual inferioridade social da mulher contribui para falsear as relações no seio

do casal. Os casais que se formarão na sociedade futura não se assemelharão em nada aos de hoje.

O desaparecimento da família na sociedade comunista, que Marx e Engels proclamavam no *Manifesto do Partido Comunista*, há cento e vinte anos, enraiveceu a burguesia. Este assunto ainda não parou de eriçar o cabelo dos reaccionários.

A psicanálise contém igualmente os germes de uma crítica da família. Ela mostra que a unidade da célula familiar se adquire à custa de recalcamentos que determinam neuroses. O penoso olimpo freudiano perpetua-se de geração em geração, no seio do triângulo familiar: pai, mãe, filhos. Por outro lado, enquanto que Engels insistia na transmissão da herança, Freud acentua a transmissão dos valores morais. É sabido que o modelo freudiano da personalidade contém três instâncias: o ego, o superego, e o id (infraego). O superego é uma espécie de polícia interior derivada de constrangimentos exercidos sobre a criança pelos pais e educadores. Assim, como assinala Freud, os educadores educam as crianças em conformidade com as prescrições do seu próprio superego. Nestas circunstâncias, diz Freud:

«O superego da criança não é formado à imagem dos pais mas sim à imagem do superego deles; enche-se do mesmo conteúdo, converte-se no representante da tradição e de todos os julgamentos de valor que desta forma subsistem através das gerações.»

E Freud continua, algumas linhas adiante:

«É certamente por não tomarem em conta este factor que as interpretações históricas, ditas materialistas, não são totalmente satisfatórias. Afastam-no, pretendendo que as «ideologias» dos homens são simplesmente os resultados e as superestruturas das suas condições económicas actuais. Isto é sem dúvida verdade, mas não toda a verdade. A humanidade não vive no presente; o passado, a tradição da raça e dos povos, subsistem nas ideologias do superego. Esta tradição só lentamente sofre a influência do presente e das modificações e, enquanto se exerce através do superego,

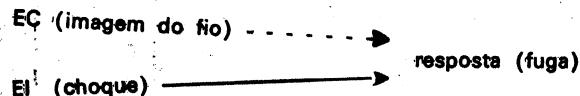
continua a ter na vida humana um papel importante, independente das condições económicas.»

Reich desenvolveu a ideia contida nestas linhas para explicar o atraso da consciência das massas em relação à realidade económica e à força de inércia considerável representada pelo hábito da submissão nos oprimidos. Combinando os pontos de vista marxista e psicanalítico sobre a família, obteve uma síntese libertária que foi rejeitada pelos freudianos e pelos comunistas.

A estabilidade de todas as sociedades divididas em classes sociais apoia-se na submissão, livremente aceite pelas classes exploradas. Se estas últimas passassem o seu tempo a pôr em questão a ordem estabelecida e a tentar abater pela força as classes dirigentes, nenhuma hierarquia social seria viável. É portanto necessário que as classes situadas no fundo da escala social aceitem a sua condição, a ponto de, eventualmente, até perderem o sentimento de serem exploradas. Quando esta transformação psicológica se verifica, a dominação das classes dirigentes passa a ser um facto consumado, institucionaliza-se e deixa de ser apreendida pelos explorados como sendo imposta do exterior. É o processo clássico, no fim do qual a violência do mais forte é aceite pelos que a sofrem e se transforma em direito. Os oprimidos comportam-se então como autómatos programados de tal forma que não se revoltam contra a ordem estabelecida. No limite, os autómatos chegam a ponto de justificar a sua condição, racionalizando-a, rejeitando qualquer perspectiva de emancipação e mostrando-se impermeáveis às ideias progressistas. As classes dominantes já não precisam de utilizar a força para se fazerem respeitar, excepto durante explosões insurrecionais que rebentam de tempos a tempos. Jean-Jacques Rousseau já dizia que os escravos perdião tudo nas suas correntes, até mesmo o próprio desejo de delas se libertarem.

Consideremos um rebanho de carneiros que pastam num prado rodeado de fio eléctrico. Quando um carneiro toca duas ou três vezes o fio e recebe um choque eléc-

trico, a imagem do fio passa a ser um sinal que provoca a reacção de evitar esse fio. Esta reacção é reforçada se o carneiro entra de novo em contacto com o fio. Já não são precisos pestores nem arame farpado: a imagem do fio basta para manter o rebanho no seu sítio. Formou-se um *reflexo-condicionado*. Os psicólogos utilizam o esquema seguinte para representar um reflexo condicionado:



O estímulo incondicionante (EI) tem o poder de provocar a resposta sem aprendizagem prévia. O estímulo condicionante (EC) adquire esse poder quando é associado várias vezes ao EI e conserva este poder mesmo na ausência do EI. Se este último intervém de novo, a resposta torna-se mais sólida. Quando uma resposta condicionada começa a enfraquecer (*fenómeno de extinção*), basta portanto representar o EI para a consolidar (*fenómeno de reforço*). O reflexo condicionado representa o exemplo mais simples de um fenómeno de aprendizagem que se resume, neste caso, à aquisição de um tipo de comportamento elementar.

O nosso ambiente social é constituído por uma rede de fios eléctricos invisíveis, as normas sociais, que nós aprendemos a respeitar ao recebermos castigos e recompensas. Deste ponto de vista, a educação das crianças no seio da família consiste em inculcar-lhes a disciplina, ou seja, a submissão automática a todos os portadores de autoridade: pais, educadores, polícias, patrões, etc. Quando esta educação termina, o indivíduo adquiriu, não uma resposta condicionada única, como os carneiros, mas um conjunto de reacções que formam uma estrutura caracterial adaptada ao sistema social autoritário. O poder de coerção que a sociedade investe nos representantes da autoridade tem um papel de reforço e serve para consolidar as reacções de servilismo elaboradas

no quadro da educação familiar. Em última análise, o objectivo da educação é fabricar autómatos que interiorizaram proibições sociais e que se submetem a elas automaticamente:

«Na sociedade de classes, a classe dirigente reforça a sua dominação apoiando-se na educação e na família e fazendo da sua ideologia a ideologia dominante para todos os membros da sociedade. Mas não se trata tão somente de impôr ideologias, atitudes e conceitos às pessoas. Trata-se, com efeito, de um processo muito profundo que renova, de geração em geração e em todas as camadas sociais, uma estrutura psicológica que corresponde à ordem estabelecida.»

Algumas linhas adiante, Reich especifica o papel da família:

«Como a ordem estabelecida molda a estrutura psicológica de todos os membros da sociedade, esta reproduz-se, ela própria, nas pessoas. (...) Na primeira fila dos sistemas que reproduzem a ordem estabelecida vem a família patriarcal, a qual engendra nas crianças uma estrutura caracterial que as prepara para aceitar docilmente a influência ulterior da sociedade autoritária.» (*Charakteranalyse* *, Sexpol Verlag, 1933. Prefácio).

Reich analisou o papel da família e da moral anti-sexual na formação desta estrutura caracterial. Mostrou, além disso, que esta estrutura caracterial se reflecte no comportamento irracional das massas. Por comportamento irracional das massas Reich entende a falta de consciência de classe do proletariado, a sua adesão ocasional a doutrinas reaccionárias e o entusiasmo com que os povos embarcam em guerras imperialistas.

É inútil sublinhar o interesse que apresenta o ponto de vista de um psiquiatra marxista sobre esta trágica cegueira das massas que já se manifestou várias vezes durante o último meio século.

Vimos que a família podia constituir uma unidade de produção económica e servia para transmitir a herança.

* *Análise caracterial*. (N. T.)

O desenvolvimento do capitalismo eliminou progressivamente a pequena produção artesanal, que só subsiste nos sectores marginais, como o comércio a retalho ou a pequena propriedade rural. Portanto, a base económica da família diminuiu e, praticamente, confunde-se hoje com a transmissão da propriedade privada por via da herança.

Em contrapartida, diz Reich, a sua função sócio-política apresenta-se bem clara:

«Trata-se do seu papel de fábrica de ideologias autoritárias e de estruturas mentais conservadoras. Constitui um aparelho educativo por que todo o indivíduo da nossa sociedade deve passar desde que nasce. Forma a criança na ideologia (*Weltanschauung*) reaccionária, graças não só à autoridade institucionalizada mas também em virtude da sua própria estrutura; é a correia de transmissão entre a estrutura económica da sociedade conservadora e a sua superestrutura ideológica.» (*A Revolução Sexual*)

Já sabemos que a estabilidade dos sistemas sociais divididos entre governantes e governados assenta sobre a submissão voluntária dos governados e que esta submissão se obtém pela aprendizagem da disciplina. A família tem um papel privilegiado nesta aprendizagem pois educa o indivíduo no momento em que ele é mais maleável, ou seja, durante os seus primeiros anos de vida. A criança aprende primeiro a obedecer ao seu pai, que é o representante da autoridade dentro da família; mais tarde esta atitude de submissão estender-se-á a todos os portadores de autoridade. A noção de generalização, tirada da psicologia experimental, pode ajudar-nos a compreender este mecanismo: quando um cão foi condicionado a salivar ao ouvir um som de uma determinada frequência, também salivará ao ouvir sons de frequências próximas dessa. Paralelamente, quando um indivíduo está perante um superior, encontra-se de novo diante do pai e os vestígios deixados pela educação infantil facilitarão a sua submissão automática. Nesta perspectiva, a relação entre o pai e os seus filhos é fundamental:

«A base da família das classes médias é a relação

de tipo patriarcal do pai com a mulher e as crianças. O pai é de certo modo o intérprete e o símbolo da autoridade do Estado na família. A contradição entre o seu papel de subordinado, na produção, e de chefe, na família, confere-lhe o aspecto típico de ajudante-chefe: servil para com os superiores, está impregnado da ideologia dominante (o que explica a sua tendência para a imitação) e reina como um mestre sobre os seus inferiores; transmite assim as concepções políticas e sociais dominantes e contribui para as reforçar.» (*Ibid.*)

A relação entre a revolta dos jovens contra a família e a revolta contra a ordem estabelecida é portanto fácil de ver:

«Não é por acaso que a atitude favorável ou hostil à ordem social reinante corresponde no adolescente a uma atitude favorável ou hostil à família. Também não é por acaso que a juventude conservadora e reaccionária está, de um modo geral, muito ligada à família, tendo a juventude revolucionária, em contrapartida, uma atitude de afastamento de facto e de hostilidade de princípio no que respeita a família.» (*Ibid.*)

A família é portanto uma peça fundamental no funcionamento dos sistemas autoritários, já que transmite atitudes sociais que asseguram a coesão destes sistemas. Consequentemente, a família deve ser mantida, o que implica a perpetuação do casamento, essa espécie de «autorização de ter relações sexuais».

Se a liberdade sexual se generalizasse minaria a instituição do casamento. É por isso que as sociedades autoritárias segregam uma moral que condena as relações sexuais extra-conjugais.

Para que esta moral seja interiorizada no comportamento, é necessário criar no indivíduo inibições sexuais. Os pais começam este processo amordaçando a sexualidade dos bebés, o que prepara o terreno para o que vem depois. O recalque da sexualidade genital nos adolescentes é assim facilitado por ela já estar associada a sentimentos de culpa, resultantes da repressão da masturbação infantil (durante o quinto ano de idade).

A via para uma vida sexual saudável dos adolescentes é assim entravada por obstáculos internos e externos. Os obstáculos externos são os representados pelas dificuldades materiais que os jovens encontram quando querem fazer amor: encontrar um quarto, arranjar métodos anti-concepcionais, etc. É inútil insistir sobre o papel dos pais neste assunto. Quanto aos obstáculos internos, são constituídos por barreiras psicológicas que podem até chegar a suprimir a percepção das necessidades sexuais. Os obstáculos internos e externos reforçam-se mutuamente: os factores externos consolidam o recalamento sexual e o recalamento facilita por sua vez a ação destes factores. A família constitui o motor deste processo circular.

«Em suma, diz Reich, a função política da família é dupla:

1. Reproduz-se ela própria mutilando sexualmente os indivíduos. Ao perpetuar-se, a família patriarcal perpetua o recalamento sexual e todas as suas consequências: perturbações sexuais, neuroses, demências e crimes sexuais;

2. Torna o indivíduo amedrontado perante a vida e receoso diante da autoridade, e renova assim sem cessar a possibilidade de submeter populações inteiras à ferocidade de um punhado de dirigentes.

É por estas razões que a família tem para o conservador esse significado privilegiado de pilar da ordem social em que ele acredita.» (*Ibid.*)

Tradução: Maria J. Freire

CRÍTICA DA ALIENAÇÃO FAMILIAR, COMPONENTE ESSENCIAL DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO

J. Hassoun

O sexo está na moda como antes a economia. Por isso querem fazer do sexo o centro do mundo, como aconteceu com a economia.

(*Manifesto do Comité de Acção Censier*)

A exigência de renunciar às ilusões sobre o seu estado é a exigência de renunciar a um estado que tem necessidade de ilusões. A crítica desfolhou as flores imaginárias que encobriam a corrente, não para que o homem carregue a cadeia prosaica e desoladora, mas para que ele rejeite a corrente e colha a flor viva.

Karl MARX: (*Critica da filosofia do direito de Hegel*, 1843-44)

Nestas páginas, desejamos lançar luz sobre aquilo que, durante longo período, foi simultaneamente um dos mais fecundos objectos de reflexão, e dos mais originais, do movimento operário, bem como uma das suas frentes de luta. Essa conquista, depois perdida, desconhecida, diz respeito à crítica radical da ideologia familiar, e singularmente, do lugar na família da criança e da mulher, situados como estão na dupla alienação social e ideológica; situação que desse modo aprisiona o homem na reificação que é a da ilusão da omnipotência patriarcal. Diremos desde já que essa dimensão oculta é o próprio campo da luta política, do político, que se acha diminuído, fragmentado, desviado para o economicismo,

e para os compromissos da política tal como é concebida pela sociedade de classes.

Ora, de há uns quinze anos para cá, com a ascensão dos grupos da extrema-esquerda revolucionária nos países capitalistas avançados, se é certo que essa crítica foi reabilitada, nas mais das vezes ela é trazida de novo à actualidade por uma segunda popularização da obra de W. Reich. A renovação dessa luta defronta a oposição quer da ideologia burguesa tradicional quer do combate mantido pelos P.C. estalino-reformistas. Essas duas resistências, em última análise, tendem a petrificar tudo o que diz respeito à família, à sexualidade, ao quotidiano, num molde que reconhecemos como sendo o de uma razão reinante singularmente alienada.

Portanto, mais do que um novo estudo crítico da obra e do pensamento crítico de W. Reich, parece de interesse tentar aqui:

- antes de mais, reencontrar nos escritos do movimento operário no seu início essa crítica revolucionária da família (quero dizer uma crítica que nunca se separou da luta pela revolução social);
- depois, compreender o processo de esquecimento, de negação que caiu sobre essas conquistas (e que, particularmente, subtende a hostilidade dos estalino-reformistas a esse tipo de crítica);
- abordar nessa base a obra de W. Reich;
- esboçar finalmente a análise da ressurgência de um corte por intermédio de um incerto freudismo-marxismo desencaminhado.

Desde o início do movimento operário, especialmente no seu período utópico, essa crítica surge, e especificamente nos escritos de Fourier, de Dejacque e de Stirner. Reteremos, dos escritos destes últimos, a articulação neles feita entre o problema da família patriarcal-repressiva e a sociedade de classes. Aliás, é notável que esses autores, que se situam em época anterior às primeiras elaborações freudianas, revelem aquilo que

mais tarde Freud esclarecerá com a sua pesquisa e os seus escritos. Parece-nos importante sublinhar imediatamente esse facto.

Assim, Dejacque, em *A Questão Revolucionária*, revelará aquilo que na família fundamenta não só a escravidão da mulher e da criança, mas, além disso, institui as próprias bases das relações de autoridade, de privilégio, de antagonismo, numa sociedade cujo mecanismo não pode funcionar plenamente a não ser perpetuando esse tipo de relações individuais e decretando-as inerentes ao homem. Por conseguinte, «a criação da religião da família é o ramo em que foram enxertados propriedade e governo, o flanco que os albergou, a seiva que os alimenta [...], não basta desbastar os raminhos, é também necessário minar o tronco e arrancar-lhe as raízes [...], se não quisermos que a árvore lance novos rebentos [...]».

Como para o Estado com o seu soberano (o homem), os seus súbditos (a mulher e as crianças), «fazer o máximo em ordem à desorganização da família» — na qual o casamento é «essa prostituição legal, esse tráfico de mulheres que sobreviveu ao tráfico de escravos», permanece parte integrante da luta pela destruição da sociedade de classes.

Com essas premissas, o mundo da utopia comunista, a *Humanisfera*, será um mundo em que a propriedade terá sido abolida, em que a exploração do homem será proscrita, mas, sobretudo, em que a família já não será o lugar onde o absolutismo se manifesta no quotidiano. Na *Utopia* de Dejacque, a instrução terá que ser livre, e a criança se o desejar viverá longe da família, não «havendo inquisição alguma para inspecionar a sua vigília ou o seu sono». A palavra abolida, ou substituída pela chantagem das recompensas ou das punições que reina na sociedade repressiva, ver-se-á reposta no seu lugar, o da comunicação, do «prazer, da realização, do amor». Assim, esse infanticídio legalizado, diz-nos-a Dejacque, esse apelo ao assassinato das inteligências, constitutivo da família colocada sob o signo da miséria sexual, será substituído por «um jorro de luz [...]», de

prazer, de prolíferas volúpias [...], um perpétuo efluvio de conhecimento [...]».

Se aí podemos ver a marca da ridente utopia, cuja crítica do ponto de vista marxista não tem aqui lugar, reconhecemos também, «em rejevo cavado», inscrito, tudo aquilo que constitui o objecto das actuais críticas, tanto a respeito da vida quotidiana como a respeito das ideologias que transformam esta em campo onde se manifesta a própria expressão da exploração. Assim se afirmará na *Humanisfera* a ideia de que a saída apontada ao explorado, e que seria a de uma luta exclusivamente centrada no aspecto económico da sua existência, é ilusória na sua limitação.

Quanto a Stirner, reteremos, de *O Único e a sua Propriedade*, a sua análise da função que desempenha a sociedade face ao homem, por intermédio do muro ideológico que ergue entre ele e os seus desejos, as suas aspirações.

«Na infância, havia que superar a resistência das leis do mundo; actualmente, seja o que for que nos propunhamos, embatemos com uma objecção do espírito, da razão, da consciência. O que tememos, já não é nem o poder vingador dos Euménidas, nem a cólera de Poseidon, nem o Deus que veria as coisas escondidas, nem o castigo paterno, é a Consciência. Doravante somos «os servidores do pensamento», obedecemos às suas ordens, como outrora às dos pais... São elas (ideias, representações, crenças) que substituem as injunções paternas, e que governam a nossa vida...»

«Quando vemos alguém consumido por um desejo, por uma paixão, logo fazemos votos de o libertar dessa obsessão e de o ajudar a «vencer-se». «Queremos fazer dele um homem!» Seria muito belo, se uma outra possessão não preenchesse imediatamente o lugar da primeira. *Mal a paixão é exorcizada, lança-se a vítima nos braços da piedade, da humanidade ou de qualquer outro princípio, e fornece-se-lhe um outro ponto de apoio fixo.* Trata-se de uma troca de um ponto de apoio inferior contra um ponto de apoio elevado...»

«Ora essa! Estarei eu no mundo para nele realizar

ideias? Para fornecer com o meu civismo a minha pedra à realização da ideia do Estado, ou para, pelo casamento e como esposo e pai, dar existência à ideia de Família? Que quer de mim essa vocação? Tal como a flor que não desabrocha nem exala o seu perfume por dever, também eu não vivo segundo uma vocação...» *O Único e a sua Propriedade*, 1845.

Também aqui reconhecemos, em grau diferente, aquilo que constitui o objecto das preocupações de Dejacque, mas vê-lo-emos ainda em Marx e nos marxistas revolucionários. Aqui se inscreve a ideia, que nos é mais familiar desde S. Freud, de um desvio das representações. Desvio que se encontra na própria estrutura da sociedade de classes, e que os representantes da ideologia dominante (tanto os teóricos burgueses como os seus cães de guarda do género *Muldworf*) atribuem ao conceito freudiano de sublimação, que para nós não poderia ser invocado a propósito da existência senão por trâmites falsificadores e repressivos.

Mas se de modo algum nos parece surpreendente que os pré-marxistas desfiram assim os seus golpes contra o aspecto mais imediato da repressão quotidiana, uma leitura das obras de K. Marx, de Lafargue, de F. Engels e de L. Trotzki, mostra-nos que estes atribuem idêntica importância a esse problema.

É certo que esses escritos de Marx foram «estudados», mas, em geral, para mais totalmente os marginalizar em relação a qualquer actividade de agitação e de propaganda, e isto, em nome da pretensa oposição que existiria entre o jovem Marx (erros da juventude!) e o Marx respeitável autor de *O Capital*. Mas quantos, entre aqueles mesmos que negam essa estranha distinção a apagam para reintroduzirem de facto, na sua ideologização do marxismo, o único Marx conhecido e reconhecido como valor seguro, como valor dogmático, quantos achariam insuportável que Marx tenha escrito (*Cartas a Ruge*, 1843):

«Quanto mais fecundas se mostram as famílias e mais as pessoas se sentem felizes, maior é o Estado e mais poderosa é a dinastia; é por isso que mesmo na

Prússia normalmente despótica se dá um prémio de 50 táleres a partir do sétimo filho [...].

E, no entanto, em 25 de Maio de 1936, o comité executivo da U. R. S. S. decretava a seguinte medida: «Serão concedidos prémios à natalidade a partir do sétimo filho! (2 000 rublos por ano durante cinco anos!) [...]. É aliás notável que esse artigo da lei faça parte do decreto que condena as mulheres que abortam a uma multa progressiva. (O mesmo decreto tributava pesadamente os candidatos ao divórcio e colocava fora da lei os homossexuais.)

Se prosseguirmos o nosso projecto de pesquisa das raízes históricas da obra de Reich, recusando-nos simultaneamente de momento a adoptar uma posição teorizante, podemos reconhecer nessas teses, que nos limitamos a citar, aquilo que se situa no centro das preocupações actuais:

«A nossa divisa será portanto: reforma da consciência, não com dogmas mas pela análise da consciência mística, obscura a si mesma, com a sua própria história, quer ela se manifeste na religião ou na política. Ver-se-á então que desde há muito o mundo possui o sonho de uma coisa cuja consciência lhe falta para a possuir realmente. Ver-se-á que se não trata de fazer a liquidação entre o passado e o futuro, mas de realizar as ideias do passado. Ver-se-á enfim que a humanidade não inicia uma nova tarefa, mas realiza o seu antigo trabalho com conhecimento de causa [...]», (Karl Marx, *Cartas a Ruge*, Março de 1843).

Desse modo, trata-se, na dialéctica da opressão à revolução, de trazer à luz do dia esses reencontros do homem consigo mesmo, com a sua própria história, na continuidade de um passado cujo domínio possuiria. Domínio a que só a praxis revolucionária permite aceder para melhor destruir aquilo que é, e não como o oportunismo vulgar pode pensar, para acomodar aquilo que é com aquilo que será.

«A supressão da economia separada (alienada) é inseparável, como é evidente, da abolição da família». (K. Marx, *A Ideologia Alemã*, 1845-46).

Não é necessário, neste caso, ir além do próprio texto para ter aquilo que Marx quis dar-nos a conhecer. Não existe desalienação do produtor fora da abolição da família. Não existe sociedade liberta da miséria no âmbito de uma estrutura estatal protectora da família. Não existe enfim Estado operário em que o domínio burocrático possa perpetuar-se, se a luta contra a família for tolerada.

«A família não pode ser abolida, não pode existir verdadeira emancipação da mulher no terreno da miséria socializada [...].

«A reabilitação solene da família que se deu — coincidência providencial — ao mesmo tempo que a do rublo resulta da insuficiência material e cultural do Estado. Previu-se um imposto para tornar o divórcio mais difícil, o papel educativo do rublo torna-se notável [...].» (L. Trotski, *A Revolução Traída*, «Termidor nc lar», 1936).

Não se entende portanto de que modo, no âmbito da reacção termidoriana que lavra tanto na U. R. S. S. como nos P. C. ocidentais, toda uma parte da obra de Marx poderá deixar de ser negada ou silenciada. Como conciliar esses decretos opressivos, exalando o cheiro da «filosofia clerical que além disso dispõe das algemas da polícia»³, e que fazem parte de uma prática política global, com teses como estas:

«No comportamento em relação à mulher, presa e serva da volúpia comum, exprime-se a infinita degradação do homem em relação a si mesmo, pois o segredo desse comportamento encontra a sua manifestação inequívoca, decisiva, evidente, nua, na relação do homem à mulher». (K. Marx, *Fundamentos da Crítica da Economia política*).

ou

«A relação imediata, natural, necessária entre o homem e o homem é a relação entre o homem e a mulher» (K. Marx, *Manuscritos de 1844*).

Pois é de facto em função do lugar da mulher na sociedade, na qualidade de produtor economicamente (in)dependente, e da mulher no casal, considerada nas

suas relações com o homem, que se situa também e principalmente o problema posto ao proletariado dos anos 30 nas suas relações com o regime imposto à mulher, à família, pela U.R.S.S., apresentada como pátria dos trabalhadores... Ao passo que Marx, ao evocar a crise que inelutavelmente deveria nascer do impasse ideológico que um século antes era já significativo, declarava:

«O sistema passivo de propriedade, o sistema dos antigos súbditos, alista todos os dias novos recrutas ao serviço da humanidade nova. Mas a existência da humanidade sofredora, que pensa, e da humanidade pensante, que é oprimida, tornar-se-á um facto inassimilável, indigerível, para o mundo dos filistinos passivos e gozadores sem pensar [...]» (*Carta a Ruge*).

Um discurso desses encontra eco na obra do anarquista Dévaldès, que escrevia:

«A besta prolífica usa do seu poder para, sob a forma de maternidades repetidas, impor o sofrimento ao ser mais fraco que conseguiu dominar e de que as leis sociais fazem propriedade e coisa sua [...]. Boicotemos esse ser nocivo, lancemos sobre a besta prolífica um desprezo correspondente ao culto que lhe presta a burguesia, de cujo reino a sua bestialidade é um pilar, tal como o alcoolismo, a ignorância e a religiosidade [...]. Boicote material [...] que ele se dirija aos seus comanditários naturais: os exploradores da carne para trabalho e para canhão [...], que as suas vítimas naturais, mulheres e crianças, quando tiverem consciência do sofrimento que lhes é infligido para seu prazer invocuem um dia a sua responsabilidade [...]. Greve do ventre! [...]» (*A Besta prolífica*, Abril de 1914).

Se, enfim, F. Engels pôde escrever:

«O casamento conjugal não entra na história como reconciliação entre o homem e a mulher [...], surge como sujeição de um sexo a outro, como proclamação de um conflito dos dois; na família, o homem é o burguês, a mulher desempenha o papel de proletário» (*Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, 1884).

Acrescentaremos que qualquer sociedade na qual se inscreva o projecto do casamento conjugal como um

fim em si, como forma superior da relação entre o homem e a mulher, do homem consigo mesmo, é uma sociedade repressiva. Uma sociedade na qual as raízes da exploração de modo algum estão extirpadas, pois nela se acha inscrita uma das fontes sociais primordiais da alienação política.

Nas linhas precedentes quisemos expor um determinado número de reflexões relegadas para o esquecimento ou, pelo menos, que de modo algum são objecto de uma agitação junto da classe operária; quisemos apontar simplesmente aquilo que hoje emite um som singularmente familiar e que contraditoriamente constitui alvo dos sarcasmos ou mesmo da irritação dos portavozes mais representativos das burocracias da U. R. S. S. e dos partidos comunistas (em particular os ocidentais).

O código moral do P.C. da U.R.S.S. (1961) considera que «a essência do novo princípio é a importância do casamento e da família. Que os próprios jovens (qual a causa desta particularização?) desejam reforçar a unidade familiar, o respeito do casamento e do amor casto», não é senão o fruto de uma longa evolução que se encontra já inscrita na Constituição de 1936 e do conjunto dos decretos relativos à família, dos quais apenas demos um breve resumo.

Não escrevia T. S. Atarov, Médico do Mérito da República Socialista Russa, em 1959 (*Os problemas da educação sexual*), que «a lei não pode ocupar-se de todos os casos de comportamento imoral, mas a pressão da opinião pública deve continuar a ser actuante na luta contra todas as formas de comportamento imoral»?!

Finalmente, ninguém ignora as posições do P. C. F. relativas a esse problema (cf. *Partisans*, n.º 57), e aquilo que é capaz de dizer-nos Muldworf que vai ao ponto de tomar das lixeiras da hipocrisia victoriana a sua visão da família regada com um molho pretensamente psicanalítico, indigesto e nauseabundo, ou um Gisselbrecht, que aplaude entusiasticamente, em *L'Humanité*, determinados escritos crapulosos, entre os quais um, feito em

nome de uma certa leitura psicanalítica, por um tal André Stephane.

É pois à busca das raízes históricas deste desvio que tentaremos adiante consagrar-nos, pois, a meu ver, seria dar provas do pior idealismo pensar, nem que por um só momento, que essas práticas pudessem ser fruto de uma degenerescência pontual.

Podemos dizer sem receio de engano que, a partir do esmagamento da Comuna (com exceção do período de 1917 a 1921 na Rússia soviética), o conjunto das elaborações tendentes a esclarecer a classe operária acerca da sua miséria familiar e sexual foram inteiramente ocultadas e apenas se privilegiou a luta económica. Foi também nesse período que, pressentindo o perigo, Lafargue fustigou, em *O Direito à Preguiça*, essa estranha santificação do trabalho que vinha coroar o sentido de um refluxo (facto assinalável, essa obra deixou de ser reeditada na U.R.S.S. a partir de 1930). É finalmente notável que, mesmo nos meios libertários, tivesse sido o «espancador Proudhon, instituidor da mulher em serva do homem absoluto», como se chamava Dejacque, a ser reconhecido como o grande teórico do movimento anarquista, inscrito como estava a posteriori no grande refluxo economicista.

É que, no espírito dos responsáveis por esse desvio economicista, era a luta que eles propugnaram, e a sua conclusão triunfal, que deveria no seu rastro político ulterior levar à libertação da célula familiar do domínio da ideologia dominante, representada pela forma patriarcal-repressiva da família.

É certo que este caminho é aparentemente lógico (desabando o terriço da exploração, a ideologia dominante perde necessariamente as suas raízes), mas, no entanto, ele permanece profundamente mecanicista e, sobretudo, em nada tende a esclarecer o explorado sobre a sua miséria quotidiana. É que «os homens constroem um mundo novo, não com «bens terrestres», como pensa a superstição grosseira, mas com conquistas históricas do seu mundo em vias de se afundar» (Marx: *A crítica moralizante e a moral crítica*, 1847).

Essa mesma lógica explicar-nos-ia também que, após a sangrenta derrota da Comuna de Paris, duramente sentida em França e na Europa, os grupos políticos operários se desviassem dessa totalidade introduzida por Marx, para fazerem incidir os seus esforços na luta económica, que, embora tendo sido muitas vezes sangrenta, nem por isso deixa de fazer parte do jogo da economia liberal, sendo por essa razão perfeitamente digerível pelo Estado burguês.

De igual modo, a necessidade da criação de um partido que fosse o instrumento da luta dos trabalhadores, portador da teoria revolucionária, parecia muito mais importante, no período considerado, que a crítica do quotidiano, que se havia tornado cavalo de batalha da franja mais marginal dos utopistas (como A. Lorulot, S. Faure...).

Para sermos mais exactos, se retomarmos a tese de Lénine de que «a classe operária é espontaneamente trade-unionista», diremos, com um truismo, que a classe operária está também espontaneamente sujeita à ideologia dominante, procede dela, já que o modelo que lhe é oferecido pela burguesia é considerado como o único digno de atenção. A miséria sexual, que é apenas o corolário da sobreexploração capitalista, vem reforçar, ou mesmo consolidar, alimentar, o estado de sujeição da classe operária.

É a esse nível que os partidos da II Internacional se situarão, é a esse nível que, encarcerados no seu desvio economicista e na sua táctica parlamentarista, eles manterão o proletariado nessa ideologia. Esquecem assim que atacar unicamente o aspecto económico da existência supunha um recuo considerável relativamente à combatividade global, e transformava as lutas operárias em ataques pontuais e fragmentados, portanto perfeitamente suportáveis, tanto pelo Estado como pelos representantes da ideologia dominante.

Finalmente, no período ulterior, alianças do tipo táctico vieram reforçar ou até coroar esse itinerário. Não está aí a mão estendida aos católicos, de Thorez, para mostrar, com um mesmo gesto, que a mão que

benze o casamento conjugal podia apertar a mão do burocrata, o qual definitivamente voltara costas a qualquer luta que reintroduisse a totalidade no seu projecto?

Quanto à U.R.S.S., onde o período imediatamente a seguir à revolução se caracterizou por uma explosão de criatividade poética e artística, é notável que esse fenómeno tivesse sido inseparável da crítica radical da família, da libertação dos jovens da velha férula familiar, e das experiências psicanalíticas interessantes como as que dirigiu V. Schmidt em pleno comunismo de guerra. Mas, com a reacção política, com o esmagamento da oposição de esquerda, com o assassinato e a deportação dos mais geniais criadores na arte e na literatura, assistiremos à expansão da pior hipocrisia moral e à maior das repressões no plano familiar. O deslize para o economicismo, corolário do dogma da construção do socialismo num só país, e o mito da brilhante vitrina que havia que oferecer ao Ocidente, tornavam necessária uma maior repressão interna; essa repressão incidia singularmente na família, que se tornara núcleo estabilizador, e na juventude que havia que banalizar.

Foi nesse período que, em vez de se passar a uma fase em que o deperecimento do Estado estivesse inscrito como projecto político, vemos, pelo contrário, este reforçar-se e dotar-se de uma burocracia prolífica, reforço esse que permanece aliás assinalado, devido às rationalizações do discurso estaliniano, como objectivo fixado às novas gerações e como missão atribuída aos P.C. do mundo (quando afinal o apoio incondicional à U.R.S.S. só se concebe na medida em que o Estado soviético fosse portador da revolução mundial, e não um Estado-proveta, um Estado-fétiche que vem mascarar a carência revolucionária).

Tais projectos políticos, portanto, não poderão deixar de ter consequências imediatas na concepção do quotidiano e particularmente da família e da juventude.

«Não concebendo o desenvolvimento da sociedade socialista sem deperecimento do Estado, Engels atribuía essa tarefa à jovem geração «que crescerá em condições novas e porá de parte todo o ferro-velho do esta-

tismo» [...], «de qualquer estatismo incluindo o da república democrática», acrescentava Lenine... Que se passa na realidade? [...] Na fábrica, na caserna, na universidade, na escola, ou mesmo já no jardim infantil ou na creche, ensina-se que as principais virtudes do homem são a fidelidade ao chefe e a obediência (a todos) sem discussão [...]» (L. Trotski, *A Revolução Traída*, Termidor no lar.)

É nesse período, enfim, de dogmatização do marxismo, período durante o qual se privilegia o seu aspecto economicista-cientista, período também das derrotas dos spartakistas, do esmagamento da comuna de Budapeste e de Viena-a-Vermelha, da instauração do fascismo na Itália e da ascensão do nazismo, que surge Wilhelm Reich. A necessidade de reabilitar uma totalidade na acção revolucionária para poder atingir plenamente as massas e, singularmente, os jovens, vai levar Reich a uma solução que reside na reunião do freudismo com o marxismo. Em particular Reich, cujo projecto é reintroduzir o político na teoria e na prática revolucionárias, considera que, a fazer incidir demasiadamente a atenção nas lutas económicas, a discorrer demasiadamente acerca das relações de produção ou da acumulação primitiva do capital, os partidos operários alemães privavam-se de uma possibilidade de compreensão do fenómeno ideológico do fascismo, e sobretudo não respondiam à expectativa dos jovens (cf. *Psicologia da massa do fascismo*), que podiam portanto voltar-se para aqueles que pudessem responder mais imediatamente às suas «apetências neuróticas». Portanto, para ele o problema era tratar em massa (com a maior rapidez e no maior número possível) os operários, e fazer uma crítica da família como lugar em que a neurose («politicamente nefasta») se enraiza. Por isso Reich vai encontrar primeiramente a oposição dos quadros dirigentes da III Internacional; e isso, não porque estes fossem «intrinsecamente maus» ou «traidores», mas porque uma tal orientação não podia conciliar-se com a sua linha política do momento.

É que, se, em regime burguês, relegar a crítica da

miséria sexual, da miséria familiar, para um *depois* feito de amanhãs cantantes deriva sempre de uma táctica reformista, decretar, por intermédio da *Pravda*, que tendo mudado a natureza do Estado, a natureza da família mudou também (quando na verdade cada vez mais se alargava a regressão à pior hipocrisia), institui a mentira política como concepção da história e método do governo.

Neste texto, não levarei mais longe o estudo da intervenção de W. Reich na corrente crítica revolucionária. Mas é inegável que a obra de Reich procede deste tipo de intervenção, mesmo se a sua originalidade ainda hoje nos desconcerta e nos apresenta em múltiplos níveis («epistemológicos» em particular) problemas que, embora árduos, nem por isso são menos apaixonantes.

Mas a este respeito parece aconselhável levantar aqui o problema do duplo logro que espreita os defensores de um certo freudo-marxismo. Ajustemos contas, para principiar, com aqueles que colocam o discurso freudiano ao serviço do seu projecto de readaptação. Estes, como já vimos, recrutam-se nas fileiras dos estalinino-reformistas — estalinistas pelos seus antecedentes, e que pela sua prática se tornaram logicamente reformistas — os quais descobrem encantados, na esteira do já citado Muldworf, que a psicanálise, tendo-se tornado «recuperação ideológica do discurso do inconsciente», pode por múltiplas triturações trazer uma pedra suplementar ao seu edifício repressivo. Esses *efnarcas* (Epistemólogos-freudólogos-não-analistas, segundo a expressão de F. Perrier) não passam da ilustração viva de um procedimento que consiste em utilizar todos os elementos oferecidos pelo «saber» circulante para alcançar a consolidação do desvio economicista, contra aqueles que tentam reintroduzir a política no conjunto de uma praxis assim convertida em revolucionária.

Mas outros militantes, inscritos (contudo) nessa praxis, parecem por seu lado interpelar o psicanalista para que este se debruce sobre os problemas políticos. Assim, J. M. Brohm (em «Psicanálise e Revolução»,

Partisans, Fevereiro-Março de 1969) escreve: «A psicanálise é portanto hoje uma análise política, mais precisamente a análise deve hoje debruçar-se sobre o bastião mais sólido da resistência: a política. Hoje a política desempenha de algum modo o mesmo papel que a sexualidade há algumas décadas».

Seria, a meu ver, atribuir aos psicanalistas um poder exorbitante pedir-lhes que formulassem normas, com base na sua qualidade de especialistas, sobre a resistência à política. Seria introduzir o corte denunciado por nós ao longo de todo este texto, portanto o risco de repetir a tragédia dessa exclusão sob a forma de farsa.

Finalmente, não poderia terminar este artigo sem evocar Reimut Reiche e a sua crítica do desvio da luta (infra) política para os pântanos do «mudar a vida». O que parece essencial na obra desse autor, *Sexualité et lutte des classes**, é ainda o «posfácio à edição de bolso alemã» (Nov. 70, datando a primeira edição dessa obra de 68) no qual Reimut Reiche faz a autocritica da totalidade da sua obra, e em particular dessa ligação «através de vagas associações de ideias das categorias metapsicológicas da psicanálise às categorias do materialismo histórico, tornadas elementos de cenário que ela monta e desmonta à vontade».

É essa fantasmagoria que me parece necessário combater, na medida em que ela oferece um trampolim a todo um discurso político (meta-político seria mais exacto) no qual «mudar a vida» aqui-e-agora, fora de qualquer acção revolucionária, se torna uma posição de recuo que perpetua o corte, e deixa ao desvio economicista ou populista terreno livre 'no plano das lutas que já só por eufemismo são políticas'.

É que, se o regresso em força das teorias reichianas, em Maio-Junho de 1968, é o reconhecimento daquilo que o economicismo tinha instituído enquanto afastamento da crítica radical da existência individual e familiar (alguns dirão aqui «enquanto ocultamento do desejo»), ele é também por vezes o meio pelo qual se permite a

* *Sexualidade e luta de classes*. Tradução portuguesa a publicar.

alguns que prossigam as mesmas práticas julgando pre-caver-se contra elas. Método que se torna o de uma simples adjunção e que, traindo o projecto reichiano, petrifica o campo do político na sua fragmentação, cuja expressão mais clara, mais caricatural, e mais dramática também, parece ser a «especialização» de determinados grupos formados após Maio de 68 neste ou naquele aspecto da luta revolucionária. Mas, se esse problema é demasiado vasto para ser desenvolvido neste texto, incumbia-nos pelo menos abordá-lo.

Quisemos que este texto fosse antes de mais demonstrativo. Demonstrativo quanto aos vestígios outrora inscritos, e que depois se tornaram objecto de negação tanto na prática teórica como na prática militante, e isso sob a influência do desvio economicista que, já numa carta a Bloch, Engels denunciava, e que cada vez mais se reforçou sob influência de diversos refluxos históricos, que consagraram esse «esquecimento» e do qual a nosso ver eles são a causa directa, imediata.

O problema, para nós, é portanto reintroduzir uma ruptura política com a degenerescência teórica e prática de todo um período do movimento operário, uma ruptura com o desvio economicista, desastroso para a luta revolucionária, e isso tanto mais quanto ela se fundava num marxismo que se havia transformado em estrutura científica.

Foi essa exclusão do político em benefício apenas do projecto económico e fundamentalmente reformista, pelo apagamento da crítica radical da ideologia familiar, que nos demos por tarefa denunciar neste artigo.

Março 1971 — Março 1972

Post-scriptum. — Um esboço informal deste texto foi publicado nos *Cahiers pour la folie* (Cadernos para a loucura). Estas páginas são a prova de que essa reflexão devia ser continuada para que ulteriormente fosse levada até seu termo.

BIBLIOGRAFIA

Max Stirner
Joseph Desjacques
Manuel Dévaldès
Jerry Rubin
Paul Lafargue
Karl Marx

F. Engels

L. O. Trotsky
C. A. Censier 1968
Reinuit Reiche
Asger Jorn

W. Reich

V. Viderman

L'Unique et sa Propriété
A bas les chefs
La Brute prolifique; La Chair à Canon
«Do it»

Le Droit à la Paresse
Lettres à Ruge, Critique de la philosophie du Droit de Hegel; Fondements des critiques de l'économie Politique; L'Ideologie allemande; Manuscrits de 1844.
Origine de la famille de la propriété privée et de l'État.

La Révolution trahie
Manifeste: «Nous sommes tous en marche»
Sexualité et lutte des classes
Critique de la politique économique, suivi de La Lutte finale; Partisans n.º 46, 54-55-56-57
Lutte sexuelle des jeunes; Psychologie de masse du fascisme; Matérialisme dialectique, matérialisme historique et psychanalyse; La Révolution sexuelle.

La Construction de l'espace analytique

NOTAS

¹ Extraído de *Nouvelles d'U.R.S.S.*, Boletim russo da Revista Comunista «Que faire», n.º 7, 2.º ano, Julho de 1936.

² L. O. Trotsky: «Thermidor au foyer», in *La Révolution trahie*.

³ Livro analisado por Girard em *Socialisme ou Barbarie*, n.º 34, vol. VI.

Não resisto ao prazer de citar outra passagem desse livro publicado em 1959 e cujo autor possui uma das mais elevadas distinções médicas soviéticas:

«Na sociedade soviética, a masturbação já não é o fenômeno de massa que era no passado, mas subsiste [...], por isso os pais devem esforçar-se por que os filhos tenham refeições regulares, façam exercício [...], não se interessem pela vida sexual dos animais [...], evitem que os bebés sejam transportados de tal modo que os órgãos genitais sejam constantemente roçados [...]. Os que acariciam os filhos dão provas de um nível cultural baixo [...]. Nenhuma doença jamais foi causada pela castidade [...] que é completamente inofensiva [...], pelo contrário uma grande promiscuidade leva ao envelhecimento e à impotência [...]. Na sociedade socialista, o amor não partilhado não é uma tragédia [...]. Desde que o apaixonado tenha suficiente disciplina interior [...], o trabalho e o apoio moral dos seus camaradas deve prestar-lhe uma considerável ajuda [...].»

Partisans, n.º 57, Joanna Durand e Sylvie Fasso, «Le P.C.F. et les femmes».

Tradutor: J. C. Dias

ÍNDICE

REFERÊNCIAS :

- W. Reich, «Ehe und sexuelle Dauerbeziehung», Cap. VII de «Das Fiasco der Sexualmoral», in *Die Sexualität im Kulturkampf. Zur Sozialistischen Umstrukturierung des Menschen*, Sexpol Verlag, Copenhaga, 1936.
- Cl. Alzon, «W. Reich face au mariage en Droit canon», in *Partisans*, Paris, 1972.
- M. Cartier, Extractos de *Life & Work of W. Reich*, Avon Publ., 1973. Tradução sobre original e versão francesa.
- J. Hassoun, «De la critique de l'alienation familiale en tant qu'acquis du mouvement révolutionnaire et de l'exclusion du politique que consacre sont rejet», *Partisans*, Paris, 1972.

CASAMENTO INDISSOLÚVEL E AS RELAÇÕES SEXUAIS DURADOURAS	5
1. A relação sexual duradoura	11
2. O problema do casamento	23
W. REICH FACE AO CASAMENTO NA HISTÓRIA E NO DIREITO CANÔNICO OCIDENTAIS	47
APÊNDICE:	
CRÍTICA DA ALIENAÇÃO FAMILIAR	77
A família e a função social da repressão sexual	79
Crítica da alienação familiar, componente do movimento revolucionário	107

TEXTOS EXEMPLARES

1. A reprodução da vida quotidiana
Fredy Perlman (*esgotado; 2.ª edição em preparação*)
2. Consequências sociais do maquinaria automatizada
Karl Marx / Rudi Supek (*2.ª edição*)
3. A lenda do grande inquisidor
Feodor Dostoievsky
4. Casamento indissolúvel ou relação sexual duradoura?
W. Reich / Cl. Alzon (*2.ª edição, aumentada*)
5. Crítica dos programas socialistas de Gotha e de Erfurt
K. Marx / F. Engels
6. O que é a consciência de classe?
Wilhelm Reich
7. Estado físico e moral dos trabalhadores
Louis-René Villermé (*a publicar*)
8. Pluralismo, totalitarismo e esquerda radical
José Baptista
9. O controle operário
Paul Mattick / Anton Pannekoek (*a publicar*)
 - Sobre o conceito de classe social
Theotónio dos Santos / K. Marx (*a publicar*)
 - O elogio do socialismo
Samir Amin / Paul M. Sweezy (*a publicar*)
 - Escritos sobre a burocracia
V. I. Lenine (*a publicar*)
 - O que é a socialização
Karl Korsch (*a publicar*)
 - O direito à preguiça
Paul Lafargue (*a publicar*)
 - Nem todos somos proletários
André Glucksman (*a publicar*)

A concepção contemporânea de casamento é ainda, em larga escala, a dos Evangelhos, tal como a desenvolveram os canonistas da Idade Média. Quanto a isso nada de espantar. Até ao séc. XVI, foi a Igreja sozinha que legislou nessa matéria, sob pretexto de que o casamento é um sacramento e todos os processos que de perto ou de longe com ele se relacionassem eram da exclusiva competência das jurisdições eclesiásticas. Com o decurso do tempo, a Igreja perderia esse duplo privilégio em proveito do Estado, inclusive na maioria dos países que permaneceram predominantemente católicos. Mas é evidente que, à parte o intervalo da Revolução, os laços entre o Estado e a Igreja foram sempre demasiado estreitos para que aquele se pudesse afastar fundamentalmente da concepção cristã de casamento. Além do mais, mesmo que isso fosse possível, nunca foi na realidade desejado, pois o casamento cristão é parte integrante de uma concepção patriarcal da família que de modo algum havia interesse em abandonar.

A semelhança do Senhor Jourdain, que fazia prosa sem o saber, Reich, ao sublinhar o aspecto sexualmente repressivo do casamento moderno, abria o caminho para uma interpretação nova da própria história do casamento.

A verdade, porém, é que quando razões materiais o exigem, a sociedade modifica a ideologia. Assim, por exemplo, tendo a população da Europa central sido dizimada pela Guerra dos Trinta Anos, a Dieta de Nuremberga promulgou, em 14 de Fevereiro de 1650, um decreto que abolia a monogamia: «Dado que as necessidades do Sacro Império Romano exigem que a população dizimada pela guerra, pela doença e pela fome, seja substituída... cada homem fica com o direito, durante os próximos dez anos, de casar com duas mulheres». E falam os sábios de monogamia «natural», «biológica»!

ESTA EDIÇÃO FOI IMPRESSA



NA LITOGRÁFIA MIRANDA E ROSA Lda.